

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA**

NIVIA MARIA BOGONI GRAPIGLIA

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO
PELA REABERTURA DO CAMINHO DO COLONO (1986-2013)**

Marechal Cândido Rondon

2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

NIVIA MARIA BOGONI GRAPIGLIA

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO
PELA REABERTURA DO CAMINHO DO COLONO (1986-2013)

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado em História) Área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. Campus Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

Orientador: Prof. Dr. Davi Félix Schreiner

Marechal Cândido Rondon

2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

G766p Grapiglia, Nivia Maria Bogoni
Participação das mulheres no movimento pela reabertura do
Caminho do Colono (1986-2013) / Nivia Maria Bogoni Grapiglia.
- Marechal Cândido Rondon, 2013.
139 p.

Orientador: Prof. Dr. Davi Félix Schreiner

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual
do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2013.

1. Movimento Pró-Reabertura do Caminho do Colono -
Mulheres - Participação. 2. Caminho do Colono. 3. Parque
Nacional do Iguaçu. I. Universidade Estadual do Oeste do
Paraná. II. Título.

CDD 22.ed. 981.62

304.2

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

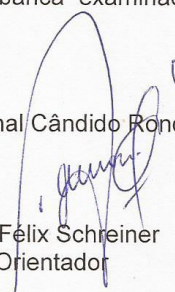
Programa de Pós-Graduação em História - Nível Mestrado

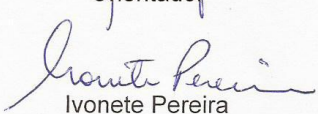
Reconhecido pela Portaria Ministerial - MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

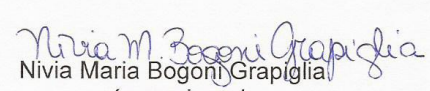
Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de 2013, às 09h30min, reuniu-se, em sessão pública, a banca examinadora da defesa de dissertação de mestrado em história constituída pelos professores Dr. Davi Félix Schreiner (Orientador) (UNIOESTE), Dr. Robson Laverdi (UEPG) e Dr^a Ivonete Pereira (UNIOESTE) para avaliarem o trabalho "*Participação das mulheres no movimento pela reabertura do caminho do colono (1986-2013)*", apresentado pela pós-graduanda **Nivia Maria Bogoni Grapiglia** para a obtenção do título de "Mestra em História" do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho APROVADO. Nada mais havendo a constar, eu Davi Félix Schreiner, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pela pós-graduanda avaliada.

Marechal Cândido Rondon, 24 de setembro de 2013.


Davi Félix Schreiner
Orientador


Ivonete Pereira
Membro


Robson Laverdi
Membro


Nivia Maria Bogoni Grapiglia
pós-graduanda



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
UNIOESTE

PARECER DESCRITIVO

Título da Dissertação: *"Participação das mulheres no movimento pela reabertura do caminho do colono (1986-2013)".*

Nome do concluinte: **Nivia Maria Bogoni Grapiglia**

Integrantes da Banca:

Prof. Dr. Davi Félix Schreiner (Orientador) (UNIOESTE);

Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG);

Profª Drª Ivonete Pereira (UNIOESTE).

Parecer:

A Banca Examinadora, após análise,
aprova o trabalho. A Banca destaca
que a dissertação constitui uma contribuição
histórica e social importante,
indicando-a para publicação. A pesquisa
também apresenta uma sensibilidade
do pesquisador e uma responsabilidade
com a temática abordada.
é o parecer.

Marechal Cândido Rondon, 24 de setembro de 2013.

[Handwritten signature]

10

Agradecimentos

A realização de um trabalho compreende uma diversidade de momentos e experiências. Em muitos deles a construção individual se faz necessária, porém, em outros tantos, somente a coletividade, a rede de relações nas quais estamos inseridos permite sua continuidade e conclusão. Durante toda a trajetória em que estive envolvida nesta pesquisa, várias foram as pessoas que colaboraram e muitas foram as formas de contribuição. A todas sou grata. No entanto, a alguns se faz necessário agradecer de modo especial.

Ao Professor Dr. Davi Félix Schreiner pelo empenho e dedicação durante a orientação deste trabalho. Não posso deixar de assinalar que, para além de sua competência e conhecimento, sua ação enquanto educador me estimulou na construção não somente de conhecimentos relacionados ao objeto da pesquisa, mas também na (re)elaboração de meu papel enquanto educadora e sujeito capaz de interferir e contribuir para a construção de novas relações sociais.

Ao Denilson, meu marido, e à Julia, minha filha, pela paciência e compreensão. Pelo estímulo e incentivo, através de palavras e atitudes todas as vezes que o cansaço e o desânimo pareciam ser maiores. Pelas demonstrações de amor e carinho que me fortaleceram durante a realização deste trabalho.

À minha mãe Iraides e meus irmãos Rodrigo e Bruna, por estarem sempre presentes, auxiliando e dando suporte sempre que precisei ausentar-me para as aulas, eventos e estudos. Pelas palavras, gestos e atitudes de incentivo e por acreditarem que eu conseguiria.

Aos professores Doutores Ivonete Pereira e Robson Laverdi pelos comentários e observações durante o exame de qualificação, que muito contribuíram para a construção final do texto. Gostaria de reforçar meu agradecimento ao professor Robson e expressar minha admiração pelo seu trabalho como docente, visto que, como aluna, participei, sob sua orientação, na disciplina de “Teoria e Metodologia da História”, de discussões enriquecedoras que muito contribuíram na caminhada em busca do conhecimento.

A todas as mulheres entrevistadas que, através de suas narrativas, permitiram a construção deste trabalho. Mulheres diversas, de diferentes grupos sociais, com experiências enriquecedoras. Mulheres que se permitiram falar dando continuidade a sua história, ressignificando seu passado nas vivências do presente.

Resumo

O Caminho do Colono, percurso de dezoito quilômetros que corta o Parque Nacional do Iguaçu, entre os municípios de Serranópolis do Iguaçu e Capanema, na região Oeste do Paraná, tornou-se, nos últimos anos, palco de diversos conflitos. De um lado, os que defendem a continuidade do fechamento da estrada e, de outro, os que se posicionam pela reabertura da mesma. Esses conflitos têm gerado diversos debates, enfrentamentos e discussões entre órgãos ambientalistas, representantes do governo e moradores da região, repercutindo em questões ambientais debatidas nacionalmente. Na medida em que a estrada corta o Parque Nacional do Iguaçu (PNI), qualquer questão ou decisão sobre ela envolve outras áreas de conservação. No ano de 1997, dez anos após o primeiro fechamento da estrada, moradores da região, cansados de esperar pela decisão judicial, organizaram-se, ocuparam o caminho e passaram a utilizá-lo novamente. A partir dessa ocupação, diversos enfrentamentos ocorreram, promovendo uma sucessão de fechamentos e reaberturas que marcaram e ainda marcam a história do percurso e da população dos municípios limítrofes ao PNI. Das ações coletivas participaram sujeitos sociais de diferentes grupos e movidos por uma multiplicidade de interesses. No entanto, ao buscar informações referentes ao denominado “Movimento Pró-Reabertura do Caminho do Colono”, observamos que, tanto nos registros feitos pela imprensa como em obras, os depoimentos predominantemente são de homens, configurando, assim, o referido movimento como de e feito por homens. As entrevistas por nós realizadas, ao contrário, apontam para outra direção, demonstram que as mulheres participaram durante todo o processo de reivindicação e em grande número, em ações coletiva e por vezes direta, como de enfrentamento ao aparato policial. Dessa forma, a preocupação central deste trabalho é analisar a participação das mulheres no Movimento Pró-Reabertura do Caminho do Colono. Como mulheres do campo e da cidade, com diferentes trajetórias de vida e com inserções diversas nas relações sociais, interpretam o fechamento e as ações coletivas pela reabertura da estrada? Como participaram? Como avaliam a constituição de suas subjetividades a partir das experiências de reivindicação, especialmente as vividas nos tempos e espaços dos acampamentos organizados no trajeto designado como Caminho do Colono?

Palavras-chave: Mulheres, Caminho do Colono, Meio Ambiente, Subjetividades.

Abstract

Participation of women in the motion for reopening the "Caminho do Colono"(1986-2013)

"Caminho do Colono", an eighteen-kilometer road which cross the Iguassu National Park, between the cities of Serranópolis do Iguaçu and Capanema, in the West region of Paraná, became the scene of several conflicts in recent years. On one side, people who defend the permanence of the road closure, on the other side, the ones who agree with its reopening. These conflicts have generated several debates, clashes and discussion among environmental agencies, government representatives and locals, reflecting on environmental issues nationally discussed. In the way that the road crosses the Iguassu National Park, any matter or discussion about it, involves other areas of preservation. In 1997, ten years after the first road closure, locals, tired of waiting for judgments, organized themselves, occupied the road and started using it again. From this occupation, several clashes occurred, promoting a series of closures and reopenings which marked and still mark the history of the road and the population of the neighboring cities of the Park. Social people from different groups driven by multiple reasons participated in public actions. However, by searching for information related to "Movimento Pró-Reabertura do Caminho do Colono" (Motion for Reopening the "Caminho do Colono"), we notice that in both records made by press and works, the testimonials are predominantly male, thus setting the motion as *of* and *made by* men. The interviews we collect, unlike, point to another direction, they demonstrate that women participated in large numbers along the process of claim, in public and sometimes, direct actions, in clashes with police. Hence, the central concern of this study is to analyze the participation of women in "Movimento Pró-Reabertura do Caminho do Colono". How do women from the city and from the countryside, with different background and roles in society, understand the closure and public actions for the reopening of the road? How have they participated? How do they evaluate the constitution of their subjectivity from experiences of claim, specially the ones from camps along the "Caminho do Colono"?

Key words: Women, "Caminho do Colono", environment, subjectivities.

Lista de Ilustração

Figura 1 - Cartaz “A Vida Passa Por Aqui”	56
Fotografia 1 – Estrada do Colono- Divisa com o PNI-1954	31
Fotografia 2 - Acampamento “Amigos do Parque”	73
Fotografia 3 - Acampamento montado ao longo do Caminho do Colono	80
Fotografia 4 - Acesso ao Caminho do Colono pelo município de Serranópolis do Iguaçu ...	81
Fotografia 5 - Acesso ao Caminho do Colono através do município de Capanema	81
Fotografia 6 - Troca de bandeiras e abraço ao parque no dia 13 de maio de 1997	84
Fotografia 7 - Capela erigida no acampamento Amigos do Parque	91
Mapa 1 - Localização da Estrada do Colono	11
Mapa 2 - Parque Nacional do Iguaçu	37

Lista de Siglas

AIPOPEC – Associação de Integração Comunitária Pró- Estrada do Colono

AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná

AMSOP – Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná

COT – Comando de Operações Táticas da Polícia Federal

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

DER – Departamento de Estradas e Rodagens

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

MLF – Mouvement de Libération des Femmes

MST – Movimento Sem Terra

ONG – Organizações Não-Governamentais

PNI – Parque Nacional do Iguaçu

PROVOPAR – Programa de Voluntariado Paranaense

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

SPVS – Sociedade Portuguesa de Vida Selvagem

UC – Unidade de Conservação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1- CAPÍTULO I “A VIDA PASSA POR AQUI” Caminho do Colono: Memórias e Conflitos	27
1.1 Memórias, Valores em Disputa.....	38
1.2 “Do Nascer ao Pôr do Sol”: Embates Ambientalistas	54
2- CAPÍTULO II “AMIGOS DO PARQUE”: AS MULHERES OCUPAM O PNI	66
2.1 “Amigos do Parque”: Acampamento e Manifestações	72
2.2 “Abraço ao Parque”: Práticas e Representações	83
3- CAPÍTULO III MULHERES EM MOVIMENTO	94
3.1 A Atuação das e pelas Mulheres: Sentidos e Significados	95
3.2 “E os Homem Sumiram Tudo”: Enfrentamentos e Subjetividades	111
3.3 “Queremos nosso Caminho do Colono de Volta”: Novos Embates.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130
FONTES	135

INTRODUÇÃO

Este estudo trata das experiências de mulheres que participaram do Movimento Pró-Reabertura do Caminho do Colono. Movimento que teve início no ano de 1986, quando o fechamento da estrada foi efetivado em decorrência das obras para seu asfaltamento e que se intensificou no ano de 1997, quando representantes políticos juntamente com a população ocuparam o caminho, promovendo sua reabertura. As mobilizações decorrentes do movimento envolveram diversos sujeitos, dentre eles, mulheres, que vivenciaram situações de conflitos e enfrentamentos nos quais foi possível, para muitas delas, elaborar percepções e interpretações não somente sobre o movimento como também sobre seu papel enquanto sujeito social.

Tais mobilizações e manifestações ocorreram, em sua maioria, em espaços sociais públicos, espaços onde as relações de poder construídas historicamente contribuem para tornar as desigualdades existentes entre homens e mulheres mais evidentes e emblemáticas. Não obstante a isso, as diversas representações do movimento para a abertura da estrada em discursos de políticos na Câmara Municipal e no Congresso Nacional, em trabalhos acadêmicos e em matérias na imprensa, de múltiplas maneiras, deram ao mesmo um caráter preponderantemente masculino: o de um movimento de e feito por homens.

Perceber e analisar as experiências das mulheres possibilita dar visibilidade a sua atuação, que, em geral, sequer são mencionadas pela imprensa e por estudos sobre o tema em tela, bem como não aparecem nas versões interpretativas acerca do movimento pela abertura do Caminho do Colono. Assim, consideramos que a escuta das memórias das mulheres em relação ao movimento poderia gerar documentos capazes de contribuir para uma história sobre o movimento a partir das vivências das mulheres, ao mesmo tempo em que permitiria melhor compreender a relação histórica existente entre o espaço em questão e os sujeitos; nesse estudo, em especial, as mulheres.

O Caminho do Colono caracteriza-se por um percurso de aproximadamente dezoito quilômetros que corta o Parque Nacional do Iguaçu (PNI), entre os municípios de Serranópolis do Iguaçu e Capanema na região Oeste do Paraná. A denominação Caminho do Colono passou a ser utilizada no ano de 1997, ano que ocorreu a reabertura da estrada a partir

da ocupação promovida por representantes políticos e pela população local. Essa ocupação tinha como proposta transformar a até então Estrada do Colono, denominação utilizada desde o ano de sua abertura oficial 1954, em um caminho, adequando o seu uso às novas exigências ambientais. Nos últimos anos esse percurso tornou-se palco de diversos conflitos, opondo sujeitos, entidades e instituições sociais. De um lado, os que defendem a continuidade do fechamento do caminho e, de outro, os que se posicionam pela reabertura do mesmo.

A estrada foi fechada pela primeira vez em 1986, pelo Ministério Público, quando o Departamento de Estradas e Rodagens (DER) iniciava o asfaltamento da mesma, assim permanecendo por mais de dez anos. Em 1997, foi reaberta através de mobilizações organizadas por políticos locais e por moradores dos municípios limítrofes ao PNI, voltando a ser utilizada até o ano de 2001. Neste mesmo ano voltou a ser fechada ao trânsito de pedestres e veículos, através de uma ação efetivada pela polícia federal, fazendo cumprir uma liminar expedida pela justiça em 2000.

As reiteradas ações de fechamento geraram mobilizações e diversas práticas de enfrentamento entre a população, órgãos públicos, ambientalistas e aparato policial-militar, repercutindo em questões ambientais debatidas em âmbito nacional. Na medida em que a estrada corta o Parque Nacional do Iguaçu, qualquer decisão sobre o Caminho instiga a discussão acerca de outras áreas de conservação.

O Parque Nacional do Iguaçu (PNI), localizado na região extremo oeste do Paraná, foi criado em 10 de janeiro de 1939, durante o governo de Getúlio Vargas, pelo Decreto Nº 1035. Após a criação e implementação da Lei 9.985/2000, que regulamenta o Sistema Nacional das Unidades, foi definido pelo Ministério do Meio Ambiente¹ como Unidade de Conservação (UC) ambiental de proteção integral, destinada à preservação dos ecossistemas naturais e sítios de beleza cênica. O parque destaca-se, também, por possuir um dos maiores e mais belo conjunto de cataratas existentes, as Cataratas do Iguaçu, dando ao mesmo status de atração turística internacional.

¹ O Ministério do Meio Ambiente através da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, divide as Unidades de Conservação em dois grupos, cada um com objetivos específicos e legalmente definidos. O Capítulo III da referida Lei trata dos objetivos gerais e dos objetivos específicos das unidades de conservação e do grupo ao qual pertencem, com correspondentes e variados graus de restrições e permissividade dentro de suas áreas. Especificamente no Art.8º, trata do grupo das Unidades de Proteção Integral, classificando dentro desta categoria os Parques Nacionais, no qual se enquadra o Parque Nacional do Iguaçu. Cf. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/categorias> Acesso em 15 de maio de 2013.

Não podemos deixar de considerar que, para justificar a criação do Parque recorreu-se, em primeiro momento, à importância e beleza do conjunto de cataratas, que fazem parte da unidade de conservação, o que não deixa de caracterizar um tipo de preservacionismo seletivo, na medida em que privilegia áreas que são esteticamente apelativas. Muitas áreas que, por vezes, não apresentam o mesmo padrão de beleza, como brejos e pântanos, não têm para a preservação o mesmo valor já que não apresentam “beleza sublime”. “As escolhas sobre o que preservar, onde preservar, etc., também não estão isentas de lutas e relações de poder.”²

No ano de 1986 o Comitê de Patrimônio da Humanidade da UNESCO declarou o Parque Nacional do Iguaçu como Patrimônio da Humanidade, dando maior visibilidade e importância às questões relacionadas a esse espaço. Nesse mesmo período as questões relacionadas ao Caminho do Colono tornam-se mais evidentes, iniciando conflitos entre moradores da região, ambientalistas e órgãos governamentais.

O Caminho do Colono, como citado anteriormente, foi oficialmente aberto como estrada no ano de 1954, mediante autorização do Governo Estadual, com auxílio da empresa Industrial e Agrícola Bento Gonçalves³, que colonizou os municípios de Matelândia e Medianeira, sendo utilizado como uma das vias de colonização do Oeste do Paraná. A estrada corta o PNI ao longo de dezessete quilômetros e seiscentos metros de extensão em uma faixa de aproximadamente doze metros e meio de largura. Tem em um de seus extremos o município de Serranópolis do Iguaçu e no outro, o Rio Iguaçu, que possibilitava, por meio de travessia por balsa, a ligação dos municípios de Serranópolis e Capanema. O percurso seguia a direção norte-sul, com poucas curvas e declives acentuados, com pavimentação primária (terra batida) em meio à mata, e cortado pelos riachos Capoeirinha e Quilômetro Oito, ambos com nascente e foz no Parque.

² VESENTINI, José Willian. **Geografia, natureza e sociedade**. Coleção. Repensando a Geografia. São Paulo: Contexto, 1989, p. 55.

³ A estrada foi aberta durante o governo Bento Munhoz da Rocha Neto (31 de janeiro de 1951 a 3 de abril de 1955). A empresa Industrial e Agrícola Bento Gonçalves foi uma companhia colonizadora constituída no município de Bento Gonçalves (RS), no dia 29 de setembro de 1949, que atuou na comercialização de terras. Sua contribuição para a abertura da estrada consistiu, segundo registros, em um empréstimo de trator.



Mapa 1: Localização da Estrada do Colono

Fonte: <http://www.lolocornelsen.com.br/sudesul-editado-estradadocolono.htm>

Apesar da abertura da estrada ter ocorrido no ano de 1954, torna-se importante assinalar que há narrativas, entre as quais de Luciano Dallo⁴, que reivindicam a existência da estrada desde o ano de 1924, como sendo uma picada (caminho aberto, geralmente, à foice ou a facão na mata) pela qual teria passado a Coluna Prestes. Durante o processo de colonização, a estrada tornou-se um dos caminhos para os migrantes, sobretudo daqueles oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A estrada também se constituiu em um meio de escoamento da produção e diminuiu consideravelmente a distância entre os migrantes que se estabeleceram na fronteira Oeste do Paraná com o Paraguai e a Argentina e os familiares e parentes que permaneceram nos Estados de onde migraram.

Neste contexto de migração e adaptação a uma nova realidade é que se produziu a relação entre os sujeitos e natureza, entre os migrantes vindos do Rio Grande de Sul e Santa Catarina e o Caminho do Colono. Ou seja, a partir do “processo de utilização do meio, do que se encontrava nesse meio ou do que ele possibilitava para a fixação dos grupos humanos”, os sujeitos foram criando formas de adaptação e sobrevivência em uma nova realidade. Estas formas de adaptação representaram justamente o “processo de relações que se estabeleceu entre o homem e o meio”, não com o meio delimitadamente físico, “mas ainda e, sobretudo

⁴ DALLO, Luciano. **Caminho do Colono: vida e progresso**. Francisco Beltrão: GRAFIT, 1998, p.62. O autor, natural de Capanema, Paraná, é cantor e escritor. Publicou diversos livros sobre vários assuntos. Sua obra trata-se uma narrativa histórica não acadêmica sobre a estrada do colono, incluindo informações sobre o PNI, ata da reunião da Câmara de Vereadores de Medianeira, de 1986, que trata do fechamento da estrada, e entrevista com Armando Bitencourt.

com o meio amplamente ecológico”⁵.

Nesse sentido, a Estrada do Colono tornou-se significativa para os moradores da região, visto que sua utilização contribuiu no processo de adaptação dos colonizadores a uma nova realidade, e o seu uso passou a ser um costume tanto nos momentos de trabalho quanto nos momentos em que desejavam regressar às regiões de onde haviam partido, para visitar seus familiares. Portanto, a existência desse percurso, segundo relatos dos entrevistados(as), facilitava maior convívio social, além de possibilitar a comercialização de produtos, tanto o escoamento da produção como a aquisição de mercadorias, especialmente, em cidades no Rio Grande do Sul.

Estas práticas sociais, em grande medida, foram dificultadas ou interrompidas, tendo em vista o fechamento da Estrada do Colono em 12 de setembro de 1986. Naquele momento o Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná (DER) começava a asfaltar a estrada e uma Denúncia Crime apresentada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Foz do Iguaçu, representado pelo seu presidente o militar aposentado Arnóbio Ricardo da Silva, alegando prejuízo à natureza, foi encaminhada ao Ministério Público Federal “solicitando a suspensão do asfaltamento da rodovia trecho Capanema - Medianeira, BR163, área pertencente ao Parque Nacional do Iguaçu”.

A liminar de ação civil pública que suspendeu o asfaltamento da estrada e promoveu seu fechamento teria, a princípio, efeito por 90 dias. Neste prazo, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) se responsabilizou em dar uma resposta à população quanto à utilização ou não da estrada, além de um possível plano de manejo. No entanto, o processo se alastrou por um período de dez anos, sem que houvesse resposta à população.

No dia 08 de maio de 1997, a estrada foi reaberta a partir de uma ocupação coletiva da estrada, promovida por representantes políticos e por moradores da região. Esta ocupação, segundo jornais⁶, reuniu em torno de mil pessoas e antecipou a manifestação maior, ocorrida no dia 13 de maio daquele mesmo ano, mobilizando cerca de trinta mil pessoas a favor da reabertura da estrada. Neste contexto a Estrada do Colono passou a ser denominada de

⁵ DIEGUES, Antônio C. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.18.

⁶ Segundo o Jornal Gazeta do Iguaçu de 09 de maio de 1997, aproximadamente 1.000 moradores de Capanema e Serranópolis do Iguaçu, apoiados por lideranças políticas de todo o Paraná, iniciaram na data do dia 08 o desbloqueamento da estrada (Caminho do Colono) que corta o Parque Nacional do Iguaçu, dando início a uma das maiores mobilizações do povo do interior do Paraná. Também o jornal Gazeta do Povo de 09 de maio de 1997, Curitiba, noticia mais de 1.500 moradores do Oeste e Sudoeste do estado do Paraná, invadiram o Parque Nacional do Iguaçu, antecipando a manifestação de reabertura da Estrada do Colono, programada para o dia 13.

Caminho do Colono.

A reabertura da estrada, contrariando a expectativa da população, foi fechada novamente no dia 13 de junho de 2001, sob a intervenção da Polícia Federal, permanecendo assim por um período aproximado de dois anos. O que ensejou uma nova ocupação por moradores dos municípios de Medianeira, Capanema, Serranópolis do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, no dia 04 de outubro de 2003, voltando a ser fechada após quatro dias, no dia 08 de outubro de 2003, situação que permanece até os dias atuais.

Atualmente o Projeto de Lei 7123/2010, de 13 de abril de 2010, apresentado pelo Deputado Federal Assis do Couto do Partido dos Trabalhadores (PT) do Paraná, tem centrado as discussões sobre a questão propondo a criação da Estrada - Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu.

O presente projeto de lei, que teve seu relatório aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e da Cidadania (CCJ) da Câmara de Deputados em primeira votação no dia 03 de abril de 2013 e posteriormente no dia 21 de agosto de 2013, e que agora segue para apreciação no Senado, traz uma importante modificação para a legislação brasileira, que é a criação da categoria Unidade de Conservação, denominada Estrada-Parque, o que, segundo a ambientalista Teresa Urban⁷, deveria ser considerado um crime; a reabertura de uma ferida em meio ao PNI.

Teresa, jornalista curitibana, foi uma das primeiras mulheres militantes nas políticas de meio ambiente no Brasil, ela tem acompanhado as questões em torno da abertura e fechamento da estrada desde o ano de 1986. Ao tomar conhecimento do projeto de lei proposto pelo Deputado Assis de Couto, Tereza reforçou suas convicções em relação ao PNI, tecendo fortes críticas quanto à inserção do artigo que estabelece o conceito de Estrada-Parque no referido projeto. Para ela, a lei que criou o Sistema de Unidades de Conservação foi discutida durante anos pelos maiores especialistas do país, “o conceito que eles propõem como Estrada-Parque é extremamente vulnerável e superficial”⁸. Ela explica que diversos cientistas consideram a Estrada-Parque como uma área de uso sustentável que não é compatível com uma região de proteção integral, como o Parque Nacional do Iguaçu. Uma Estrada-Parque seria, segundo ela, um lugar de lazer e educação ambiental, incompatível com

⁷ Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/entrevistas/conteudo>. Acessado em, 02/03/2012.

⁸Entrevista concedida a jornalista Denise Paro do jornal Gazeta do Povo. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/conteudo>, acessado em 28/05/2013.

a circulação de veículos, como proposto no Art.4º Parágrafo único, do Projeto de Lei Nº 7123/2010.

Em meio às disputas de reabertura e fechamento, no ano de 1998 tive a oportunidade de iniciar minha graduação na cidade de Palmas – PR e, com a estrada aberta, fazia uso dela, encurtando de maneira significativa a distância entre Medianeira, onde residia e Palmas, meu local de estudos. A possibilidade de utilizar a estrada promoveu, de certa forma, um estreitamento de laços com meu objeto de estudo.

Ainda no período de minha graduação, no ano de 2001, a estrada voltou a ser fechada. Naquele momento me senti, assim como muitos dos manifestantes que já haviam reivindicado e novamente reivindicavam a reabertura da estrada, privada do direito de ir e vir, sem entender a real necessidade do fechamento.

Várias eram as inquietações que me tomavam sobre o assunto, dentre as quais: questões ambientais relacionadas à destruição da natureza em nome de um determinado desenvolvimento; questões históricas, como as dificuldades impostas às famílias no sentido de reencontrarem seus familiares e desenvolverem uma convivência mais próxima e constante, bem como dúvidas relacionadas aos critérios utilizados para a abertura ou não de caminhos que cortam os Parques Nacionais. Nesse caso, as dúvidas diziam respeito principalmente ao Parque Nacional do Iguaçu, visto que este possui a Estrada das Cataratas, percurso que liga Foz do Iguaçu às Cataratas do Iguaçu, dentro do Parque Nacional e a Ruta Nacional 101 na Argentina, rodovia de 40 km, similar ao Caminho do Colono, que se encontra no lado argentino do Parque Nacional do Iguaçu (PNI). O percurso não é asfaltado e serve como principal ligação entre as cidades de Puerto Iguazú, Andresito, Cabureí e outras pequenas localidades da Província de Misiones.

Depois de formada, no ano de 2002, ao cursar a especialização em Metodologia do Ensino de História e Geografia, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), optei por fazer um estudo sobre o Caminho, intitulado “Caminho do Colono” para conhecer melhor a sua história e as implicações da sua reabertura e/ou fechamento. Esse primeiro trabalho foi desenvolvido em uma perspectiva de pesquisa bibliográfica, onde foram levantadas questões históricas em relação ao caminho, sua utilização durante o processo de colonização da região e também durante o momento em que estava sendo realizada a pesquisa de especialização, bem como os fatores que levaram ao fechamento.

Dessa forma, o contato com a diversidade dos sujeitos que participaram do “Movimento Pró-Reabertura do Caminho do Colono”, organizado em 1997 pela AIPOPEC⁹, me estimulou conhecer melhor suas diversas experiências, como também ampliar o leque de investigação acerca do movimento, a partir da visão dos sujeitos nele envolvidos direta e indiretamente.

Na pesquisa de campo, para elaboração do projeto de mestrado, ao buscar informações sobre as manifestações, os momentos de fechamento e reabertura, bem como sobre os sujeitos e os grupos que compunham o movimento de luta pela reabertura do Caminho do Colono, identificamos uma diversidade de sujeitos, de diferentes grupos e classes sociais, como políticos, agricultor(as)es, comerciantes, funcionárias(os) públicas(os), professoras(es), entre outros, com faixas etárias bastante diferenciadas. Embora não se trate de um movimento social na acepção clássica do termo¹⁰, estamos diante de um movimento coletivo movido por um objetivo em comum – a reabertura da estrada.

O conjunto das pessoas que participaram do movimento pela reabertura da estrada, apesar de se mobilizarem por um objetivo comum, não era homogêneo, no interior das mobilizações existia, além da diversidade de sujeitos, uma multiplicidade de sentidos e significados em relação à reabertura do caminho. Diversos interesses moveram os sujeitos para e no processo de reivindicação. Investigar esses diferentes interesses, essa pluralidade de significações, conjugadas as vivências que faziam e fazem sentido para cada um, possibilita dar visibilidade à constituição dos sujeitos, nesta dissertação das mulheres, no sentido empregado por Touraine. Para o autor, segundo Maria da Glória Gohn, “o Sujeito é ator que luta pela produção de si próprio, de sua de vida individual. Sua ação se traduz no esforço do indivíduo para transformar experiências vividas em construção de si mesmo, como ator”¹¹.

Para além desta dimensão, na dinâmica das mobilizações percebemos aspectos diversificados de experiência social, entre os quais: os conflitos, as disputas, as práticas e representações dos sujeitos (mulheres e homens) acerca do Caminho do Colono na sua relação com decisões para além do espaço local.

⁹ - Como veremos no primeiro capítulo, a Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono (AIPOPEC) surgiu em 1986, como consequência da decisão judicial que determinou o fechamento da estrada, e objetivava representar judicial e extrajudicialmente os dezessete municípios que a compunham.

¹⁰ - O sentido clássico da acepção, notadamente situada no campo do marxismo, articula movimento social às noções de classe social e de luta de classes, um coletivo movido por objetivo(s) em comum, visando à transformação social no antagonismo a outra classe social. Sobre o assunto ver: GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

¹¹ - Id., *ibid*, p. 114.

Esta questão nos remete à micro história de Revel¹². Para ele, a micro-história não significa uma negação à macro história, ou a não percepção da relação do objeto analisado com o contexto mais amplo, pelo contrário, a possibilidade desse estudo nos permite perceber mais claramente a relação intrínseca existente entre a escala macro e micro e de que forma uma interfere na outra, possibilitando preencher o fosso existente na compreensão histórica. Essa perspectiva nos permite relacionar conflitos regionais, como os do Caminho do Colono, com as políticas ambientais desenvolvidas a nível nacional e pensar como essas políticas interferem na vida da população em torno ao PNI.

O levantamento e a leitura de materiais produzidos em relação ao Caminho do Colono, como dissertações, livros, periódicos, entre outros, nos fez perceber que determinados aspectos, como também determinados sujeitos, ficaram relegados ao esquecimento. As mulheres quando aparecem ficam limitadas a algumas imagens, intromissões em depoimentos e lembranças dos considerados “sujeitos ativos” do movimento, como prefeitos, vereadores e deputados.

A maior parte do material produzido acerca do Caminho do Colono refere-se a questões ambientais, discutindo principalmente no campo da geografia, a exemplo do estudo realizado por Dalésio Ostrovski: “Análise dos impactos socioambientais motivados pelo Caminho do Colono”¹³. Em seu trabalho o autor analisa os conflitos promovidos pelas políticas de preservação ambiental e de gestão territorial (desenvolvimento regional), juntamente com a evolução do ambientalismo no Brasil e o levantamento fitossociológico das espécies vegetais mais características que existem ao longo do Caminho do Colono. Edson dos Santos Dias na tese de doutorado, “Desenvolvimento regional e conservação ambiental: a estrada do colono como via de (des) integração do oeste-sudoeste paranaense”¹⁴, aborda de forma um pouco mais abrangente a estrada como elemento do espaço carregado de significados materializados nos diversos interesses envolvidos, de ordem política, econômica e ambiental, porém suas análises enfatizam o campo da geografia.

Os materiais produzidos no campo da história privilegiam principalmente a descrição

¹² REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998, p.19.

¹³ OSTROVSKI, Dalésio. **Análise dos impactos sócioambientais motivados pelo Caminho do Colono**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

¹⁴ DIAS, Edson dos Santos. **Desenvolvimento regional e conservação ambiental: “A Estrada do Colono” como via de (des) integração do Oeste – Sudoeste paranaense**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. SP.

cronológica da história do Caminho a partir do processo de colonização da região até os momentos de mobilização, sem um diálogo mais aprofundado com os sujeitos e as relações existentes. Observamos essa abordagem nos livros sobre o Caminho publicados por Luciano Dallo (1998), como também nos livros que relatam a história do município de Medianeira e região. Como produção acadêmica nesse campo, o trabalho de Ivani Inês Dierings, “A AIPOPEC e o discurso em defesa da reabertura da Estrada do Colono”¹⁵, procurou analisar os discursos utilizados por esta associação que defendia a reabertura da estrada, percebendo sua repercussão e interferência no movimento. A autora produziu e analisou depoimentos de sujeitos que participaram do processo, porém, limitando-se a alguns relatos masculinos.

Encontramos ainda algumas produções ligadas ao campo da sociologia, a exemplo do trabalho de Tânia Luisa Bonassa¹⁶, que analisa as práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu a partir do Caminho do Colono, bem como no campo das ciências econômicas, como o trabalho de Marilete Rosa Daniel¹⁷, que procede exclusivamente uma análise de caráter socioeconômico, apresentando dados sobre a situação econômica no município de Capanema após o fechamento da Estrada do Colono.

Observamos, portanto, que há um campo, o das memórias de mulheres e homens que participaram das mobilizações do “Movimento Pró-Reabertura do Caminho do Colono”, ao qual pouca atenção se deu e que é fundamental para compreender não apenas dimensões pouco exploradas ou não investigadas sobre o assunto, mas também as práticas e representações que permeiam as relações sociais que essas pessoas estabelecem(ram) para uma reivindicação específica (a abertura da estrada) na relação com os sentidos e significados elaborados acerca do meio ambiente.

Assim, cabe ao historiador promover um diálogo aprofundado entre as lembranças do passado e as práticas do presente, evidenciadas pelas narrativas de mulheres e homens. Trazer à tona memórias em relação ao Caminho do Colono nos permite retomar um diálogo com o tempo, com as diversas relações que se estabeleceram, nos diferentes contextos que envolvem

¹⁵ DIERINGS, Ivani Inês V. **A AIPOPEC e o discurso em defesa da reabertura da Estrada do Colono (1986-1997)**. Marechal Cândido Rondon, 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

¹⁶ BONASSA, Tânia L. **Estrada do Colono – ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná.

¹⁷ DANIEL, Marilete Rosa. **Estrada do Colono: interdição e impacto sócio-econômico no município de Capanema**. 1993. Monografia (Curso de Ciências Econômicas) UNIOESTE/FECIVEL, Cascavel.

as tensões, os conflitos e os embates acerca do Caminho do Colono.

Logo, a preocupação central deste trabalho, é analisar a participação das mulheres no Movimento Pró-Reabertura do Caminho do Colono. Como mulheres do campo e da cidade, com diferentes trajetórias de vida e com inserções diversas nas relações sociais, interpretam o fechamento e as ações coletivas pela reabertura da estrada? Como participaram? Como avaliam a constituição de suas subjetividades a partir das experiências de reivindicação, especialmente as vividas nos tempos e espaços dos acampamentos organizados no trajeto designado como Caminho do Colono?

Perceber e analisar as ações das mulheres enquanto sujeitos de processo sociais, em mobilizações e manifestações realizadas em espaços públicos reivindicando direitos se constitui em uma prática relativamente recente na historiografia. Segundo Perrot¹⁸, o fator decisivo para essa mudança foi o próprio movimento das mulheres, que se desenvolveu a partir dos anos 1970 na França, ano da fundação do *Mouvement de Libération des Femmes (MLF)*, um verdadeiro movimento social que, a princípio, não se preocupou em escrever sobre a história das mulheres, mas sim em refletir e debater questões referentes às diferenças de sexos. A intensificação nas pesquisas propriamente ditas, nesse campo, passou a acontecer em fins dos anos 1970.

Em vinte anos o referido campo de pesquisa consolidou-se, crescendo em seus objetos, métodos e pontos de vista. Questionamentos que inicialmente se preocupavam em tornar visível o que estava escondido, reencontrar traços e questionar sobre as razões do silêncio que envolvia as mulheres enquanto sujeitos da história, posteriormente passaram a ser elaborados no sentido de perceber as mulheres enquanto agentes responsáveis pelos seus destinos individuais e coletivos, sobre suas capacidades de resistência e transformação, compreendendo-as nos movimentos e nas revoluções sociais.

No Brasil, até os anos de 1960, os temas envolvendo as mulheres também eram considerados de pouca importância, revelando uma estrutura alicerçada em padrões quase que exclusivamente masculinos. Elementos emblemáticos em torno da figura e do domínio do homem nos espaços públicos contrastavam com os espaços reservados às mulheres, preponderantemente voltados aos afazeres domésticos, a casa e à família, praticamente à esfera privada.

¹⁸ PERROT, Michelle. “Escrever uma História das mulheres: relato de uma experiência”. Cadernos Pagu (4), 1995, p.9-25.

A partir das décadas de 1980 e 1990, o movimento feminista abriu espaço na sociedade brasileira, revelando a importância das mulheres enquanto sujeito de mudanças sociais. A partir de então as mulheres começaram a reivindicar junto à sociedade não somente a igualdade de direitos, mas também o direito de serem diferentes, mostrando as diferenças sociais existentes entre homens e mulheres¹⁹.

O período acima mencionado tornou-se um marco na história brasileira, na medida em que os questionamentos produzidos pelas mulheres ultrapassavam questões relacionadas às diferenças de sexo, discutindo desigualdades históricas e culturais entre homens e mulheres. Os estudos nesse período procuraram dar maior visibilidade às relações de poder existentes nos espaços sociais que contribuíam para perpetuar as desigualdades entre homens e mulheres²⁰.

Podemos considerar, portanto, que o caráter preponderantemente masculino vinculado ao movimento para a reabertura do Caminho do Colono pode estar relacionado ao fato das disputas e mobilização terem ocorrido em sua maioria em espaços sociais públicos, onde a presença e a imagem masculina ganharam maior visibilidade. As narrativas nas entrevistas realizadas, entretanto, apontam para outro olhar acerca dessas mobilizações: denotam um movimento constituído por uma diversidade de sujeitos que empreenderam uma multiplicidade de significados e interesses em relação à reabertura ou fechamento do caminho a partir de diferentes valores. Apontam para um movimento onde as mulheres estiveram presentes e contribuíram significativamente no processo de construção e efetivação das manifestações, nas quais vivenciaram a constituição de sua subjetividade. As entrevistas demonstram que a participação das mulheres no movimento ocorreu de forma intensa e em grande número, inclusive em ações coletivas de ação direta, como de enfrentamento ao aparato policial.

Conhecer as vivências das mulheres nas mobilizações para a reabertura do Caminho, a partir de suas narrativas, para além de reconhecer sua participação efetiva, possibilita a elas expressarem sentidos e significados, ampliando o campo de compreensão sobre o movimento e sobre sua própria atuação. Desta feita, utilizamos a categoria “mulheres” na análise das

¹⁹ MENEGAT, Alzira Salete. “Mulheres na sociedade: um olhar sobre a condição das mulheres e as transformações sociais produzidas por elas.” In: FARIAS Marisa de Fátima (Org.). **Relações de gênero: dilemas e perspectivas**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009, p.16-36.

²⁰ SOUZA_LOBO, Elisabeth. “O trabalho como linguagem: o gênero como trabalho”. In: COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, Cristina (Org.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992, p.252-265.

vivências, segundo a acepção de Joana Maria Pedro, para a qual “somente a identidade de sexo, o fato de ser mulher não nos permite percebê-las de maneira uniforme e homogênea”²¹.

Importa ressaltar, como bem mostra a autora citada, que a construção da categoria “mulheres” se deu a partir de uma forte crítica estabelecida principalmente no contexto norte americano da década de 1960, onde o uso da categoria “mulher”, instituída no início do movimento feminista, no final do séc. XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos, passou a ser questionada.

A constituição de uma identidade diferenciada da dos homens, ainda segundo Pedro²², não foi o suficiente para explicar as mulheres, foi possível perceber a partir dos diversos encontros e debates realizados para a luta de seus direitos, que reivindicações importantes para umas não tinham igual relevância para outras, que não exista a “mulher” e sim “mulheres”. Ou seja, existia uma diversidade de mulheres de diferentes raças, crenças, classes sociais que reivindicavam suas diferenças dentro da diferença. A identidade de sexo “mulher” já não dava mais conta de juntar todas as mulheres em torno de uma mesma luta, pois o fato de ser mulher não as tornava iguais. A categoria “mulheres” começa, já no final dos anos de 1970, substituir a categoria “mulher” em muitas reivindicações, respeitando o pressuposto das múltiplas diferenças. Mulheres negras, brancas, mães, casadas, solteiras, donas de casa, operárias, empregadas domésticas, entre outras.

Diversidade presente também no grupo de mulheres ligadas ao Movimento Pró-Reabertura do Caminho do Colono, mulheres com experiências e vivências que pressupõem múltiplas diferenças entre elas. Mulheres que significavam sua prática e reivindicavam sua participação social das mais variadas formas. Mulheres do campo e da cidade, de variados grupos sociais, que atuaram e atuam nas mais diferentes funções e atividades, tanto no referido movimento como fora dele, com faixa etária bastante diferenciada, não permitindo dessa forma uma homogeneização destes sujeitos. Portanto, há necessidade de reconhecer essas mulheres e compreendê-las no movimento a partir das suas práticas. Isso implica também compreender as relações sociais e as construções culturais que permearam e permeiam suas vivências. Ou seja, trata-se de produzir uma história das mulheres.

As regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, espaço no qual desenvolvemos nossa

²¹ PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. In: Revista História. São Paulo: UNESP, 2005, vol. 24, p. 79.

²² Id., *ibid*, p. 79.

pesquisa, têm como base imigratória famílias de ascendência européia (italianas e alemãs), que trouxeram consigo e procuraram recriar seus modos de vida. São em sua maioria famílias nas quais, não raras vezes, as mulheres desenvolvem atividades consideradas secundárias, como os afazeres domésticos, o cuidado com a educação dos filhos, entre outros. Entretanto, não é isso que se verifica na prática, pois além destas atividades serem essenciais à manutenção e reprodução das famílias, elas desenvolvem outros trabalhos, resultando em dupla ou tripla jornada de trabalho.

Neste contexto, há histórias de aceitação ou de rejeição pelas mulheres aos princípios inculcados, as identidades impostas que visam assegurar e perpetuar sua dominação, de violência simbólica, no dizer de Ginzburg²³. Perceber os significados e sentidos atribuídos pelas mulheres, a sua atuação na luta pela abertura Caminho do Colono exigiu buscar o reconhecimento da realidade vivida por elas, de seus gestos, de suas ações, e da teia que engendraram nas relações com outros sujeitos sociais.

Procuramos, dessa forma, desenvolver o trabalho a partir da prática, descrita por Ginzburg²⁴, uma prática comparável ao trabalho de um médico, de um detetive, construindo o conhecimento histórico, percebendo o indireto, o indiciário e o conjectural. Atentando para todos os tipos de dados, mesmo àqueles que pudessem parecer residuais e irrelevantes, partindo das singularidades e particularidades, articulando os diversos componentes das práticas sociais dos sujeitos, trilhando um caminho onde fosse possível o diálogo entre passado e presente, analisando os testemunhos dos sujeitos, relacionando-os com seu tempo e espaço. Relacionando-os ainda, com os diversos campos do conhecimento, buscando interpretá-los a partir de novas janelas ou perspectivas, sem esquecer que nessa análise dos pormenores a totalidade não poderá ser abandonada.

Assim, para analisar a participação das mulheres no processo de reivindicação pela reabertura do Caminho do Colono, buscando evidências capazes de problematizar e fazer perceber suas ações de forma mais ampla, procuramos escutar, de forma sistemática, as narrativas de suas memórias, juntamente com o cotejar de documentos que pudessem contribuir para a construção do conhecimento histórico sobre o movimento. Isto tornou necessário à realização de um trabalho de pesquisa que articulasse a coleta de dados,

²³ GINZBURG, Carlo apud CHARTIER, Roger. **A história hoje: dúvidas, desafios, propostas**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 97-113.

²⁴ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 157.

informações e testemunhos em diferentes tipos de fontes.

Compartilhando do pensamento de Portelli²⁵, acreditamos que as fontes orais e escritas não são mutuamente excludentes, elas possuem características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra podem preencher, requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos, no entanto são capazes de contribuir conjuntamente na construção do conhecimento histórico. Utilizamos assim fontes escritas, musicais e iconográficas, periódicos dos momentos das manifestações, registros legais do movimento, atas, projetos de lei, planos de manejo, dissertações, teses, ou seja, as mais diversas formas de registros visto que “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita, e tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”²⁶.

No entanto, os testemunhos orais, através de entrevistas realizadas com mulheres que participaram do movimento, são a base de nosso trabalho. Permitir a essas mulheres a oportunidade e o espaço para falar sobre suas experiências e vivências em relação ao movimento, utilizando a história oral, significa abrir um campo de exercício do direito de falar, de expressar as interpretações e perspectivas de cada uma, como um instrumento expressivo na construção e afirmação de suas presenças sociais²⁷.

Atualmente a história oral tem promovido mudanças significativas de perspectiva em relação aos objetos de estudo da história. Boa parte desses estudos reporta-se à memória ou recorrem ao trabalho com a memória, ampliando significativamente o uso dos relatos orais. Isso não poderia ter acontecido sem uma variação nas fontes, reconhecendo o lugar e a legitimidade das fontes testemunhais orais, implicando em uma percepção do passado como algo que tem continuidade e cujo processo histórico não está acabado²⁸.

Assemelhamos o relato oral ao processo histórico, ou seja, a algo que não está pronto e acabado e que tem continuidade, principalmente quando trabalhamos com relatos orais que dizem respeito a histórias de vida e experiências dos sujeitos. Uma história de vida não é algo morto, mas sim uma trajetória (re)construída onde os narradores examinam sua imagem do

²⁵ PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. In: Projeto História. São Paulo, nº. 14, fevereiro, 1997, p.26.

²⁶ BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Trad. André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.79.

²⁷ KHOURY, Yara Aun. **Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história**. In: FENELON, Déa Ribeiro e outros (org.). *Muitas memórias, Outras histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004, p. 137.

²⁸ SARLO, Beatriz. **Tempo passado cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 12.

passado enquanto caminham, enquanto vivenciam experiências e se relacionam com os outros.

Embasados nos estudos de Portelli²⁹, entendemos que os relatos orais acompanham o tempo, crescem com o tempo e se decompõem com ele. O fato de que o tempo tira tanto quanto acrescenta elementos em uma narrativa nos leva a perceber a narrativa como prática social construída através das relações estabelecidas pelos sujeitos e com o tempo. O dia a dia vivido pelo narrador, o momento no qual a entrevista é realizada, a condição física, a relação do narrador com o entrevistador são situações concretas que interferem nas narrativas, mesmo que de forma subjetiva, o que, no dizer de Portelli, fornece às fontes orais um elemento precioso que nenhuma outra fonte possui em medida igual.

Reconhecer a presença da subjetividade, tanto nas fontes quanto no trabalho do historiador, é reconhecer que a história é feita por sujeitos e que esses sujeitos vivem momentos históricos específicos que influenciam e dimensionam sua compreensão dos acontecimentos e de si mesmos. Enquanto a subjetividade nos relatos orais manifesta-se na linguagem, silêncios, gestos e expressões dos entrevistados, carregando-os de significados e sentidos, a subjetividade do historiador “se apresenta no processo de compreensão e interpretação das fontes”³⁰. Segundo este autor, trata-se de um processo interior e exterior ao sujeito, visto que o trabalho não se limita somente à explicação, que é um processo descritivo do exterior, mas no processo de interpretação e compreensão das fontes e da relação dessas fontes com o contexto temporal e espacial. Por esse fato, é necessário tomar cuidado, pois muitas vezes o historiador não se dá conta de que mata o passado em função da subjetividade que aparece a partir da sua existência e da sua compreensão.

A consciência de que, apesar de pesquisadores, somos sujeitos de um determinado tempo histórico e também resultado de uma teia de relações que nos torna passível de promover julgamentos e focar o olhar em determinada direção, é fundamental. Ter claro de onde falamos, com quem dialogamos e qual nosso objetivo com a construção de determinado conhecimento histórico permite que possamos contribuir com visões mais comprometidas sobre nossa realidade.

Conforme citado anteriormente, as narrativas orais são percebidas por nós como

²⁹ PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral.** In: Ética e História Oral. Projeto História, Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, vol.15, 1997, p. 13-49.

³⁰ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** São Paulo: Ed. Unicamp, 2007.

práticas sociais, como expressão de experiências vividas, enraizadas no social e interferindo nele³¹. Assim, as narrativas não foram abordadas como meramente factual ou coleta e sistematização de informações. Conferimos atenção especial às relações imbricadas entre os fatos narrados e as significações construídas, que entendemos estarem para além das entrevistas em si.

Compreendemos que na escrita da história nenhum discurso é livre de fissuras e contradições, nenhum discurso atinge apenas um foco, tencionando contradições. Nas questões relacionadas ao Caminho do Colono, por exemplo, quando o Estado forma um Parque Nacional, reforça o paradigma da forma de pensar o meio ambiente e a relação do homem com esse meio, promovendo uma relação tensa entre homem e natureza, como também entre sujeitos e Estado. Quando nos referimos ao Caminho do Colono, podemos questionar o termo “colono”, tencionando uma discussão sobre os sujeitos que participaram do processo e das manifestações, ou mesmo quando discutimos o sentido e significado da preservação ambiental para os sujeitos que promoveram as manifestações nos diferentes contextos e momentos das manifestações.

Partindo dessa perspectiva, propusemos a análise das narrativas no sentido de contribuir na produção de um conhecimento histórico fundamental na compreensão de trajetórias individuais e coletivas relacionadas às mobilizações do Caminho do Colono, as relações constituídas pelos sujeitos, os papéis desempenhados por eles em diferentes momentos de suas vidas, as vivências que foram significando e construindo sua identidade.

Com base no pressuposto que os sujeitos se constituem, constroem sua identidade e se compreendem de maneiras diferenciadas, concordamos com Portelli³² quando afirma que o foco narrativo varia de acordo com as experiências vividas pelos narradores e as perspectivas a partir das quais a observam.

Para a realização do trabalho, entrevistamos um total de doze mulheres, com idade entre 42 a 87 anos, que participaram efetivamente nas manifestações. Em sua maioria mulheres moradoras do município de Serranópolis do Iguaçu e algumas delas de Medianeira. Atualmente trabalham em atividades diversas como comerciantes, professoras, donas de casa,

³¹ WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

³² PORTELLI, Alessandro. **A História oral como gênero**. Projeto História 22. São Paulo: Educ, jun. 2001, p 9-36.

representantes da política partidária e aposentadas. Torna-se importante considerar, no entanto, que, com exceção de apenas uma delas, todas, em sua trajetória de vida³³, exerceram atividades relacionadas ao trabalho com a terra, e que, no atual momento, três entrevistadas de Serranópolis do Iguaçu concorrem a cargos na cadeira legislativa do município, atribuindo sua popularidade também à participação na luta pela reabertura do Caminho. As suas narrativas denotam perspectivas e interpretações diversas em relação ao movimento e estão relacionadas aos modos de participação de cada uma delas.

O texto da dissertação está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta e discute a diversidade de memórias produzidas acerca do Caminho do Colono. Trata-se de memórias coletivas e individuais, memórias construídas pela mídia, pelo poder público, por instituições governamentais e ambientalistas que permeiam argumentos, as tensões, os conflitos e os embates dos diferentes atores sociais nas disputas pela reabertura da referida estrada ou da manutenção de seu fechamento. Procuramos mostrar que a elaboração de uma memória coletiva acerca do Caminho do Colono tem sido um importante instrumento que procura legitimar a reabertura da estrada.

Neste contexto, abordamos o uso e os significados atribuídos nas narrativas de mulheres migrantes e de outros sujeitos ao Caminho do Colono; a constituição do Parque Nacional do Iguaçu; as práticas e as memórias tecidas nos processos de fechamento e de luta coletiva para a abertura da estrada, bem como os embates entre ambientalistas e moradores do entorno do PNI.

No segundo capítulo, tendo em vista a importância e o significado dos acampamentos no processo de mobilização para a reabertura do Caminho do Colono, nos preocupamos com as vivências das mulheres em tais espaços, desde o momento da organização dos acampamentos até o momento de seu desmonte. Buscamos, através de suas narrativas, perceber suas formas de atuação e como significaram suas vivências. Neste sentido, optamos em priorizar as experiências relacionadas ao primeiro acampamento, montado no ano de 1997. Acreditamos que, devido às proporções alcançadas em termos de visibilidade, número de manifestantes, estrutura montada, tempo de organização e duração, as memórias relacionadas a ele apareçam com maior ênfase nas narrativas, apresentando dessa forma uma riqueza maior, sendo, portanto, mais significativo para a análise.

³³ Ao longo da dissertação as trajetórias de vida das entrevistas são retomadas na construção do texto. Ao final do trabalho, além de relacionarmos as entrevistas realizadas, também elaboramos uma breve biografia de cada uma delas.

No terceiro capítulo, abordamos as interpretações elaboradas pelas mulheres acerca da sua atuação na luta pela reabertura do Caminho do Colono. Através das narrativas das mulheres, buscamos perceber como as subjetividades, constituídas a partir de suas vivências no movimento, tanto nos enfrentamentos coletivos e em ações cotidianas, contribuíram para ressignificação de seu papel enquanto sujeito social e político, bem como de sua identidade como mulher. Ainda, tendo em vista as questões colocadas atualmente pelo Projeto de Lei Nº 7123/2010, que institui a Estrada- Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu, procuramos apresentar as alterações propostas pelo projeto, bem como o posicionamento das mulheres entrevistadas frente aos embates na atualidade.

CAPÍTULO I

“A VIDA PASSA POR AQUI”

Caminho do Colono: Memórias e Conflitos

“Então eu vim de Santa Catarina, tinha sete anos, até a gente passou aqui na Estrada do Colono, nós viemos de Santa Catarina. Na época era tudo mato, (...) tinha sete anos, faz quarenta anos. Aí a gente veio morar aqui em baixo na Linha Palmital, ali né, interior (...)”³⁴, narra Elsa Carbonera. Sua narrativa reporta-se a uma experiência vivida ainda na infância, indicativa de um deslocamento de sujeitos no tempo e espaço, de uma imagem do meio natural e, portanto, de uma relação com o meio ambiente.

A expressão “Estrada do Colono”, na narrativa, é significativa. Ao referir-se ao percurso de migração, menciona a “Estrada”, termo que foi substituído, com o passar dos anos, por “Caminho”. Esta substituição não se fez ao acaso. O termo utilizado para designar o percurso que corta o Parque Nacional do Iguaçu, entre os municípios de Capanema e Serranópolis do Iguaçu no ano de 1954, ano de abertura da estrada pelo governo do Estado, foi substituído em 1997, pela denominação Caminho do Colono, buscando adequar o uso do percurso às novas concepções ambientais. Sobre ele existem ainda narrativas que afirmam a utilização do trajeto como uma “picada”, mesmo antes de 1954, para chegar ao Oeste do Paraná.

Podemos considerar que os termos utilizados para denominar o mencionado percurso geográfico são decorrentes de relações sociais diferenciadas que nos reportam a temporalidades, interesses e modos de vida diversos. Há processos sociais que, segundo Espindola³⁵ produzem uma espacialidade determinada, visto que, segundo o autor, a organização espacial é sustentada, reforçada, conservada ou modificada nos processos sociais.

³⁴ Entrevista concedida por Elsa Carbonera, no dia 01/05/2012. Elsa é moradora do município de Serranópolis do Iguaçu e participou, em 1997, do processo de mobilização para a reabertura do Caminho do Colono, juntamente com seus familiares. Elsa, assim como outros moradores do município utilizava-se do Caminho, quando antes de seu fechamento.

³⁵ ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental**. In História Ambiental e Migrações. Orgs: Eunice Sueli Nodari e João Klug. Ed. Oikos, 2012, p.189.

Nesse sentido, as mudanças nos termos utilizados para denominar o percurso do Caminho do Colono contribuem no entendimento de que o espaço é relacional e não fixo, que o que existe são contextos espaciais produzidos por relações sociais. Portanto, a utilização do termo “estrada” pela entrevistada caracteriza percepções e lembranças em relação ao percurso, construídas em um contexto de migração de transição e mudança, que ainda são significativos em sua trajetória de vida.

Nesse caso, a estrada nominada pela entrevistada, como “do colono”, designa aquilo que lhe é próprio, aquilo que a partir de suas perspectivas e modo de vida tornou-se, na sua concepção, seu por direito e necessário à população. A utilização do termo “colono”, muito mais do que descrever o sujeito que utiliza a estrada, indica a relação estabelecida entre os sujeitos e o espaço em um determinado contexto, uma relação que está diretamente vinculada ao modo de vida, ao projeto de colonização e à forma como os colonos estabeleceram os laços com o meio em que viveram e que vivem.

Segundo Branderburg³⁶, o termo “colono” se refere aos imigrantes que vieram para o Brasil e se estabeleceram em pequenos lotes rurais, de forma independente do grande proprietário. Uma identidade social que provém da administração colonial, em que o Estado atribuiu essa denominação aos imigrantes e aos seus descendentes, participantes dos projetos de colonização³⁷. Os imigrantes e seus descendentes não apenas incorporaram esta representação social, mas, ao estabelecer a organização social de suas propriedades, laços de vizinhança, práticas socioculturais de reciprocidade horizontais e comunitárias, produziram o modo de vida de colono³⁸.

A ocupação das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, segundo Pereira³⁹, iniciou por volta de 1873, período em que se resolveram os problemas de fronteira entre Brasil e Paraguai. Nesse primeiro momento, a ocupação foi administrada por capitais estrangeiros, geralmente empresas Argentinas que extraíam da região a erva mate e a madeira, não raras vezes utilizando de mão de obra de indígenas que viviam neste espaço. Somente na década de

³⁶ BRANDENBURG, A. Colonos: subserviência e autonomia. In: BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**, Curitiba: UFPR, 1998. p. 71-10.

³⁷ SEYFERTH, Giralda. **Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso)**. In: Anuário Antropológico/91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, p. 46.

³⁸ SCHREINER, Davi Felix. **Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos e reassentamentos rurais (Região Oeste/Sudoeste do Paraná)**. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, p.47.

³⁹ PEREIRA, Sidnei Aparecido Pelicon. **Colonização do Oeste do Paraná entre as décadas de 1950 a 1960**. Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR “Patrimônio Histórico no Século XXI”, Jacarezinho, 2008.

1930, durante o governo de Getúlio Vargas, o processo de colonização teve novo impulso, motivado pelo movimento tenentista que, ao passar nessas regiões, as viu de grande importância para o desenvolvimento do país.

Com o objetivo de promover a colonização do oeste brasileiro, o governo federal desenvolveu o programa denominado “Marcha para o Oeste”, que inicialmente não havia sido pensado para o sul do Brasil, no entanto lançou as bases para os projetos de colonização desenvolvidos nos anos de 1950 nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. O programa, proposto pelo governo Vargas, era composto por um conjunto de ações governamentais bastante variadas, desde a implantação de colônias agrícolas à abertura de novas estradas e à construção de hospitais. Enquadrava-se em uma política de imigração bastante ampla, que buscava resolver problemas considerados cruciais para fazer do Brasil uma nação livre e moderna. Como primeira justificativa para a imigração, o governo brasileiro utilizava-se da economia no sentido de suprir a carência de mão-de-obra qualificada. Porém, interesses como aumentar a produção de alimentos e ocupar “vazios demográficos”, sobretudo na região sul, onde havia ameaça de invasão por parte dos vizinhos⁴⁰ Paraguai e Argentina, eram claros.

A colonização do Oeste e Sudoeste do Paraná preocupou-se com a efetivação de um programa que fazia parte das políticas do governo federal, com objetivos expansionistas que buscavam a integração e, concomitantemente, a organização dos territórios do oeste brasileiro, garantindo, dessa forma, além da segurança e da efetiva posse, a exploração produtiva de imensas regiões fronteiriças praticamente inabitadas.

Sob esta ótica, o modo de vida do imigrante europeu atendia aos interesses da política imigratória da época, que estava voltada para a criação de núcleos coloniais baseados na pequena propriedade. Segundo Petrone⁴¹, o imigrante, a partir de suas práticas, “deveria constituir-se no agente modernizado e transformador da sociedade e da economia brasileira. Com experiência agrícola e de criação de gado diferentes, com técnicas artesanais novas, com hábitos de vida outros que os das populações existentes. Se esperava que contribuísse para tirar o país da situação de atraso a que o sistema colonial o tinha relegado”.

Torna-se necessário considerar, no entanto, que, mesmo com práticas

⁴⁰ DANIEL, Camila. **A imigração e a formação de uma nação: por um projeto de modernização do Brasil**. Anais eletrônicos do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. UFBA, Campus Olinda, 2011, p.10

⁴¹ PETRONE, Maria Theresa. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.18.

adequadas aos interesses econômicos da nação, como o trabalho árduo, os imigrantes que se estabeleceram nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, assim como os primeiros imigrantes europeus, mostraram-se capazes de interpretar sua realidade e elaborar seus próprios projetos pessoais e coletivos, não se subordinando totalmente aos interesses políticos e econômicos do país. Estabeleceram seu modo de vida e suas práticas, negociando com as condições existentes sem estarem totalmente passivos às imposições. Sempre que julgaram necessário, buscaram formas de resistências capazes de negociar as reais condições com suas expectativas e intenções, fazendo perceber que as políticas migratórias preocupadas em sua maioria com carências e conflitos econômicos, sociais, políticos e culturais, de uma nação ou região, significavam em primeiro lugar a promessa de resolver conflitos e carências particulares, dentre os quais, a busca pela sobrevivência e melhores condições de vida⁴².

A concretização do programa “Marcha para o Oeste” só foi possível a partir da participação de sujeitos que possuíam expectativas e projetos de vida. Agentes que, ao se deslocarem de seu espaço de origem para outro de destino, o fizeram a partir de suas necessidades particulares, não se apropriando somente dos esquemas locais, mas acrescentando suas vivências e experiências à nova realidade. Os “(...) agentes dos processos de colonização não foram apenas suportes físicos de operações econômicas, foram também crentes que trouxeram nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não deviam morrer”⁴³, ou seja, suas vivências e experiências não foram esquecidas ou deixadas para trás, os acompanharam e negociaram com as novas condições.

Neste sentido, a narrativa de Clarita Fillipin, entre outras, é significativa. Ela nos conta como os colonos atravessaram a mata, “(...) ali eles passaram com as famílias, com as carroças, com as mudanças, tudo”⁴⁴. Ao rememorar o processo de migração, a entrevistada busca um sentido relacional entre as lutas do Movimento Pró-Reabertura do Caminho do Colono, vivenciadas no seu passado recente, com as experiências de migração/mudança de outrora. Clarita é moradora de Serranópolis do Iguaçu, atualmente exerce a função de vereadora em seu município e concorreu, em 2012, novamente ao cargo, sendo eleita. Participou ativamente do processo de mobilização para reabertura do Caminho em 1997, desde o processo de organização, bem como ficou acampada com outros manifestantes. Em sua fala, Clarita refere-se aos seus familiares que migraram de Itapiranga, Santa Catarina, para

⁴² DANIEL, A **imigração e a formação de uma nação: por um projeto de modernização do Brasil**. Op. cit., p.14.

⁴³ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.15.

⁴⁴ Entrevista concedida por Carita Fillipin, em Serranópolis do Iguaçu, no dia 13/08/2012.

a região Oeste do Paraná, utilizando-se da então Estrada do Colono.

Ao vivenciarem o processo de mudança, as famílias que passaram pela Estrada do Colono a fim de estabelecerem-se nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, não trouxeram somente bens materiais, mas também representações sociais e experiências que estiveram presentes e embasaram a reorganização de suas vidas a partir das novas condições. Ao relatar o movimento de famílias em carroças, a expressão “tudo”, utilizada pela entrevistada, não se reporta somente ao que materialmente designou como “com as mudanças” (móveis, vestimentas, ferramentas de trabalho), mas também se refere inclusive aos sonhos e expectativas, vivências que fizeram parte da trajetória de vida de cada um, bem como do grupo formado por mulheres, homens e crianças que se estabeleceram naquele espaço conforme ilustra a fotografia abaixo.



Fotografia 1: Estrada do Colono- Divisa com o PNI- 1954
Fonte: Arquivo pessoal.

Tomar um novo local como seu e reorganizar seu modo de vida nesse espaço implica um intenso processo de mudança que abrange todos os aspectos da vida dos sujeitos. Uma nova região, uma nova casa, uma nova terra, sem desconsiderar o percurso de viagem, do qual a Estrada do Colono fazia parte, torna-se cheio de sentidos e significados, pois além do objetivo de explorar um novo chão, buscavam recriar um modo de vida vinculado à ideia de recomeço, sem com isso perder os laços que os ligavam ao lugar que deixaram.

A concepção subjetiva dos estudos de história ambiental nos ajuda a perceber a

relação que os sujeitos estabelecem com o espaço em um processo de mudança, nesse caso especificamente a relação que os migrantes vindos do sul estabeleceram com a Estrada do Colono. Segundo Espindola⁴⁵, a concepção subjetiva compreende o espaço como relacional de referências identitárias, simbólicas e de valor. Segundo ele, os objetos de estudos nessa perspectiva são os lugares inter-relacionados, incluindo percursos, com seus pontos importantes e meandros, as ligações superficiais e capilares, onde os sujeitos e a coletividade mantêm com esse espaço sentimentos de pertencimento e relações subjetivas.

Essa concepção não aceita a ideia de um mundo preciso, exterior ao sujeito e destituído de significado para esse. Abarca laços de afetividade que unem as pessoas ao ambiente e compreende que o lugar é principalmente produto da experiência humana, um centro de significado produzido pela experiência. Determinados termos, nesse sentido, utilizados para descrever as experiências vividas pelos migrantes e os espaços nos quais vivenciam essas experiências trazem implícitos uma carga de significações, que nos levam a atentar e “mergulhar nos repertórios dos sujeitos que viveram as relações”⁴⁶.

O termo “Estrada”, por exemplo, retomando a fala da entrevistada Elza Carbonera, citada na abertura do presente capítulo, como vimos, designa o percurso realizado por ela e sua família durante a migração. Ao denominar o percurso como Estrada, ela nos leva a recriar a imagem de uma via mais larga do que uma “picada”. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, a estrada caracteriza-se por uma “via rural não pavimentada, distinguindo-se de um simples caminho, pois é concebida para a circulação de veículos de transporte”. A estrada, portanto, vincula-se à ideia de desenvolvimento e fluxo migratório para a região Oeste do Paraná. E, neste sentido, tem suporte no discurso de “progresso” difundido pela proposta de colonização incentivada pelo governo por meio da “Marcha para o Oeste”. Portanto, podemos considerar que a abertura da Estrada do Colono não se fez ao acaso, mas esteve vinculado às perspectivas de colonização e desenvolvimento das regiões de fronteira.

As condições proclamadas pela ideologia do projeto “Marcha para o Oeste” não foram formalizadas por meio de contratos legais e individuais, porém, estiveram presentes nos repertórios dos sujeitos envolvidos e apontavam para a existência de um “contrato social implícito”, que asseguraria aos imigrantes as condições necessárias para seu estabelecimento e permanência no local, garantido a possibilidade de retorno ao local de origem sempre que

⁴⁵ ESPINDOLA, **Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental**. Op. cit., p.182.

⁴⁶ DEZEMONE, Marcos. **De colonos a posseiros: do reconhecimento à ilegitimação da propriedade**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011 p.402.

julgassem necessário. Um contrato social onde o aceitável e o justo seriam honrados, onde o poder não teria uma dimensão exclusivamente jurídica, mas também uma dimensão moral⁴⁷.

Nesse sentido, o fechamento do Caminho do Colono foi representativo dos conflitos causados pelas diferentes formas de compreender e conceber este espaço criado e significado por diferentes sujeitos em diferentes contextos. Como “picada”, em um contexto onde a necessidade de estabelecer ligações e possibilitar as relações era prioridade. Enquanto “estrada”, oficialmente aberta pela ação do Estado, quando a importância do desenvolvimento e o povoamento dos vazios demográficos interessavam. Bem como “caminho”, buscando conciliar seu uso às novas exigências ambientais demandadas da sociedade moderna. Essas diferentes situações promoveram recriações da paisagem natural, reelaborações das ações humanas na relação com a natureza, denotando percepções e significações diversas em relação à natureza, bem como a reivindicação deste espaço recriado.

No relato de Severina Begnini podemos perceber a incompreensão em relação ao fechamento do Caminho e as alterações causadas na vida da população em virtude dessa ação. “Se tivesse deixado tudo como tava, não atrapalhava nada não”⁴⁸. Severina foi uma das primeiras moradoras do município de Serranópolis e nele reside há 55 anos. Atualmente, está com 81 anos e conta ter chegado à região utilizando a estrada, atravessando sua mudança pelo Rio Iguaçu em pequenos barcos. Severina sempre trabalhou como agricultora e hoje continua em suas terras trabalhando em companhia de um de seus filhos. Sua narrativa revela inúmeras passagens pela Estrada do Colono, sobretudo, quando se dirigia ao Rio Grande do Sul para visitar familiares. Possivelmente tenha sido esta uma das razões que a levaram a participar das manifestações para a reabertura da estrada, desde as primeiras manifestações em 1986.

Severina, em sua fala, expressa o pensamento de muitos que não compreendiam as razões e motivos que levaram o fechamento do caminho. Se tudo permanece da forma como sempre esteve, se a população continuasse a utilizar o caminho como sempre utilizou, desde sua chegada há região, não teriam ocorrido problemas, nem conflitos. Na sua concepção, o caminho aberto não prejudicava em nada a existência do Parque Nacional do Iguaçu, “não atrapalhava” e nem destruía a natureza. Portanto, os argumentos utilizados para o fechamento, relacionados às causas ambientais, não fazem nenhum sentido para ela.

O fechamento do caminho sem que os sujeitos compreendessem e incorporassem

⁴⁷ Id., *ibid.*, p.400.

⁴⁸ Entrevista concedida por Severina Begnini, em Serranópolis do Iguaçu, no dia 29/09/2012.

os novos conceitos que deveriam conduzir as relações de mulheres e homens com a natureza significou uma imposição, que interferiu diretamente nas suas vidas. Proibir a passagem por um percurso, que até então fazia parte do seu cotidiano, criou divergências que culminaram em conflitos e embates, situação presente no contexto ambientalista existente no Brasil dos anos de 1980.

Conjuntura que, segundo Vencatto⁴⁹, foi de intensa luta pela democratização do país e na qual surgiram diversos movimentos sociais, dentre eles, os de cunho ambientalista. A utilização da Estrada do Colono, que cortava o Parque Nacional do Iguaçu, passou a ser questionada nessa década, e o seu fechamento, no ano de 1986, abriu um campo de disputas entre a manutenção das práticas existentes até então e as novas ideias a serem incorporadas de preservação do meio ambiente que limitavam a ação humana na natureza em unidades de conservação.

As discussões ambientalistas, tão presentes atualmente, apareceram muito timidamente no cenário brasileiro nas ações de grupos preservacionistas durante a década de 1950. O que se observa até então é a ação do Estado na criação de reservas naturais, como o Parque Nacional do Iguaçu, criado em 1934. De acordo com Jacobi⁵⁰, os objetivos e modos de atuação durante o interim dos anos de 1950 a 1970, eram estritamente conservacionistas e centravam suas atividades na preservação da flora e da fauna. Somente a partir da década de 1970, o ambientalismo passa a ter maior expressão na sociedade brasileira, resultado da combinação de processos externos e internos. Dentre as forças externas, o autor destaca principalmente a Conferência de Estocolmo de 1972 e, dentre as forças internas, a superação do mito desenvolvimentista, devastação da Amazônia e a formação de uma nova classe média preocupada com a qualidade de vida.

A instituição do Parque Nacional do Iguaçu, não diferente da formação de outras unidades de conservação, interferiu diretamente no cotidiano da população da microrregião, promovendo, em diferentes momentos, divergências e conflitos. As ideias que incentivaram o estabelecimento do PNI e que ainda estão muito presentes nas discussões que tratam de sua preservação e conservação convergem com os ideais de natureza intocada, descritos por

⁴⁹ VENCATTO, Rudy Nick. **“Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato”: Memórias dos Desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu (Oeste do Paraná, 1970-2009)**. 2010. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2010, p.180.

⁵⁰ JACOBI, Pedro. **Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas**. In: Ribeiro, W. (org.) Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP – 2003, p.2.

Diegues⁵¹, onde a presença humana é vista não como um elemento integrador desse espaço, mas como um elemento de risco capaz de promover o desaparecimento das belezas naturais.

Como exemplo, podemos recorrer ao estudo realizado por Vencatto⁵² sobre as memórias dos desapropriados do PNI, desapropriação ocorrida na década de 1970. Esse processo obrigou agricultores que viviam no interior do Parque, em área pertencente ao município de São Miguel do Iguaçu, a sair de suas terras, alterando seu modo de vida, suas relações sociais e cultura. Segundo o autor, a expropriação desses agricultores foi justificada pela necessidade de resgatar aquele espaço “selvagem”, que, de certa forma, corria risco de desaparecer.

A construção da ideia da incompatibilidade da presença humana e a conservação da natureza, onde o homem passa a assumir o papel de destruidor do mundo natural, difundida desde a criação dos primeiros parques nacionais, a exemplo de Yellowstone, conforme afirma Diegues⁵³, tem recriado a dicotomia entre seres humanos/parques, cultura/natureza, sendo esta a base de conflitos e de uma visão inadequada das áreas protegidas. Este ideal conservacionista de natureza mitificada, que deve permanecer intocada, também foi e é geradora de conflitos em relação ao Caminho do Colono, entre a população e ambientalistas que compreendem que os sujeitos devem ser mantidos separados desta área de preservação para que esta não venha desaparecer.

Ainda durante a década de 1970, as agências ambientais passaram a integrar o cenário nacional, a exemplo da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), porém segundo Ferreira & Ferreira⁵⁴, antes de significar um comprometimento efetivo do governo brasileiro com a preservação ambiental, funcionavam como uma tentativa de atenuar a imagem negativa do Brasil no cenário externo, devido a sua postura atrasada em relação às questões ambientais evidenciadas na Conferência de Estocolmo.

Já a década de 1980 caracterizou-se pelo aprimoramento dos instrumentos legais de gestão ambiental, pelo debate da questão ambiental no campo político institucional e a busca das ONGs em se profissionalizar. A partir da segunda metade dos anos de 1980, a

⁵¹ DIEGUES, **O mito moderno da natureza intocada**. Op. cit., 1996.

⁵² VENCATTO, “Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato”. Op. cit., p.171-191.

⁵³ DIEGUES, **O mito moderno da natureza intocada**. Op. cit., 1996.

⁵⁴ FERREIRA, Leila e FERREIRA, Lucia. **Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o Estado e a sociedade**. In: HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo (orgs.). **Dilemas Sócioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.

temática ambiental assume um papel relevante no discurso de alguns atores na sociedade brasileira, e o número de grupos ambientalistas cresce significativamente. Nesse período ocorreu uma inovação na cultura ambientalista brasileira, que busca transcender a prática da denúncia, procurando a formulação de alternativas viáveis de conservação e ou restauração de ambientes danificados, o socioambientalismo. No entanto, essas novas ideias somente vão se fortalecer, segundo Viola⁵⁵, durante a preparação da Rio 92, II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992, que teve como temas principais o desenvolvimento sustentável e a reversão do processo de degradação ambiental.

Torna-se importante notar, conforme descreve Jacobi⁵⁶, que, até metade dos anos de 1980, as questões ambientais eram suplantadas por movimentos sociais em torno de problemas mais diretamente ligados à pobreza e à satisfação de necessidades básicas dos homens, bem como pela herança do golpe militar de 1964, que tinha suas bases nos ideais de Ordem e Progresso, que procurava se legitimar através de uma intervenção estatal voltada para o crescimento econômico. Quando no início da década de 1980 se torna cada vez mais clara a ideia de que as promessas desenvolvimentistas não poderiam se concretizar, a crise do modelo torna-se uma força motriz, acelerando na opinião pública a tomada de consciência da devastação ambiental.

No ano de 1986 o Comitê de Patrimônio da Humanidade da UNESCO declarou o Parque Nacional do Iguaçu como Patrimônio da Humanidade. Esta decisão conferiu maior visibilidade e importância ao Parque. Nesse mesmo período, as questões relacionadas ao Caminho do Colono tornaram-se mais evidentes, iniciando os conflitos entre moradores da região, ambientalistas e órgãos governamentais.

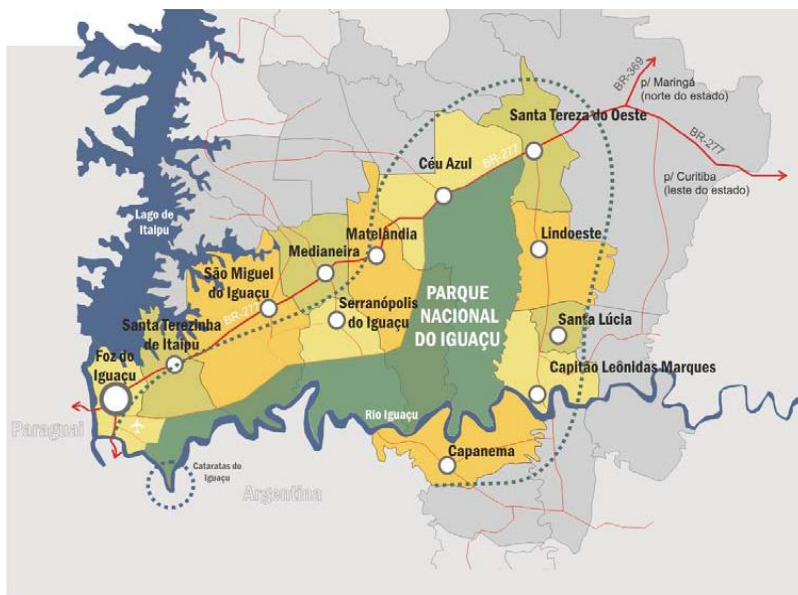
O PNI constitui-se de uma área de grande extensão (185.262,5 ha) que margeia diversos municípios do Oeste e Sudoeste do Paraná, entre os quais, Foz do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Céu Azul, Lindoeste, Santa Lúcia, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Santa Tereza do Oeste, Capitão Leônidas Marques, Capanema e Serranópolis do Iguaçu. (Mapa 3)

⁵⁵ VIOLA, Eduardo. 1996. "A multidimensionalidade da globalização, as novas força sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental" In: FERREIRA, Leila e VIOLA, Eduardo (Orgs.). **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

⁵⁶ JACOBI, **Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas**. Op. cit., p.6.

A maior parte destes municípios, assim como toda a região Oeste/Sudoeste do Paraná caracteriza-se pelo plantio da soja, do milho e do trigo, como culturas principais. Segundo Schreiner⁵⁷, entre as décadas de 1940 e 1960, essa região era denominada “fronteira agrícola” devido à fertilidade das terras, que motivou milhares de colonos, a maioria dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, através de companhias colonizadoras privadas e de políticas de colonização do próprio Estado, migrar para essa região. Às atividades agrícolas, organizadas em um número expressivo de pequenas propriedades familiares de subsistência, com a expansão da economia de mercado, a valorização das terras e a sua transformação em mercadoria, foram incorporadas inovações tecnológicas, que modificaram o perfil econômico de alguns desses municípios.

Dentre esses municípios, estão Foz do Iguaçu por localizar-se uma região de fronteira capaz de movimentar sua economia a partir do comércio e turismo impulsionado pelo Parque Nacional do Iguaçu e a Usina Hidroelétrica de Itaipu. E, mais recentemente, os municípios de Medianeira e Santa Terezinha de Itaipu que, segundo pesquisas realizadas por Alves⁵⁸, em relação à polarização e especialização dos municípios da mesorregião Oeste do Paraná entre os anos de 1970 e 2000, têm se constituído em polos regionais de médio porte, transformando sua base econômica.



Mapa 2: Parque Nacional do Iguaçu

Fonte: Informativo da AMOP - Ano I - Nº 02 - Novembro/2007, p. 8.

⁵⁷ SCHREINER, *Entre a exclusão e a utopia*. Op. cit., p.22.

⁵⁸ ALVES, L. R. *Polarização e especialização dos municípios da Mesorregião Oeste do Paraná*. Toledo: UNIOESTE/Campus de Toledo/CCSA/Curso de Ciências Econômicas. ago./2004 a jul./2005, p.7. (PIBIC/CNPq/UNIOESTE) Projeto concluído.

Memórias, Valores em Disputa.

Neste contexto, a Estrada do Colono, considerada via de desenvolvimento e integração por moradores e lideranças políticas, sobretudo de prefeitos da região, foi interdita, cuja ação foi motivo de conflito com o Estado, em âmbito federal, bem como com ambientalistas.

O termo estrada, como citado anteriormente, não foi o único utilizado para designar o percurso. Para além de designarem a estrada, tais termos estiveram e estão relacionados às memórias e aos conflitos acerca do uso ou não da referida estrada. Memórias como a de Armando Bitencourt, primeiro dono do Porto Moisés Lupion, identificavam o caminho como sendo uma “picada”, atalho estreito, aberto no mato a golpes de facão.

Em 1948, foi à primeira vez que passei por aqui [...]. Na época a Estrada do Colono já existia, era uma picada. Então saímos de Medianeira para encontrar a desmatção que vinha de Santo Antônio do Sudoeste. Isso já foi em 1950. Não fomos os pioneiros, já existia a estrada, nós abrimos para a rodagem.⁵⁹

Para Luciano Dallo a Coluna Prestes utilizou-se da estrada em 1924. A Coluna, afirma ele, “... na época da revolução de 1924 (...), subiu do Rio Grande do Sul, atravessou o Rio Iguaçu e passou por uma trilha primitiva do Caminho do Colono, até a localidade de Benjamim Constant. (...), hoje apenas lembrada pelo nome de Picada Benjamim”⁶⁰.

As lembranças do caminho como sendo uma picada permitem aos sujeitos estabelecerem relações com o espaço diferentes daquelas promovidas pelo projeto de desenvolvimento que requeria uma estrada que facilitasse o fluxo e o escoamento da produção como no projeto de colonização. Apresenta o percurso como sendo um trajeto não oficial utilizado por pessoas que se arriscavam em meio à mata pelas necessidades viárias impostas naquele contexto histórico. Dessa forma, a necessidade e o sentimento de responsabilidade pelo percurso estavam mais presentes, pois sua conservação e melhoria poderiam permitir ou não a relação dos sujeitos com outras localidades e vizinhos, visto que as picadas, em sua maioria, são abertas e utilizadas pela necessidade de encurtar distâncias e facilitar a vida das pessoas.

Já denominações como Caminho do Colono, que passou a ser utilizada a partir do

⁵⁹ - BITTEENCOURT, Armando. Entrevista. In DALLO, Luciano. **Estrada do Colono: a luta de um povo**. Francisco Beltrão: Grafit, 1999, p. 85.

⁶⁰ DALLO, **Caminho do Colono: vida e progresso**. Op. cit., p.65.

ano de 1997 e mais recentemente Estrada-Parque Caminho do Colono, como propõe o projeto de lei 7123/2010, que tramita atualmente na Câmara dos Deputados, passaram a ser utilizadas nos últimos anos a fim de atender às demandas sociais do atual contexto econômico, social e cultural, caracterizando um percurso destinado ao trânsito de pessoas, veículos e animais. A proposição do referido projeto de lei denota maior interesse e preocupação com o meio ambiente e com a amplitude do espaço que cerca esse percurso. A utilização desse espaço, se aprovado o projeto pelo Congresso Nacional, deve se efetivar mediante um plano de manejo, viabilizando a relação sustentável entre mulheres, homens e o meio, o que inclui a preocupação com a educação ambiental.

As diferentes denominações utilizadas para designar o Caminho do Colono apresentam-se como uma das questões de disputas tensionadas, das disputas pela utilização ou não do referido trajeto. Ou seja, há uma diversidade de memórias produzidas acerca do Caminho do Colono, que, não obstante de temporalidades diversas, se entrecruzam, promovendo disputas e tensões.

A disputa de memórias revela-se como enfrentamentos de diferentes sujeitos por espaços e interesses diversos, entre os quais, os econômicos, ambientais, políticos e históricos. Tais memórias permeiam o campo de disputa dos sujeitos e são elaboradas a partir de um contexto, reproduzindo valores e representações sociais.

Nessa direção, como afirma Maurice Halbwachs⁶¹, a memória além de ser seletiva passa por um processo de “negociação” para conciliar a memória individual com a memória coletiva. No entanto, as disputas no campo de construção da memória coletiva que objetiva manter a coesão interna de um grupo e defender a fronteira daquilo que o grupo tem em comum torna-se fundamental para solidificação de determinados aspectos. Dessa forma torna-se importante perceber os processos e atores que intervêm no trabalho de construção e solidificação da memória coletiva para compreender porque determinadas perspectivas predominam sobre outras.

As mobilizações para a reabertura do Caminho do Colono, neste sentido, foram representadas em discurso de políticos na Câmara Municipal e no Congresso Nacional, em trabalhos acadêmicos e em matérias na imprensa, de múltiplas maneiras, mas a imagem que se disseminou preponderantemente pela teia social é a de um movimento de e feito por

⁶¹ HALBWACHS, Maurice. Apud POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos 1989/3, Ed. Revista dos Tribunais Ltda. (Edições Vértices) São Paulo, p.3.

homens. Entre outros exemplos, Rosilane Gabriel, em reportagem ao jornal Hoje, em maio de 1997, afirma que “A maioria dos ocupantes é formada por homens...”. Na mesma reportagem, um manifestante, morador de Missal, disse participar da ocupação “porque o tempo seco não nos permite trabalhar a terra e a criação pode ser cuidada pela mulher e os filhos...”⁶².

Diferentemente das narrativas na reportagem mencionada, as entrevistas que realizamos com mulheres apontam para outro olhar acerca dessas mobilizações referentes ao Caminho do Colono. Informam não apenas sobre a presença de mulheres, mas de sua atuação e em número expressivo. “A mulher fez uma diferença ali, quê, mais de cinquenta por cento era mulheres”, afirma Clarita Filipin⁶³. Para além do número de mulheres no movimento, Idelse pontua a importância desta atuação: “Ali se não fosse a força da mulher de tá junto, eles teriam desistido mais antes”⁶⁴.

Ao referir-se a “força da mulher”, a entrevistada revela o significado e sentido dado por ela à ação das mulheres no movimento pró- reabertura do Caminho do Colono. Segundo ela, esta ação não se resumiu ao trabalho material ou de suporte, mas também a participação nas decisões e organizações e, o mais importante, a ação voltada ao estímulo e mobilização do grupo, promovendo a coletividade para que não se abandonasse ou desistisse da causa proposta. Sua participação através de uma coletividade formada por mulheres e homens fica ainda mais evidente com a utilização da expressão “(...) tá junto (...)”. Ou seja, as mulheres sentiam-se participando com os homens, percebendo-se enquanto sujeitos tão atuantes na efetivação do movimento como qualquer outro sujeito, assumindo responsabilidades e realizando ações múltiplas.

A própria trajetória da entrevistada é uma das evidências de como as mulheres participaram de diversas formas. Idelse é moradora de Serranópolis do Iguaçu, atualmente exerce a função de serviços gerais na Escola Municipal Serranópolis do Iguaçu. Participou ativamente das manifestações pró-reabertura do Caminho do Colono, inicialmente organizando o movimento através das reuniões comunitárias, posteriormente como chefe de cozinha no refeitório comunitário. Atuou também na cobrança de pedágio do Caminho e

⁶² Jornal Hoje de Cascavel, de 10 a 16 de maio de 1997, p. 28. Na mesma direção da reportagem, o trabalho acadêmico de Ivani Inês V. Deirings, “A AIPOPEC e o discurso em defesa a reabertura da Estrada do Colono”, trabalho de conclusão de curso defendido junto ao Curso de História, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE campus de Marechal Cândido Rondon, no ano de 2002, outras pesquisas, limita-se à análise de relatos masculinos.

⁶³ Entrevista concedida por Clarita Fillipin em 13/08/2012, em Serranópolis do Iguaçu.

⁶⁴ Entrevista concedida por Idelse Terres, 46 anos, em 30/04/2012.

esteve acampada com outros manifestantes.

A argumentação acerca da importância da participação das mulheres, entre tantas outras, indica a necessidade de reconhecer essas mulheres e compreendê-las no movimento a partir das suas diferenças e práticas, implica também compreender as relações sociais, as construções culturais que permeiam suas vivências e a relação existente entre mulheres e homens, as relações de gênero, no que tange às manifestações de reabertura do Caminho do Colono.

Podemos perceber, também, nas narrativas das entrevistas, que determinados valores ou imagens estão fortemente associados aos registros da imprensa e dos discursos do poder público. Na memória que se produziu pela imprensa local, experiências sociais, como as das mulheres, não foram consideradas. Diante dos interesses econômicos e políticos de comerciantes, dos poderes públicos (executivo e legislativo municipal) e dos ambientalistas, tais experiências deixaram de ser registradas pela imprensa, bem como pela produção acadêmica, contribuindo para a construção de uma “memória enquadrada”⁶⁵ sobre o processo. No entanto não podemos deixar de ressaltar que tais vivências, mesmo não registradas, continuam presentes em memórias individuais.

A partir do primeiro fechamento da estrada, que ocorreu em 12 de setembro de 1986, e o período em que permaneceu nessa condição, dez anos e oito meses, os grupos que lutavam pela reabertura ou permanência do fechamento preocuparam-se em construir e fazer emergir memórias que pudessem contribuir na luta pela reabertura, promovendo a coesão social do grupo através da afetividade. Luiz Bonatto, um dos migrantes colonizadores de Medianeira e presidente da Câmara de Vereadores, no ano de 1997, em entrevista ao jornal O Presente, publicada no Caderno Especial Caminho do Colono, em 18/04/1997, buscou argumentos na história para questionar o fechamento da estrada.

Foi por ali que passou a grande maioria dos desbravadores desta região. Então porque fechar um pedaço tão importante da nossa história? É um desrespeito com toda a nossa comunidade⁶⁶.

O editorial do Caderno especial, acima citado, sintetiza as manifestações de políticos (vereadores, deputados), presidentes das associações comerciais e indústrias dos municípios do oeste e sudoeste do Paraná, da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná

⁶⁵ POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos 1989/3, Ed. Revista dos Tribunais Ltda. (Edições Vértices) São Paulo, p.9.

⁶⁶ Jornal O Presente, Caderno Especial Caminho do Colono, p. 3. Marechal Cândido Rondon, 18/04/1997.

– AMOP, da Associação dos Municípios do Sudoeste Paraná – AMSOP, Câmaras Municipais do oeste e sudoeste do Paraná, AIPOPEC, entre outros, divulgadas no referido caderno, dando tom ao debate acerca do fechamento da estrada:

O que faz uma minoria achar que fechando a Estrada do Colono ajuda a preservar o Parque Nacional do Iguaçu?

(...).

A Estrada do Colono é símbolo do desenvolvimento do oeste paranaense, por onde vieram nossos colonizadores e pioneiros, trazendo com eles filhos, que somos nós e, no peito, coragem e esperança.

(...).

O Parque Nacional do Iguaçu precisa ser preservado e, ninguém deseja mais sua preservação do que os próprios prefeitos, vereadores, deputados e a população das regiões oeste e sudoeste do Paraná.

Não queremos ser tratados como os bandidos da história, que aceitam o título de destruidores da natureza. Queremos ser cidadãos de opinião, com disposição para lutar pelos nossos interesses sem medo de progredir e com respeito ao maior patrimônio da humanidade, que é o meio ambiente.⁶⁷

Segundo os registros existentes e as entrevistas realizadas sobre o primeiro fechamento, o que se deu principalmente em função do início do asfaltamento da via, foi possível perceber que não houve grande envolvimento da população, pois se acreditava que esse fechamento seria temporário. “Olha, em 1986, ali a gente participou pouco naquela época, a gente achou que não ia fechar né, era uma história política, então não se meteu muito (...)”⁶⁸. Também acreditavam que o fato da liminar de ação civil pública ter como prazo um período de 90 dias, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) apresentaria uma solução rápida para o impasse.

Mesmo assim, a administração pública do município de Medianeira, município esse que, naquele período, fazia divisa com o Parque e, conseqüentemente, com a Estrada do Colono, já que Jardimópolis e Flor da Serra eram distritos de Medianeira e, mais tarde, emancipados formaram o município de Serranópolis do Iguaçu, preocupou-se em chamar a população, alertando para os prejuízos causados ao município e para a afronta à “honra da população” com o fechamento da estrada.

⁶⁷ Jornal O Presente, Caderno Especial Caminho do Colono, p. 2. Marechal Cândido Rondon, 18/4/1997.

⁶⁸ Entrevista concedida por Hilegarde Maria Rohde, 72 anos, moradora de Medianeira, no dia 26/04/2012. Professora estadual aposentada, hoje comerciante, vivenciou o fechamento do Caminho do Colono em 1986 e participou do movimento para a reabertura no ano de 1997. Hilegarde, no ano de 1997 cedeu uma parte de sua sala comercial no município de Medianeira para que o escritório do movimento “Amigos do Parque” fosse montado. Segundo ela nesse escritório era um ponto e o local onde aconteciam reuniões que organizavam o movimento.

A Comissão de Defesa Pró Reabertura do Asfaltamento Estrada do Parque⁶⁹ conclamava a população à mobilização. “Estamos de Luto! Trancaram nossos Caminhos, Mancharam nossa Honra!”, “Estrada do Colono: Respeito à Natureza e à Honra de um Povo!”, “A Honra da Natureza é Intocável. Manchar a Honra de um Povo é um grande crime contra a Natureza Humana. Siga este Caminho.”⁷⁰ Enaltecendo a honra do colono e do colonizador, a comissão, em panfletos distribuídos no mês de setembro de 1986, chamou a população a se unir pela luta de reabertura.

Nesses panfletos já se levantavam questões relacionadas à liberdade de ir e vir, tolhidas dos homens por instituições ambientalistas e pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a negação de direitos de uso da estrada pelos colonizadores do Oeste e Sudoeste do Paraná, direito segundo eles, conquistado há mais de 60 anos, bem como o fechamento do elo de ligação, de desenvolvimento e de progresso da região, questões que ainda hoje estão presentes nas argumentações de quem busca a reabertura.

Junto aos panfletos distribuídos para população, o prefeito do município de Medianeira, Adolpho Mariano da Costa (PMDB) promulgou o Decreto Nº 132/86 de 13 de setembro de 1986, que declarava Estado de Emergência Jurisdicionada ao Município de Medianeira em função do fechamento da Estrada do Colono. Nesse documento, bem como na petição elaborada pelos representantes dos municípios da região e enviada ao Ministério Público Federal em 08 de dezembro de 1987, requerendo a reabertura da estrada, a existência da via é proclamada há mais de sessenta anos, como rota de passagem da Coluna Prestes e “caminho natural” dos primeiros colonizadores, portanto, para os representantes, o que se poderia impedir seria o seu asfaltamento, mantendo-se seu “status quo”.

Conclamar a existência da via desde o ano de 1924 deveria lhes garantir o direito de uso da estrada, já que, segundo eles, era um caminho natural e preexistia a criação do Parque Nacional do Iguaçu. Buscar a origem fundante da estrada, seu marco inicial na passagem da Coluna Prestes, pretendendo aproximar o movimento de luta pela reabertura da

⁶⁹ Segundo o jornal O Paraná, de 18/09/1986, esta Comissão foi criada em 1986 após o fechamento da Estrada do Colono e era formada por 11 membros. Essa comissão era responsável pela organização das manifestações pela liberação da Estrada do Colono para a continuação das obras de asfaltamento da mesma.

⁷⁰ Os textos foram utilizados pela Comissão de Defesa Pró Reabertura do Asfaltamento da Estrada do Parque, em panfletos distribuídos para a população, no mês de setembro de 1986, chamando o povo a mobilizar-se em função do fechamento do caminho. A comissão tinha a Prefeitura Municipal de Medianeira como organizadora. Os panfletos foram elaborados e reproduzidos pela prefeitura e encontravam-se junto com o Decreto Nº 132/86 de 13 de setembro 1986, nos documentos concedidos pela Câmara Municipal de Vereadores do município de Medianeira para a realização do presente trabalho.

estrada ao movimento tenentista que agiu e interferiu na sociedade e que propunha mudanças em todo o país, demonstra “o interesse de produzir uma memória legitimadora de um pretenso passado comum, ou melhor, a invenção de uma tradição, que, por mera sucessão de fatos históricos, ocorridos em tempos distintos, porém em uma mesma região, uniria por si só, os movimentos: a Coluna Prestes e a migração dos colonos sulistas” ⁷¹.

Torna-se importante registrar que, no campo da memória, as disputas quanto à origem da estrada existem. Algumas delas se opõem a ideia da estrada ter sido aberta desde 1924, mesmo como uma picada, questionando o fato da mesma ter servido como rota de passagem da Coluna Prestes pela região.

No livro “De Sol e Lua por onde anda...” ⁷² obra que traz depoimentos de diversos “pioneiros” ⁷³ e personagens da história de Medianeira e região, Olívio Constantino Biazus, ex-contador e sócio da Colonizadora Matelândia e filho de um dos fundadores do município de Matelândia, é enfático em dizer “Engana-se quem pensa que a estrada é anterior à criação do Parque Nacional do Iguaçu... E mais se engana quem diz que Luis Carlos Prestes passou por ela em 1925. Pura mentira. A estrada foi aberta pela colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves, (...), no ano de 1954.” Afirma, ainda, que no ano de 1952 sobrevoou a região e não havia nenhum sinal de estrada. Opinião compartilhada por Osório Pasqual Fellini, um dos “pioneiros” do município de Medianeira, que, na mesma obra, afirma ter trabalhado na construção da primeira balsa de madeira feita para travessia no Rio Iguaçu, reafirmando a abertura da estrada pelas colonizadoras.

Mesmo com a existência de contradições, a ideia do Caminho do Colono fazer parte da história desde 1924 e se constituir como direito da população a partir da sua

⁷¹ KOLING, Paulo José. **Situando os interesses: o entorno do Parque Nacional do Iguaçu**. Espaço Plural, Ano VIII, Nº17. 2º semestre 2007, p. 79.

⁷² MARIN, Roberto. **De sol e lua**. Por onde anda... fatos e personagens da história de Medianeira e região. Santa Maria (RS): Gráfica Pallotti. 2003, p.205.

⁷³ Segundo estudos realizados por Andrade sobre cultura local e regional no norte paranaense “pioneiro” é o termo utilizado para caracterizar os sujeitos que durante o período de colonização desbravaram novas regiões, sujeitos que primeiro chegaram com o intuito de preparar a fixação dos que os seguiram. São considerados os responsáveis pelo povoamento, pois faziam as primeiras construções e primeiras plantações. Da mesma maneira o termo é utilizado nas regiões oeste e sudoeste do Paraná, concedendo aos sujeitos que foram precursores no processo de colonização o status de personagens históricos. ANDRADE, José Maria Tavares. **Ethos do pioneiro**, Semina. Vol. 01, nº 1, abril/junho 1978. Entretanto, o discurso do “pioneirismo”, articulado ao discurso do “vazio demográfico, exalta os colonizadores em detrimento da presença indígena, que resistiu e continua resistindo às diferentes formas investidas de ocupação de suas terras e a sua expulsão” (cf. MOTA, 1994: 123-127). O discurso do “pioneiro” ao exaltar a figura do “pioneiro”, do desbravador, daquele que ocupou e colonizou determinada área geográfica, oculta outros sujeitos sociais, como os índios e os paraguaios escravizados nas obras, os trabalhadores paraguaios e brasileiros, como os caboclos os trabalhadores nas plantações de hortelã.

“naturalidade” foi tão bem construída que ainda se faz presente na memória da população e é evocada como um dos principais argumentos para a sua reabertura, “porque, como que vão nos impedir uma passagem que é uma coisa que é “natural” onde que passaram os colonizadores.”, afirma Lori Olga Perlin⁷⁴.

Nessa narrativa, a entrevistada não recorre somente ao argumento do caminho ser natural, ou seja, algo que já existia, que estava ali e por isso de direito. Recorre também ao fato da estrada ter sido utilizada como via de acesso dos colonizadores à região, o que lhes garantiria o direito de continuar utilizando-se do trajeto. A constituição dessa memória coletiva e o impedimento de poder exercer o direito de ir e vir promoveram a constituição de sentimentos capazes de mobilizar a população na luta daquilo que consideravam correto. A impossibilidade de transitar por um percurso que estava presente no dia a dia da população, as alterações promovidas no modo de vida a partir desse impedimento, como o fato de não poder mais utilizar o caminho para realizar seu trabalho ou até mesmo chegar até ele, bem como as dificuldades encontradas para visitar seus familiares e amigos que permaneceram do outro lado da via, fizeram com que fossem desenvolvidas diversas estratégias de luta que tornasse possível a utilização da estrada.

A estratégia utilizada pela administração municipal de Medianeira, inicialmente, foi de recorrer a valores morais, como a honra e o direito costumeiro de ir e vir pela Estrada do Colono, conforme demonstraram os panfletos distribuídos para a população, já mencionados. Essa estratégia contribuiu de maneira significativa na construção de um sentimento coletivo relacionado a busca do respeito público e do zelo pelo patrimônio público, considerado seu pela população.

Entretanto, como bem observa Rodhen⁷⁵, a honra não deve ser analisada a partir de uma ideia única e constante, mas sim a partir de um campo conceitual que está relacionado com os costumes e valores de uma dada sociedade, atentando para os contextos sociais e temporais. Segundo a autora, a honra pode ser um atributo individual, mas também um atributo coletivo, relacionado à honra de cada membro. A partir da representação social de “honra” pode-se criar uma ligação entre os ideais sociais e a reprodução no comportamento

⁷⁴ Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, 56 anos no dia 05/05/2012. A entrevistada é moradora do município de Serranópolis do Iguaçu atualmente é proprietária de uma farmácia e concorre a uma cadeira na câmara de vereadores. Lori durante o período do movimento para a reabertura no ano de 1997 estava casada com o então prefeito eleito Nilvo Perlin. Atuava na Secretaria da Ação Social e sua participação foi efetiva durante todo o movimento.

⁷⁵ ROHDEN, Fabíola. **Para que serve o conceito de honra, ainda hoje?** Revista de Antropologia Social, Vol. 7, Nº 2 Campos -(2006) p 102-120.

individual, bem como relacionar a ordem ideal com a ordem real. Nesse sentido, evocar a honra para promover as mobilizações para reabertura do Caminho do Colono relaciona-se não só ao desrespeito à honra coletiva, pela quebra de uma ordem real de uma regra social padronizada, o uso do caminho, está também relacionada à honra individual, pois a estrada fez parte da história de vida de muitos sujeitos, promovendo mudanças e transformações.

Para os moradores da região, a quebra dessa regra social e a forma como foi efetivada, tanto no primeiro fechamento como nos demais, caracterizaram e ainda caracterizam, conforme os favoráveis à reabertura da estrada, a falta de respeito dos órgãos governamentais e ambientalistas para com a população. Os registros realizados pela administração do município de Medianeira mostram que a primeira

... interdição ocorreu na madrugada do dia 12 de setembro de 1986, por elementos da Polícia Federal passando a operar em áreas inclusive fora da jurisdição do IBDF (...) alguns agricultores foram ameaçados, individual e pessoalmente (...) por policiais que demonstraram notório despreparo e incompetência, com termos pejorativos, inclusive sacando armas dos mais variados tipos (...) tais atitudes constituem uma verdadeira intervenção branca no município de Medianeira, ferindo relevantes direitos e interesses assegurados por Lei à população.⁷⁶

A citação acima, presente no Decreto N° 132/86, promulgado pela prefeitura de Medianeira logo após a primeira interdição da estrada, demonstra que, para o executivo municipal, a população, sem que tivesse possibilidade de argumentação, viu seus direitos serem violados, desmerecendo sua condição de trabalhadores e moradores da região, e, assim, viu também sua honra ser manchada pela ação desrespeitosa das organizações que efetivaram o fechamento.

A atitude de agressividade e de desrespeito praticada pelas instituições que promoveram a intervenção, anunciada pelos registros municipais, encontra-se também nas memórias e nas vivências narradas pelas entrevistadas que presenciaram o segundo fechamento no ano de 2001. Naquele momento, a população que havia ocupado a estrada e nela levantaram barracos, formando acampamento de luta e resistência coletiva pela abertura da estrada, ainda no ano de 1997, relembra.

Eu já passei por muita coisa difícil na minha vida, mas igual àquela cena, que desceram com aqueles ônibus, aqueles cara tudo com aqueles fuzil assim, metralhadora tudo pendurada, assustando as crianças na escola com os helicóptero baixos, eu assim eu não... uma cena assim terrível na minha memória. Daí uma noite eles colocaram fogo nos

⁷⁶ O presente registro encontra-se nas considerações feitas pelo Decreto N°132/86 de 13 de setembro de 1986, que declara estado de emergência jurisdicionada ao município de Medianeira em função da intervenção realizada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)

barraco, nas coisa tudo, queimaram tudo, nossa era muito triste o que eles faziam. Eles desciam com aquele ônibus, as caminhonete tudo com as porta aberta, os cara tudo pendurado com as arma apontando pro povo assim tipo (...). Eles não tinham respeito, aquelas caminhonete ali com as arma tudo apontando pra população como se a população fosse...dizimando assim como se fosse bandido.⁷⁷

A narrativa de Clarita demarca situações de medo e constrangimento vividas na ação de desocupação e fechamento da estrada pelo aparato policial, em cumprimento a determinação feita pelos órgãos responsáveis. “Eles” como se refere aos soldados tanto do exército, quanto da polícia federal, designados para efetivar ação, investiram contra a população como se estivessem em uma ação policial contra bandidos, utilizando armamentos pesados como metralhadoras e fuzis. Os veículos utilizados, caminhonetes, ônibus e helicóptero, demonstram também que o número de soldados foi significativo, reforçando a ideia de força demasiada na ação policial-militar. Esse enfrentamento ficou marcado na memória da entrevistada como algo terrível e contribuiu para dar uma dimensão ainda maior aos conflitos já existentes entre favoráveis e contrários à reabertura.

A ação dos soldados, de apontar armas para o povo, amedrontar as crianças na escola, sobrevoando baixo com seus helicópteros, apontando suas armas e colocar fogo em alguns barracos no acampamento, representou para os manifestantes um procedimento impactante e desnecessário, pois se consideravam trabalhadores, lutando por um direito. Percebemos na fala da entrevistada que os mesmos sentimentos de indignação e revolta frente ao desrespeito aos direitos, que acreditavam possuir no momento do primeiro fechamento, continuam a ser enfatizados.

No entanto não aparecem nos relatos, tanto nesse momento quanto nos demais, lembranças referentes às diversas tentativas do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente de realizar a desocupação do percurso para que fossem retomadas as negociações e a revisão do plano de manejo do Parque. A negativa dada pela população quanto aos pedidos da justiça para que se retirassem do caminho, tornou, segundo o Ministério Público, necessária a ação do Exército e da Polícia Federal no cumprimento das determinações.

Essa dificuldade em reconhecer e aceitar os pedidos do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente, para a desocupação do caminho, ampliou ainda mais o campo de disputa em relação ao Caminho do Colono. De um lado percebemos a população sentindo-se vítima

⁷⁷ Entrevista concedida por Clarita Fillipin, moradora de Serranópolis do Iguaçu, em 13/08/2012.

da situação e do desrespeito, procurando construir a partir das memórias dos embates uma imagem negativa das instituições responsáveis pela preservação do meio ambiente. Por outro, ambientalistas, órgãos governamentais e ONGs, colocando-se na posição de salvadores da natureza, cumprindo leis de preservação ambiental e, ao mesmo tempo, disseminando a ideia de incompatibilidade entre o uso da estrada pela população e preservação ambiental do Parque, afigurando uma imagem negativa para a população como a de destruidores do meio ambiente, reforçando a dicotomia entre mulheres/homens e natureza.

Somada à narrativa de Clarita, memórias como as de Lori Perlin contribuem para a construção de imagens de desrespeito em relação à população, um desrespeito que ultrapassa os atos de violência e agressão presenciados e vividos nos embates diretos entre população e polícia federal. “Ah, pra nós é um atraso de vida, pra nós isso ali é uma falta de consideração né, eu já digo isso aí é uma falta de consideração para o ser humano (...)”⁷⁸ Lori refere-se ao fato do caminho estar fechado ao uso e da impossibilidade de trafegar pelo mesmo. Ela demonstra através de sua narrativa que os sujeitos, o fator humano foi desconsiderado dentro deste processo e que, em função do fechamento, os moradores foram submetidos a uma situação que promoveu o atraso de suas vidas, desrespeitando-os enquanto seres humanos.

O discurso de humanização presente na narrativa de Lori assemelha-se ao utilizado nos panfletos distribuídos para a população ainda no ano de 1986, quando levantava ideias como “(...) Manchar a honra de um povo é um grande crime contra a natureza humana”. A incorporação dessas ideias e discursos que embasam ainda hoje a luta pela reabertura contribui para ampliar a imagem da população como acessório e não sujeito do processo social que promoveu o fechamento do Caminho do Colono.

Além das manifestações individuais, a imprensa regional, as administrações municipais de Serranópolis do Iguaçu, Medianeira, Capanema e municípios vizinhos, no ano de 2001, contribuíram de forma significativa para a constituição de uma memória coletiva que aponta para a mesma direção: de desrespeito e desconsideração aos moradores da região. Em comum, tais memórias procuraram registrar a intervenção da Polícia Federal e do Exército, enfatizando a forma violenta que usavam no cumprimento da ordem de obstrução da estrada, além de ressaltar a imagem e ações de lideranças políticas que apoiavam a reabertura.

⁷⁸ Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, Serranópolis do Iguaçu, 05/05/2012.

A ação policial teve momentos tensos e houve, inclusive, a detenção dos prefeitos de Serranópolis do Iguaçu, Nilvo Perlin (PT), e de Medianeira, Luiz Suzuki (PT), além de outras pessoas. Populares que presenciaram o momento das prisões denunciaram o uso de violência por parte dos policiais⁷⁹.

Ao mesmo tempo procuraram registrar a luta da população na criação de obstáculos, objetivando o não cumprimento da ordem de desobstrução da estrada e à manutenção do seu direito.

O primeiro conflito aconteceu na localidade de Flor da Serra, distante cerca de sete quilômetros da Estrada do Colono, no lado de Serranópolis do Iguaçu. No local, agricultores trancaram a rodovia com máquinas para impedir que o comboio de policiais chegasse ao parque⁸⁰.

Torna-se importante registrar que durante o primeiro período de fechamento do caminho, entre 1986 e 1997, os distritos de Flor da Serra e Jardimópolis, pertencentes ao município de Medianeira, foram emancipados, dando origem a Serranópolis do Iguaçu, município que hoje faz divisa com o Parque Nacional do Iguaçu e consequentemente com o Caminho do Colono. A emancipação desses distritos ocorreu em 1996, dando início às atividades municipais de Serranópolis do Iguaçu em 1997, ano em que as lideranças dos municípios lindeiros ao parque resolveram pleitear de forma mais intensa a suspensão da liminar que fechou a estrada em 1986.

Não podemos deixar de considerar a relação existente entre a formação do município de Serranópolis do Iguaçu e a intensificação da luta pela reabertura do caminho. Narrativas como a de Clarita nos ajudam a entender o envolvimento e o papel da administração do município de Serranópolis na organização e efetivação do movimento.

Uma reunião bem discreta, (...), a população, ninguém sabia, começaram entre eles (os prefeitos) aí deles foi para o secretariado, vereadores de cada um deles, ali começou. Na verdade foi o nosso prefeito aqui, que juntou os outros prefeitos, cada um depois juntou sua equipe na sua prefeitura... e assim começou o trabalho. Daí foi chamando. Das prefeituras foi pras comunidades, pros cabeças das comunidades e assim foi tipo uma aranha começou o centro e aquilo começou a dar aquelas pernas. Sempre sigiloso, sempre no sigilo, no sigilo.⁸¹

Naquele momento, a gestão do município estava sob a responsabilidade de Nilvo

⁷⁹ VITECK, Cristiano. **Operação de guerra fecha Caminho do Colono**. Jornal o Presente, quinta 14 de maio de 2001. Marechal Candido Rondon

⁸⁰ Id., ibid, 2001.

⁸¹ Entrevista concedida por Clarita Fillipin, moradora de Serranópolis do Iguaçu, em 13/08/2012.

Perlin, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Edson Luiz Fillipin, marido de Clarita, fazia parte de equipe administrativa que assumiu a prefeitura no ano de 1997. Exercia a função de Secretário de Obras, Viação, Serviços Urbanos, Indústria, Comércio e Turismo e participou ativamente das primeiras movimentações para organização da luta. Clarita também trabalhou na organização de reuniões na comunidade e chamando líderes comunitários, bem como a população geral para o envolvimento.

Conforme relatou Clarita, a organização do movimento ocorreu de maneira discreta, ou seja, sem muita divulgação. Teve início a partir da iniciativa tomada pelo prefeito de Serranópolis do Iguaçu que chamou os demais prefeitos da região para discutir a questão do caminho. Posteriormente, esses prefeitos levaram a ideia para suas equipes de administração que organizaram formas de mobilizar a comunidade, chamando-a para a mobilização. Segundo Clarita, todo esse processo ocorreu de forma sigilosa, preservando a mobilização de qualquer ação externa ou contrária que pudesse provocar a desmobilização da população.

Os organizadores do movimento desejavam também que os órgãos responsáveis pelo fechamento, IBAMA e Ministério de Meio Ambiente, só tomassem conhecimento da manifestação quando toda a população já estivesse envolvida e mobilizada para tal ação. Sabendo ser uma ação ilegal, que desrespeitava o que havia sido decidido em relação ao Caminho, procuraram prevenir-se, mantendo toda a organização do movimento em sigilo, para que nenhum risco ou restrição pudesse atingir também suas posições enquanto prefeitos municipais.

O prefeito Nilvo Perlin procurou estabelecer parcerias com municípios vizinhos e diversas lideranças políticas, pleiteando a reabertura da estrada como uma das condições necessárias para o desenvolvimento do município. Juntamente ao prefeito de Capanema Valter Steffens (PTD), município que também faz divisa com o Parque Nacional do Iguaçu e o Caminho do Colono, realizou diversas reuniões em todos os municípios da região Oeste e Sudoeste, organizando junto aos prefeitos, vereadores, lideranças religiosas e de classe, diversas comissões, com o objetivo de mobilizar o maior número de pessoas possível para uma manifestação pela Reabertura do Caminho do Colono, que deveria ocorrer no dia 13 de maio de 1997, nos municípios de Capanema/Sudoeste e Serranópolis do Iguaçu/Oeste, mobilizando a população das duas regiões.

No entanto, no dia 08 de maio de 1997, mais de 1.500 moradores do Oeste e

Sudoeste do estado ocuparam o Parque Nacional do Iguaçu, antecipando a manifestação de reabertura que estava programada para o dia 13. Segundo registros do jornal A Cidade⁸² difundiu-se junto à comunidade que, no dia 13 de maio, policiais estariam no local, visando impedir a entrada da população no Parque. A ideia de ocupar o Parque antecipadamente foi difundida entre a população pela AIPOPEC. E os moradores adentraram ao Parque Nacional, levando barracas e lonas com objetivo de permanecer acampados até que houvesse uma solução para a reabertura da estrada.

O jornal A Cidade, a exemplo de outros jornais regionais e estaduais, noticiavam o movimento para reabertura do Caminho do Colono como prática de comum acordo da população local. O movimento era apresentado como sendo de toda a população, sem divergências e contradições internas, contribuindo na formação de uma determinada opinião pública em relação à luta pela reabertura da estrada. Este discurso era enfatizado pela Associação de Integração Comunitária Pró- Estrada do Colono (AIPOPEC).

Esta associação surgiu devido à decisão judicial que levou ao fechamento da estrada, e objetivava representar judicial e extrajudicialmente os dezessete municípios que a compunham. Caracterizava-se por uma ONG, cuja diretoria era tradicionalmente composta, em sua maioria, por representantes políticos locais-prefeitos e vereadores. Essa associação utilizou-se de diversos recursos políticos e jurídicos disponíveis para procurar reverter à decisão que levou ao fechamento da estrada. A sua fundação representou a necessidade de catalisar e articular as forças políticas e empresariais contrárias à interdição da via. A perspectiva de atribuir ao movimento um caráter de “vontade geral da população”, de homogeneidade, sem conflitos, indica a intenção de instituir a formação de uma opinião pública coesa, favorável à reabertura do Caminho. Entretanto, como veremos no segundo capítulo, as narrativas das entrevistadas apontam para discordâncias no interior do movimento.

Muitos políticos, autoridades, líderes de comunidade, empresários, líderes religiosos juntaram-se à população nas questões referentes à reabertura do Caminho do Colono, bem como participaram das manifestações, a exemplo do ex-vereador de Medianeira e, na época, deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT) Irineu Colombo. Para ele, a “ocupação do parque foi uma ilegalidade justa contra uma ilegalidade injusta”⁸³ já que a

⁸² Jornal A Cidade, Cascavel, 11 de maio de 1997. Jornal Geral, p.05. Reportagem de Estefano Anzoategui, intitulada Aipopec desfere golpe de mestre contra a liminar que interditou a Estrada do Colono.

⁸³ Declaração do Deputado Estadual Irineu Colombo do Partido dos Trabalhadores em entrevista concedida ao

liminar que deveria durar 90 dias se estendia por mais de 10 anos, reforçando a ideia de que, mesmo ilegal, a ocupação da estrada estava fazendo justiça aos direitos subtraídos da população.

O envolvimento de diversos políticos da região, deputados estaduais e federais, vereadores e prefeitos apoiando a reabertura, tornou-se fruto de muitos questionamentos e dúvidas referentes às reais intenções em relação à causa. Apesar dos discursos enaltecerem questões sócio-históricas e econômicas da região, ambientalistas e órgãos governamentais acreditavam que o interesse desses políticos centrava-se mais na satisfação de objetivos políticos do que no engajamento à causa.

Ao receber esse apoio, as lideranças de Serranópolis do Iguaçu e Capanema, maiores interessadas na reabertura, sentiram-se mais seguras em iniciar sua luta, conforme relata Lori Perlin “(...) quando a gente viu que também a gente teve o amparo político dos deputados, das pessoas assim mais relacionadas ao governo, vixii, aí nós fomos”⁸⁴.

Utilizados pelos representantes políticos envolvidos no movimento, os discursos não tinham somente a intenção de transmitir, mesmo que, aparentemente, segurança aos líderes do movimento e à população. Procuravam também resgatar e legitimar sentimentos como os de indignação e revolta, presentes nas memórias da população e cultivados desde o primeiro fechamento da Estrada.

Conforme manchete publicada pelo jornal O Presente, no Caderno Especial Caminho do Colono, o deputado estadual Irineu Colombo declarou: “É preciso criar uma indignação pública constante”⁸⁵. Essa afirmação que incita a indignação e é reutilizada em um novo contexto ajuda a reavivar sentimentos e sensações que promoveram em outros momentos a mobilização da população. Segundo ele, com a organização do manifesto estava sendo criada a oportunidade dos sujeitos se posicionarem, procurando sensibilizar a justiça sobre a real necessidade de mudar a situação que imperava no Parque por dez anos.

Retomar o sentimento de indignação e promover a coesão do grupo em um momento diferente do existente há dez anos, ano de 1986, quando ocorreu o fechamento do Caminho, implicou repensar valores e relações existentes entre os homens e a natureza a partir

Jornal Hoje de 31 de maio de 1997, Cascavel p. 05.

⁸⁴ Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, Serranópolis do Iguaçu, 05/05/2012.

⁸⁵ Manchete do jornal O Presente de Marechal Cândido Rondon, Caderno Especial “Caminho do Colono”, publicado em 18/04/1997, p. 03.

das novas concepções ambientais que passaram a fazer parte da sociedade e a serem exigidas pelo estado. Integrar novas bandeiras ao movimento tornou-se fundamental para prosseguir na luta pela reabertura sem que essa perdesse o sentido diante dos novos padrões de relação homem e natureza. Pensar, por exemplo, a reabertura de um caminho e não mais de uma estrada demonstra o interesse e vontade da população em adequar às suas necessidades as novas regras existentes, fazendo uso do caminho com base numa relação de respeito e cuidado com o meio ambiente.

Portanto, o sentimento de indignação a ser cultivado a partir daquele momento não poderia mais estar associado somente à impossibilidade de transitar pelo caminho e à honra ferida da população, mas também ao abandono e ao descaso dos órgãos responsáveis pelo Parque Nacional do Iguaçu e a necessidade de integração entre os homens e o meio no qual eles viviam.

Conforme publicação no jornal Opinião Regional⁸⁶, a partir do fechamento da estrada, o espaço ficou desassistido, o próprio IBAMA reconheceu que o Parque Nacional do Iguaçu não foi preservado, não recebeu qualquer cuidado que resultasse em melhorias e sofria terríveis problemas em função, exatamente, do abandono a que foi submetido desde então.

A ideia de abandono do Parque e da importância dos sujeitos que moram em seu entorno para a sua preservação, a partir de 1997, passou a integrar o discurso dos representantes do movimento, constituindo-se em mais um argumento na luta pró-reabertura. Segundo seus representantes, o movimento passou a preocupar-se com o manejo mais adequado do Parque Nacional, o que contemplava a reabertura da estrada, porém dentro de novos padrões e conceitos. Ressignificar os argumentos para a reabertura a partir de um novo contexto econômico, social, político e ambiental, articulando-o às memórias já existentes, como as do processo de colonização e luta pela reabertura, passou a fazer parte dos discursos e práticas políticas para a reabertura.

A partir agora, vamos chamá-la de “Caminho do Colono”. É como se fosse o caminho da Graciosa na Serra do Mar. O cidadão precisa entender que a partir do momento em que entra em contato com o parque precisa agir de maneira diferente, procurando conviver de forma pacífica com a natureza⁸⁷.

⁸⁶ Opinião Regional. **Parque Nacional do Iguaçu**. Jornal, Ano 01, nº 9 Francisco Beltrão, 02 de maio de 1997.

⁸⁷ Declaração feita pelo prefeito de Medianeira, Luiz Suzuke para o jornal O Presente, Caderno Especial Caminho do Colono em 18/04/1997. Apesar de Medianeira não mais estabelecer limite com o Parque Nacional do Iguaçu, após a emancipação dos distritos que deram origem a Serranópolis do Iguaçu, o município de Medianeira aparece como um dos municípios mais envolvidos na luta pela reabertura do Caminho do Colono.

Nesses termos, em 1997, o prefeito de Medianeira, Luiz Suzuki⁸⁸ justifica a mudança do nome da estrada para caminho, expressando que o movimento a partir de então iria muito além da reabertura da estrada. Apontava para uma nova relação entre o homem e o espaço, uma relação orientada por um plano de manejo adequado às novas necessidades e leis, não deixando de basear-se no mesmo senso de responsabilidade expressado até então pela população em relação à estrada.

O resultado dessa grande mobilização levou o Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, juiz Paim Falcão no dia 17 de maio de 1997 a cassar a liminar que mantinha a estrada fechada por 10 anos, 8 meses e 17 dias. O caminho permaneceu aberto até 13 de junho de 2001, quando foi fechado novamente por uma operação realizada pela Polícia Federal e pelo Exército, cumprindo uma determinação de fechamento expedida em janeiro de 2000, pela juíza Marga Inge Tessler, da Justiça Federal de Porto Alegre.

“Do Nascer ao Pôr do Sol”: Embates Ambientalistas

Durante os anos de 1997 a 2001, período em que a estrada permaneceu aberta, seu funcionamento ocorria das 07h00min às 18h00min. Conforme anunciavam os panfletos e os jornais locais, a estrada estava aberta “do nascer ao pôr do sol”⁸⁹. Contava com duas guaritas, uma em cada extremidade do trecho, onde ocorria a cobrança de pedágio e distribuição de panfletos que orientavam as pessoas que atravessavam o parque sobre o respeito com o limite de velocidade, estabelecido em 60 quilômetros por hora, de como proceder com o lixo e a possível travessia de animais durante o percurso. Os “guardas” que trabalhavam tanto na guarita, quanto na vistoria do caminho eram pessoas da comunidade, orientadas e coordenadas pela AIPOPEC.

Para os moradores do entorno do PNI, as regras estabelecidas para a utilização do caminho a partir do Plano de Manejo construído em parceria com técnicos ambientalistas e o

⁸⁸ Gestão de 1º de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2000.

⁸⁹ “Do nascer ao pôr do sol” foi a forma utilizada pelos organizadores do movimento para reabertura do Caminho do Colono, para anunciar o horário que o caminho estaria em funcionamento, após sua reabertura, das 7:00 às 18:00 horas. Essa informação estava tanto nos panfletos distribuídos à população contendo também as regras que deveriam ser seguidas durante o percurso, bem como em jornais que noticiaram a reabertura do caminho, a exemplo do Jornal Folha de Londrina, no encarte Folha das Cidades, de 12 de junho de 1997, p.03.

respeito demonstrado pelos usuários garantia que a reabertura da estrada não representaria nenhum risco ao Parque.

Porque até hoje eu nunca vi ninguém atropelando alguma coisa, tanto que na época que tava aberto, era de manhã, primeiro passava um carro, uma pessoa, um funcionário do Parque qualquer cigarrinho, qualquer lixinho, qualquer bala, papel de bala era ajuntado, você não via um lixo. Tanto que as pessoas com o tempo não jogavam nada era um respeito total.⁹⁰

Para a entrevistada, como para centenas de outros moradores do entorno do PNI, a utilização da estrada e o movimento de carros não eram considerados desrespeito ou agressão à natureza. Ao contrário, no seu entendimento a utilização do caminho caracterizava a integração com o Parque, e sua conservação dependia desta integração, do cuidado e da limpeza constante, o cuidado para que os animais não fossem atropelados, e, segundo eles, existia sempre um responsável para conservar e cuidar do Parque.

A importância da integração sujeitos e natureza quanto ao cuidado e preservação do parque procurou ser representada pela AIPOPEC, nos diversos materiais produzidos, como camisetas, folders, faixas e panfletos, nos quais inscreviam a frase “A Vida Passa Por Aqui”, como se pode visualizar na reprodução do cartaz abaixo.

⁹⁰ Entrevista concedida por Clarita Fillipin, moradora de Serranópolis do Iguaçu, em 13/08/2012.



Figura 1: Cartaz produzido pela AIPOPEC convidando para mobilização
Fonte: Arquivo Pessoal.

Diferentemente da concepção dos moradores do entorno, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente e ONG's consideraram a ação de ocupação uma invasão ao PNI, “uma ação predatória, com a destruição do patrimônio natural (...) um ato de vândalos e bárbaros que precisam ser severamente punidos”⁹¹. Iniciaram, então, uma campanha internacional contra a reabertura, encaminhando ao Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO um dossiê sobre o caso. Para o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, (IBAMA), naquele período, Eduardo Martins, houve uma apropriação politqueira de uma reivindicação da comunidade, deslegitimando a ação e condução das discussões com a “invasão”⁹².

Além da importância das instituições governamentais no fechamento da estrada,

⁹¹ Acusação feita pelo Fórum das Entidades Ambientistas, representado pela ambientalista Tereza Urban, para o jornal Gazeta do Paraná de 10 de Maio de 1997, em entrevista ao jornalista Fábio Conterno.

⁹² Declarações prestadas pelo presidente do IBAMA, Eduardo Martins, na data de 04 de junho de 1997, quando buscava soluções para o impasse da reabertura no Palácio Iguaçu. Gazeta do Povo, Curitiba 04 de junho de 1997 pg.18.

conforme relata Edson Dias⁹³, o papel de ONGs ambientalistas nesse embate foi emblemático. Elas atuaram de maneira decisiva no conflito por meio da pressão exercida sobre os órgãos do Estado. A pressão acontecia por meio de campanhas contra a reabertura da estrada, utilizando como principal instrumento de difusão a internet, disseminando mensagens, divulgando a questão até mesmo em escala internacional.

Outras formas de pressão para que os ocupantes deixassem a estrada também foram utilizadas. Em notícia veiculada no jornal Gazeta do Povo de 24 de maio de 1997, o então procurador da República no Paraná, Sérgio Cruz Arenhart, pediu para que o governo do estado suspendesse o pagamento do ICMS às prefeituras cujas lideranças estivessem dando apoio ao movimento pela reabertura. Segundo ele, as prefeituras estariam fugindo ao propósito do imposto ao liderar o movimento pela reativação da Estrada do Colono.

Além dessa ação, passaram a ser veiculadas notícias, como a do jornal Folha de São Paulo⁹⁴, que divulgou a possibilidade do PNI perder o título de Patrimônio da Humanidade. Esta questão já estaria sendo analisada. Nesse mesmo texto, o diretor da ONG Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem de Curitiba, Clóvis Borges, reitera que seriam inúmeros os prejuízos causados pela estrada e que não existiria justificativa legal para que essa continuasse aberta. A continuidade da existência dela geraria a perda de financiamentos internacionais relacionados à criação e manutenção de unidades de conservação, ou seja, do PNI.

Constatamos, a partir dessas ações, a relação existente entre a escala micro e macro da história. Verificamos que ações locais, como movimentos políticos e de pessoas que reivindicavam o que consideravam seu por direito, interferiam em posicionamentos políticos mais amplos, promovendo manifestações nacionais. Da mesma maneira que decisões tomadas na esfera macro influenciavam a percepção do PNI pelos moradores do seu entorno, promovendo mudanças nos comportamentos.

Essa forma de pressão exercida pelos órgãos governamentais e ambientalistas foi também noticiada pelo jornal Gazeta do Iguaçu, de 14 de maio de 1997, onde constava que a

⁹³ DIAS, **Desenvolvimento regional e conservação ambiental: “A Estrada do Colono” como via de (des) integração do Oeste – Sudoeste paranaense**. Op. cit., p.74.

⁹⁴ Reportagem relacionando a possibilidade do parque Nacional do Iguaçu perder o título de Patrimônio da Humanidade em função da reabertura do Caminho do Colono. Parque de Foz pode perder título de Patrimônio da Humanidade, divulgada pelo jornal Folha de São Paulo, on line turismo, 15/02/2001. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/noticias/ult338u467.shtml>. Disponível em Acesso em 20 de maio de 2013.

reabertura da estrada extrapolava a vontade regional, estadual e nacional. Manter a via desativada era uma exigência internacional, sob pena do Governo Federal não mais receber verbas de organismos externos como do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ou seja, uma questão regional, que aparentemente teria sentido e significado apenas para a população de alguns municípios, foi alçada a tema que poderia interferir em políticas internacionais que incidiriam diretamente na economia do país.

Para os ambientalistas e órgãos governamentais, a ação realizada pelos moradores da região Oeste e Sudoeste do Paraná estava totalmente desvinculada das novas concepções e leis que regulamentavam a relação entre seres humanos e o meio ambiente, principalmente no que diz respeito às unidades de conservação. Conforme disposições preliminares da Lei nº 9.985/00 Art.2º I, as unidades de conservação caracterizam-se por “espaço territorial e recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivo de conservação e limites definidos sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”, portanto sua ocupação não adequava-se as novas concepções.

O fato dos manifestantes desrespeitarem esse espaço, adentrando aos limites estabelecidos e fazerem uso de uma área de proteção caracterizou, segundo entendimento dos ambientalistas e dos órgãos governamentais, um ato criminoso. Esta imagem foi veiculada ao se referirem aos manifestantes, de acordo com manchete do jornal Gazeta do Povo⁹⁵, como “invasores”.

Para os manifestantes que pleiteavam a reabertura do caminho, no entanto, a ação de ocupação, apesar de ilegal, parecia-lhes justa, pois procurava respostas a uma espera de mais de dez anos. Por mais que os ambientalistas estivessem legalmente embasados, os moradores do entorno do PNI não aceitavam as determinações legais, pois, para eles, a estrada, enquanto foi utilizada, não prejudicou e nem destruiu a natureza, pelo contrário, eles alegavam que sempre cuidaram e não se consideravam agentes nocivos ao Parque e por isso estariam ocupando um espaço que já lhes era de direito. Idelse, com 46 anos, é enfática na avaliação dos órgãos e ambientalistas envolvidos no fechamento da estrada:

Eu penso que não tem nada a ver com isso que eles (ambientalistas e órgão como Ministério do Meio Ambiente e IBAMA) falam. Eles não conhecem nossa realidade, eles

⁹⁵ O jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 11 de Maio de 1997, em nota publicada referente à antecipação da mobilização para reabertura do Caminho do Colono, prevista para o dia 13 de 1997, refere-se aos manifestantes como invasores, demonstrando o caráter de ilegalidade da ação efetivada.

não sabem o que isso faz falta pra gente e não prejudica o meio ambiente não. Que essa estrada sempre existiu e do jeito que tava sendo cuidada. Ninguém quebrava e depois que foi reaberto ali, ninguém podia cortar um galho de árvore de jeito nenhum, então eu acho que não influencia em nada (...) ⁹⁶.

Torna-se importante atentarmos que nos discursos favoráveis e não favoráveis à reabertura são utilizados diferentes termos para descrever a ação do ato de reabertura do Caminho do Colono. Cada um deles carrega uma grande carga sociológica e política, promovendo interpretações diversas acerca de uma mesma ação. Enquanto os moradores e associações pró-reabertura utilizavam-se do termo ocupação, os órgãos ambientalistas e governamentais utilizaram-se da expressão invasão.

O termo ocupação é empregado pela sociologia e geografia para designar o processo de apropriação do espaço geográfico pelo homem. Ocupar um espaço significa atribuir a ele uma determinada função social, torná-lo de utilidade pública. Segundo Ferreira ⁹⁷, ocupação significa ato de ocupar (-se), atividade, serviço ou trabalho manual ou intelectual. Para os simpatizantes da reabertura do Caminho do Colono a ocupação era legítima, pois esse espaço possuía uma função social que era a de fazer a ligação econômica, social e histórica entre as regiões. Durante um longo período ocupavam essa estrada para se deslocarem com vistas à realização de atividades econômico-comerciais e para relações sociais com familiares, parentes e conhecidos em outros municípios e estados do sul. O percurso fechado não fazia sentido para os moradores, pois, o percurso considerado seu, por direito, não estava atendendo mais às suas necessidades.

Já o termo invasão, utilizado pelos manifestantes contrários à reabertura do caminho, caracteriza o ato de invadir, entrar à força, tomar ou dominar o que não é seu. Expresso no Art.161, parágrafo 1º, II Código Penal, identifica crime de esbulho possessório, ou seja, crime contra o patrimônio, consiste em invadir terreno ou edifício alheio, com o intuito de adquirir a posse. Para ambientalistas, IBAMA e Ministério Público o ato de reabertura do caminho e a maneira pelo qual se efetivou foi considerado ilegal e ilegítimo. Na medida em que o Parque Nacional do Iguaçu constitui-se como Patrimônio da Humanidade e área de preservação ambiental, a entrada dos manifestantes era crime.

A utilização de termos diferenciados para designar uma mesma ação é indicativo de diferentes interpretações e posturas políticas. Enquanto o termo “invasão”, utilizado pelos

⁹⁶ Entrevista concedida por Idelse Terres, em 30/04/2012, em Serranópolis do Iguaçu.

⁹⁷ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Miniaurélio**, 7.^a ed., Curitiba: Positivo, 2008, p.588.

ambientalistas e órgãos ambientais, corresponde a um ato criminoso, caracterizando desrespeito à lei e, portanto, ação de bandidos, “ocupação” reporta a uma ação legítima, mesmo que ilegal do ponto de vista jurídico, na medida em que havia decisão judicial determinando o fechamento do Caminho do Colono, porém gerador de sentimentos ligados à busca da justiça baseada em valores morais costumeiros.

Considerar os diferentes processos nos quais políticos, ambientalistas, agricultores, comerciantes, estudantes, moradores da região construíram sua relação com o espaço, especificamente com o percurso do Caminho do Colono, nos ajuda a compreender melhor os diferentes significados atribuídos a ele e conseqüentemente as diferentes estratégias de luta promovidas por cada um dos grupos, bem como os termos utilizados para designá-las, termos esses que contribuíram para construção de memórias a partir dos interesses de cada um.

É possível perceber que, enquanto os que lutavam pelo fechamento da via construíram sua relação com o Parque Nacional a partir da ideia de preservação e conservação ambiental, tendo o PNI já constituído como unidade de conservação e proteção ambiental, baseado nas novas propostas e noções que norteiam a relação dos sujeitos com o meio ambiente, os que pleiteavam a reabertura, por sua vez, desenvolveram sua relação com esse mesmo espaço de forma bastante diferenciada, baseados nas vivências que constituíram suas trajetórias de vida e de pessoas de sua convivência.

A partir das entrevistas foi possível perceber que parte das pessoas que se envolveram ou participaram do movimento em prol da reabertura do caminho construíram sua relação com o PNI e o Caminho do Colono a partir da proximidade geográfica e nas relações de vivência e de identificação naquele espaço. “Mais ele né, ia pra Capanema, ia pro Rio Grande nos parente dele coisa assim né, ele tava sempre ali nessa estrada”⁹⁸ narra Elza Carbonera ao relatar que o marido nasceu em Medianeira e utilizava o caminho constantemente para ir a Capanema e ao Rio Grande do Sul trabalhar e visitar parentes.

Essa proximidade com o espaço, o costume de utilizá-lo corriqueiramente e conseqüentemente a forma de percebê-lo favoreceu o desenvolvimento de uma relação que, por ser muito próxima, não permitia aos manifestantes compreender que a utilização daquele trajeto poderia prejudicar o meio ambiente, já que esse percurso sempre foi utilizado, e a natureza continuava ali. Para os favoráveis à reabertura, o respeito ao PNI existia, pois mesmo

⁹⁸ Entrevista realizada com Elsa Carbonera, no dia 01/05/2012.

com a estrada aberta para o tráfego, todos sempre cuidaram e conviveram com o Parque.

Hilegarde Maria Rohde relembra que passou muitas vezes pela estrada, foram tantas que não sabe precisar, mas foram muitas, em diversas situações que promoviam vivências. “Quantas vezes eu passei ali de carro, levava as crianças da escola a gente ia de ônibus né pra ver, por que eu era professora, então a gente pegava os ônibus e botava as crianças dentro e levava elas pro Parque ali, pra conhecer o Parque”⁹⁹, como meio de educação ambiental.

Memórias como essa são representativas de experiências ocorridas num período em que o trajeto pelo caminho era permitido, não caracterizando desrespeito à lei. Demonstram que a construção da relação com o meio ambiente se dava através do contato direto com o espaço, promovendo assim a compreensão de sua função social baseada em experiências diferenciadas daquelas vivenciadas pelos ambientalistas, que não conheciam e nem se propuseram, segundo entrevistas, a conhecer a região.

Para os moradores do entorno do PNI e manifestantes favoráveis à estrada, a luta para sua reabertura despertou o interesse de pessoas a se engajarem à preservação do meio ambiente, pessoas com conhecimentos sobre as questões ambientais, no entanto que não conheciam e não se preocuparam em conhecer a realidade da região e da relação existente entre os sujeitos que utilizavam a referida estrada. Ou seja, para eles as discussões sobre as questões ambientais relacionadas ao PNI ocorriam à distância e limitavam-se somente em pensar o meio ambiente como natureza, esquecendo-se de que as pessoas fazem parte do meio ambiente e que elas viviam nas proximidades do Parque.

Neste sentido, Lori Olga Perlin assevera: “Olha, é que o poder estava nas mãos de pessoas que não conheciam aqui e que não se sujeitavam a vir conhecer, que quiseram que se puseram contra, que foram contrários por não conhecer”¹⁰⁰. Com essa narrativa a entrevistada procura demonstrar que os responsáveis pelo fechamento do caminho não se preocuparam em vir até a região para conhecer a realidade existente, tampouco a forma com que as pessoas utilizavam e manejavam o espaço, além de desconsiderar sua existência e a preocupação que tinham com sua preservação.

Ao narrar que o poder estava nas mãos de pessoas que não conheciam e nem se

⁹⁹ Entrevista concedida por Hilegarde Maria Rodhe, em 26/04/2012, em Medianeira.

¹⁰⁰ Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, 05/05/2012, Serranópolis do Iguaçu.

preocuparam em conhecer a região, considera que as discussões sobre o Caminho do Colono não levaram em conta a população e o seu modo de vida, acontecendo de forma desigual e injusta, pois somente quem detinha o poder decidia sobre a utilização ou não da estrada. Para ela, o poder estava centrado nas mãos dos representantes dos órgãos legais que decretaram através de uma visão distanciada a decisão oficial e legal sobre percurso, pois os mesmos não se “sujeitaram a vir conhecer”.

Mesmo tendo conhecimento das diversas comissões instauradas pelos órgãos governamentais e instituições ambientalistas com o objetivo de elaborar relatórios sobre as condições do Parque e da estrada, seu manejo e utilização para o processo, além de estudos relacionados aos impactos ambientais, a entrevistada avalia que as pessoas responsáveis pelas decisões sobre o fechamento do caminho não conheciam a realidade vivida pelos sujeitos e nem as reais condições do espaço, já que se baseavam em relatórios.

Torna-se importante avaliar também que a entrevistada coloca o poder de decisão sob a responsabilidade de órgãos e instituições jurídicas, o que nos leva a considerar que mesmo com a estrada ocupada e sendo tomada a força da população, os manifestantes reconheciam e se preocupavam com a necessidade da legalização de abertura da via. Compreendiam que sem a permissão da lei a utilização não se sustentaria. Por mais que considerassem justa sua ação de ocupação, tinham consciência de sua ilegalidade, no entanto, também não consideravam legítimo que a decisão de legalidade fosse tomada por pessoas que desconheciam a realidade da região.

A narrativa de Clarita Fillipin também contribui para a compreensão do sentimento da população em relação aos responsáveis em promover ou não o fechamento do caminho, bem como as percepções quanto às diferentes formas com as quais os grupos que lutavam pelo fechamento e pela reabertura estabeleceram percepções sobre o percurso. Ela expressa um sentimento de inconformismo, ao dizer que “... a gente não se conforma de vim uma aí, uma na época acho que era uma juíza, uma mulher muito novinha que chego e fez isso”. Uma pessoa, segundo ela, sem experiência de vida suficiente para tomar tamanha decisão. “Daí nós dizia: que, que ela teve até hoje na vida de sofrimento, que, que ela viu até hoje, que, que ela passou na vida pra chegar e fazer uma coisa assim fecha uma coisa que é do povo daqui, dos agricultores daqui”¹⁰¹.

Na narrativa observamos a necessidade da entrevistada em demonstrar a

¹⁰¹ Entrevista concedida por Clarita Fillipin, moradora de Serranópolis do Iguaçu, em 13/08/2012.

importância dada à carga das experiências vividas e a historicidade dos sujeitos. Um sentimento que, de acordo com algumas expressões utilizadas na narrativa, não se limitavam à entrevistada, mas aos diversos sujeitos que lutavam pela mesma causa. A utilização de expressões como “a gente” e “nós dizia”, permitem perceber que a entrevistada procura se colocar como porta voz do sentimento de muitos dos manifestantes.

Utilizar como argumento a pouca idade da juíza demonstra o desconforto e a desconfiança dos moradores em relação à compreensão que essa expressaria sobre a questão. Para eles o fato de ser muito novinha não daria a ela condições de perceber questões que iriam para além das leis ambientais. Consideravam que ela não teria passado por sofrimentos suficientes ou ainda que tivesse pouca experiência para julgar uma questão que mereceria, no seu ponto de vista, maior compreensão das lutas e experiências vividas pelas pessoas que colonizaram a região. Evidencia ainda necessidade dos sujeitos de que a questão fosse compreendida pelos responsáveis pelo julgamento para além de uma questão geográfica e ambiental.

A utilização de expressões carregadas de sentidos a exemplo do “que ela viu até hoje”, “que ela passou na vida”, aparentemente ligadas ao tempo de vida da juíza e suas experiências, indicam muito mais que simples julgamento a sua pouca experiência. Trazem falas e sentimentos de uma agricultora que reclama o direito de decisão baseado nas vivências, nas experiências de sofrimentos, que abarcam o trabalho na relação com a natureza, à derrubada das matas para construir as condições de sobrevivência e reprodução. Como ela, muitas outras mulheres que se educaram nas experiências vividas no espaço, como mães, agricultoras e comerciantes que enfrentaram situações semelhantes e que se envolveram nas manifestações para reabertura da estrada, aparecem, através dessa narrativa, reivindicando uma decisão com base nas condições do vivido em oposição ao instituído legalmente.

Avaliar a quantidade das experiências vividas pela juíza com base em sua pouca idade e, a partir dessa avaliação de sua condição, a de decidir sobre o caminho como fizeram os moradores, nos remete a pensar na importância atribuída por eles à trajetória de vida dos sujeitos. Observamos nas narrativas que, para eles, as experiências interferem diretamente na forma como os sujeitos percebem e avaliam o mundo em que vivem, posto que a juíza decidiria com base no que “ela já viu” ou “já passou”.

Da mesma maneira que atribuem importância à história de vida de outros sujeitos e a examinam, atribuem também valor e sentidos às suas trajetórias e experiências vividas,

considerando importante serem percebidos a partir delas. Portanto, a compreensão das expressões utilizadas deve ser feita para além de sua ligação com a trajetória de vida da juíza e a sua capacidade de julgar o caso como aparece na narrativa. Deve ser compreendida tendo como base a importância dada pelos sujeitos à sua própria trajetória de vida e história e a presença que o Caminho do Colono tem nela. As críticas tecidas à pouca experiência da juíza não indica nada mais que a necessidade que sentiam de que suas trajetórias de vida fossem compreendidas e consideradas ao reivindicarem a reabertura da estrada pelos ambientalistas e órgãos governamentais.

Ainda na mesma narrativa a entrevistada recorre ao fato do caminho ser do povo da região, dos agricultores, não considerando justo que qualquer pessoa que não conhecesse ou fizesse parte da história da região tivesse o direito de impedir ou decidir sozinho sobre sua utilização. Mais uma vez o caminho aparece como sendo espaço de direito da população local, reforçando a ideia de que se o caminho é dos agricultores e do povo que vive ali, esses deveriam ter o direito de participar e opinar sobre seu uso. Uso que, além de não causar prejuízos ao Parque, contribuía na sua conservação e cuidado. Nesse sentido, Lori Olga Perlin assinala que o comportamento e a postura de cuidado e preservação da população para com o Parque deveria ao menos demonstrar a condição de convivência entre mulheres, homens e natureza.

Todos esses anos de prova que o povo e as autoridades têm de a gente tá vivendo aqui do lado desse Parque, do lado do Caminho do Colono e preservando, preservando ele não danificando, não agredindo ele, de forma nenhuma, ainda mais agora com essa preservação ecológica que tem tudo dentro dos conformes. Por que é que nós não podemos ter o direito de ir e vir pelo Caminho do Colono.¹⁰²

Afirmar o cuidado dos moradores para com o Parque, declarar que vivem ao seu lado “preservando ele”, “não danificando” e “não agredindo” procura demonstrar atitude de respeito e consciência ambiental. Ao mesmo tempo em que reivindica a mesma atitude de respeito para com os moradores do entorno do PNI pelos ambientalistas e órgãos governamentais, permitindo a utilização do percurso, já que, segundo ela, suas ações deveriam servir de provas quanto à preservação.

Ao narrar que o povo e as autoridades teriam “todos esses anos de prova”, ano de 1986, data do primeiro fechamento até o ano de 2012, quando da realização da entrevista, para perceber como a população se relacionava com o Parque e que a destruição não era

¹⁰² Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, Serranópolis do Iguaçu, 05/05/2012.

prática nessa convivência, procura fazer perceber que a cotidianidade da população, as formas de uso e o modo de vida deveriam ser considerados e avaliados, legitimando a utilização. Viver ao lado do PNI, ao lado do caminho como narra, compreende entender sua relação com esse espaço não baseada em livros ou em leis e sim em experiências concretas que conciliavam a utilização do espaço e os cuidados com o meio ambiente.

Buscando reivindicar essas percepções por parte dos responsáveis pelo fechamento da estrada, o acampamento, após a ocupação do caminho, foi uma das estratégias pensadas pelo movimento. Neste sentido, no próximo capítulo buscaremos perceber o espaço dos acampamentos, sua organização e importância a partir da perspectiva das mulheres. Com base nas narrativas procuraremos analisar o acampamento enquanto espaço de convivência, construção e desconstrução do movimento, de valores, ideais e identidades. Espaço onde muitas mulheres conquistaram e encontram a possibilidade de envolverem-se ativamente em questões sociopolíticas capazes de promover mudanças. Pensaremos o acampamento enquanto estratégia de mobilização social, carregado de simbologia e utilizado na atualidade por diversos movimentos que buscam tornar visíveis suas necessidades e reivindicações.

CAPÍTULO II

“AMIGOS DO PARQUE”: AS MULHERES OCUPAM O PNI

A ocupação do Caminho do Colono em maio de 1997, seguida da organização dos acampamentos nas extremidades do percurso, nos municípios de Serranópolis do Iguaçu e de Capanema, se expressa fortemente nas memórias das mulheres. Em suas falas, elas relembram as experiências de erguer os barracos e viver em acampamento. Emoção e razão permeiam suas memórias. Nas narrativas constroem a imagem de um movimento constituído pela atuação de diferentes sujeitos sociais, bem como atribuem sentidos e significados diversos às suas vivências.

“Aquilo lá era uma grande família, não tinha, era uma família só que se assinava Caminho do Colono. Esse era o sobrenome de todas as pessoas que estavam lá...”¹⁰³ destaca Lori Perlin, ao falar sobre o cotidiano do acampamento montado na entrada do Caminho do Colono no PNI, no ano de 1997, período em que a luta pela reabertura foi intensificada. A entrevistada significa o acampamento, por meio da expressão “era uma família”, como momento de afirmação de unidade em torno de um objetivo comum. A união em torno do objetivo de reabertura da estrada era forte, a ponto de “o sobrenome de todas as pessoas que estavam lá”, em sentido figurado, “assinava Caminho do Colono”.

A fala de Lori apaga possíveis divergências e conflitos no interior dos acampamentos. Mas, cabe observar que, para além da coesão, como demonstra Schreiner¹⁰⁴, os acampamentos, além de estratégia de mobilização e ação de enfrentamento coletivo direto, constituem espaços de relações sociais, de vivências capazes de ressignificar a compreensão que os sujeitos têm de si e dos outros, promovendo sentimentos de compartilhamento e igualdade e, ou, de diferenças, divergências e conflitos. E, neste contexto, constituem-se

¹⁰³ Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, Serranópolis do Iguaçu, 05/05/2012.

¹⁰⁴ SCHREINER, Davi Felix. **Dinâmicas coletivas e novas subjetividades: significados e conflitos nas relações sociais no MST**. In: LAVERDI, Robson; FROTSCHER, Méri; DUARTE, Geni Rosa; MONTYSUMA, Marcos F. Freire; MONTENEGRO, Antonio Torres (Org.) *História Oral, desigualdades e diferenças*. Editora da UFSC. Recife, 2012, p. 194.

subjetividades¹⁰⁵.

Neste sentido, considerando a importância e o significado dos acampamentos no processo de mobilização para a reabertura do Caminho do Colono, nos preocuparemos, nesse capítulo, com as vivências das mulheres presentes desde o momento da organização dos acampamentos até o momento de seu desmonte, que ocorreu em função da reabertura através da cassação da primeira liminar que promoveu o seu fechamento. Buscaremos, através de suas narrativas, perceber suas formas de atuação, como significaram suas vivências.

Os acampamentos, montados por moradores do entorno do Parque, de municípios vizinhos e por outros manifestantes, foi uma das estratégias de luta que objetivava a percepção e a retomada das questões relacionadas ao Caminho do Colono e sua importância para o desenvolvimento daquela região. Depois de mais de dez anos de espera, muitos pedidos, requerimentos e procedimentos legais, agricultores da região Oeste e Sudoeste do Paraná, cansados de esperar por uma decisão judicial definitiva sobre o Caminho do Colono, conforme publicação do jornal Hoje¹⁰⁶, ocuparam o PNI, reavivando uma problemática que há muitos anos permanecia sem respostas.

Ocupar o espaço e ali montar o acampamento foi a forma encontrada pela população para dar visibilidade a uma questão que, para eles, ainda não havia sido resolvida. O fechamento da estrada incomodava os moradores da região, que procuraram maneiras de promover discussões acerca da questão. Lori relata que, antes da ocupação acontecer “... com cada pessoa que a gente conversava e dialogava, dizia: não, nós vamos abrir, nós vamos, essa estrada é nossa, esse caminho é nosso (...) vamos abrir, não tem porque estar fechado”¹⁰⁷. A postura da população frente à questão demonstra, não só o descontentamento, como também a disposição de buscar coletivamente uma solução para o impasse.

O primeiro acampamento foi montado no dia 08 de maio de 1997, durante a ocupação que antecipou a grande mobilização marcada para o dia 13 de maio. A antecipação foi designada como “golpe de mestre”, pois foi vista como estratégia que teria dificultado qualquer forma de intervenção que o IBAMA ou Ministério de Meio Ambiente pudessem

¹⁰⁵ Utilizamos a noção de subjetividade(s) no sentido do que é próprio do sujeito, “... seus modos de viver, sentir e interpretar as relações, bem como a criação de estratégias de produção de sentidos, de escolha e de enfrentamentos individuais e coletivos”. (SCHREINER, 2012: 194).

¹⁰⁶ Jornal Hoje, Cascavel, 10 a 16/05/1997, p. 28.

¹⁰⁷ Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, Serranópolis do Iguaçu, 05/05/2012

estar organizando para o dia 13 de maio, data prevista para a ocupação¹⁰⁸.

Foi o maior e mais estruturado dos acampamentos, se comparado aos dois acampamentos posteriores, permanecendo por um período de tempo mais longo. Manteve-se com a mesma força até o momento em que a liminar que autorizava o fechamento da estrada foi caçada, dia 28 de maio 1997. Com o resultado positivo, autorizando o funcionamento do caminho, o acampamento atingiu seu objetivo. No entanto, após desmonte do acampamento, algumas barracas e refeitórios foram mantidos com um menor número de pessoas até que se organizasse o plano de manejo da estrada. Para manter o funcionamento da estrada, moradores da região foram contratados pela AIPOPEC, permanecendo nas guaritas vinte e quatro horas, cuidando e vistoriando o caminho.

Em janeiro de 2000, outra liminar ordenou que a rodovia fosse novamente fechada, no entanto a população continuou a utilizá-la ainda que de forma ilegal, aumentando a animosidade entre ambientalistas, instituições governamentais e população que fazia uso desse caminho.

No dia 13 de junho de 2001 a Polícia Federal fez cumprir a liminar de janeiro de 2000, expedida pela juíza Marga Inga Barth Tessler, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de Porto Alegre. A ação que promoveu esse fechamento foi registrada pela imprensa local como uma “operação de guerra”¹⁰⁹ devido à forma da intervenção policial e todo o aparato utilizado, como caminhões, helicópteros e lanchas.

Nas memórias das mulheres a ação efetivada pela polícia, no dia 13 de junho de 2001, representa um cenário de violência e hostilidade.

(...) eles (policiais federais) invadiam tudo, eles arrebatavam tudo o que vinha na frente. Era cheio de gente chorando nas beiras da estrada, aquelas mulheres chorando e aqueles policiais descendo, descendo com tudo. Eles desciam com aqueles ônibus, com caminhonete tudo com as portas abertas, os cara tudo pendurado com as armas apontando pro povo. (...) Passaram com aquele helicóptero, no dia que fecharam ali, nas escolas (...) voando baixinho assim, os alunos tudo sentado na sala vendo aquilo, eles com a metralhadora fazendo que iam metralhar a escola. As crianças ficaram apavoradas, dava desespero nas mães, nas crianças, nos pais, dava desespero em todo mundo. O helicóptero descia no meio da roça, atiravam pedra nas pessoas (...)¹¹⁰

Além das ações de violência descritas por Clarita, outro fato registrado pela

¹⁰⁸ DALLO, **Caminho do Colono: vida e progresso**. Op. cit., p.129.

¹⁰⁹ Jornal Mensageiro, 21 de junho de 2001. Medianeira. Reportagem de Mirtes Valério, intitulada, Operação de guerra fecha o Caminho do Colono.

¹¹⁰ Entrevista concedida por Clarita Fillipin, moradora de Serranópolis do Iguaçu, em 13/08/2012.

imprensa que causou estranheza e revolta aos manifestantes, ocorreu no segundo dia da ocupação feita pela Polícia Federal, quando um helicóptero contendo seis bolsas de brinquedos, chegou para que esses fossem distribuídos às crianças locais. Segundo informações do Jornal Mensageiro, essa atitude causou revolta aos pais das crianças e também aos demais moradores que a entenderam como uma afronta e não deixaram que os presentes fossem entregues, ameaçando queimá-los. Os manifestantes, como descreve o jornal, gritavam aos policiais “Aqui não tem índio não! (...). Acham que vão comprar a gente com muambas?” Essa ação, descrita pelo delegado do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal (COT), Antônio Borges Filho, como um procedimento de praxe que faz parte de todas as ações da Polícia Federal¹¹¹, contribuiu para aumentar o clima de revolta entre a população e ampliar ainda mais a animosidade existente entre o grupo favorável e o contrário à reabertura.

Após tomarem o local, policiais armados com escudos e coletes à prova de bala, montaram uma barreira humana na entrada da guarita, o acesso foi dificultado também por uma cerca de arame farpado, colocada por homens do exército que vieram dar apoio à ação policial. Cerca de 7 horas após o fechamento, a balsa que era utilizada para a travessia do Rio Iguaçu foi afundada. Para afundar a balsa foram utilizados 3 quilos de dinamites, colocados pela Polícia Federal no casco da embarcação. A explosão abriu pequenos buracos que rapidamente foram invadidos pela água, afundando a balsa.

Essa ação da Polícia Federal foi lembrada e vigorosamente criticada pelas entrevistadas. Algumas delas questionaram também as ações de ONGs ambientalistas, como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Pró-Conservação da Natureza, Sociedade Portuguesa de Vida Selvagem (SPVS) e do Fórum do Movimento Ambientalista do Paraná que permitiram uma ação que promoveu grandes danos à natureza.

(...) o que os federais... o que os ambientalistas fizeram, quando eles (federais) entraram com tudo aquelas máquinas pra fecharem o caminho. Derrubaram árvores, mataram os bichinhos, os animais e destruíram os rios e os córregos que tinha. Fecharam tudo, trancaram tudo com terra, fizeram aquele alvoroço lá e sem fala na balsa que estouraram. (...) Porque mataram tantos animais, tantos peixes, tantas coisas, com aquelas bombas que usaram para estourar a balsa, eles não pensaram nisso os ambientalistas?¹¹²

Segundo o entendimento de Lori, os ambientalistas perceberam os danos à natureza quando relacionados à população, porém não se manifestaram quando a polícia

¹¹¹ Jornal Mensageiro, 21 de junho de 2001, p.11. Medianeira. Reportagem de Mirtes Valério, intitulada, Operação de guerra fecha o Caminho do Colono.

¹¹² Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, Serranópolis do Iguaçu, 05/05/2012.

realizou uma ação, que no seu ponto de vista causou sérios prejuízos à natureza. Afundar a balsa, entrar com as máquinas no caminho, fechar os córregos e matar os animais, não deveria fazer parte das práticas de quem se posiciona como salvador da natureza. Lori acrescenta ainda: “então de que adianta ser ambientalista, se você não mostra uma solução pro problema, tão estudando em vão, porque eles próprios se condenaram ao não fazer nada e ao permitirem que a Polícia Federal viesse ali estoura a balsa e danifica” ¹¹³.

Com o caminho mais uma vez fechado, e sem respostas favoráveis por um período de dois anos, manifestantes “quebraram parte do muro e retiraram o portão construído pelo IBAMA, que impedia o acesso de pessoas e veículos à estrada” ocupando e montando um novo acampamento no caminho. A ocupação ocorreu no dia 03 de outubro de 2003, onde mais de 500 moradores das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, sendo a maioria dos municípios de Serranópolis do Iguaçu e Capanema, ocuparam simultaneamente, por volta das 22:30 horas, o Caminho do Colono, montando acampamento ¹¹⁴.

Nesse segundo momento, o processo de desmobilização foi rápido, pois a Polícia Federal foi acionada fazendo com que quatro dias depois da ocupação, no dia 07 de outubro de 2003, os ocupantes desmontassem suas barracas e se retirassem do local. Segundo um dos coordenadores do movimento, na época prefeito de Medianeira e presidente da AIPOPEC, Luis Suzuki, os manifestantes se retiraram para evitar um novo confronto com polícias, como o ocorrido em 2001 e também para que se estabelecesse um diálogo com o IBAMA ¹¹⁵.

A organização dos acampamentos, entretanto, foi importante, pois deram força e evidenciaram reivindicações. Segundo a narrativa de Clarita, os acampamentos foram muito eficazes, pois “se não fossem eles, isso [reabertura do caminho] já teria seria esquecido”. ¹¹⁶ As vivências e os sentimentos relacionados à organização e a cotidianidade dos acampamentos significam mais do que dar visibilidade a uma causa, significam viver situações ímpares que foram se constituído a partir das condições existentes, onde cada sujeito, além de possuir uma responsabilidade na organização do movimento, contribuiu também na construção do outro e de si mesmo, ressignificando e reconstruindo não só o movimento, mas também sua própria história.

¹¹³ Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, Serranópolis do Iguaçu, 05/05/2012.

¹¹⁴ Jornal Nossa Folha. 08 a 14 de outubro de 2003. Medianeira. Reportagem de Maicon Vitor Baesi, intitulada, Desmobilização objetiva evitar confronto com a PF.

¹¹⁵ Id., ibid, 2003.

¹¹⁶ Entrevista concedida por Clarita Fillipin, em 13/08/2012, moradora de Serranópolis do Iguaçu.

As vivências em acampamentos, conforme estudo coordenado por Lygia Sigaud¹¹⁷, constatou que, ao reconstituir diversos acampamentos, esses possuíam alguns aspectos recorrentes como a divisão de trabalho organizada em comissões, vocabulário próprio associado às ocupações e os acampamentos, procedimentos para o estabelecimento nos acampamentos, entre outras características. O estudo levantou ainda que os acampamentos compreendiam técnicas ritualizadas de realizar uma ocupação, organização espacial, regras de conviver, vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo, a exemplo da lona preta e bandeira. Essas combinações de aspectos constituíam uma forma, “a forma acampamento”, modelo engendrado no sul do Brasil, ao longo do processo de constituição do MST. Segundo a autora, somente explorando essas diversidades torna-se possível levantar hipóteses sobre as condições sociais que têm contribuído para a constituição e reprodução ampliada dos acampamentos.

Muitos dos aspectos levantados pela autora e relacionados à “forma acampamento” podem ser encontrados nos acampamentos montados no percurso do Caminho do Colono. A divisão do trabalho em comissões, a utilização de vocabulários próprios como a utilização da expressão “ocupação”, as estratégias encontradas para suprir as necessidades dos acampados presentes na narrativa das entrevistadas reforçam semelhanças e os aproximam dos acampamentos organizados pelo MST.

O Jornal Hoje, do município de Cascavel, publicou em 10 de maio de 1997, que a ocupação do Caminho do Colono revelava táticas petistas, que se acentuaram após a posse de dois prefeitos petistas na região, Luiz Suzuki em Medianeira e Nilvo Perlin em Serranópolis. Estes, segundo o jornal, possuíam ligações com o MST. Memórias de entrevistadas, a exemplo de Dianês Lodi, também reforçam essa visão, afirmando que “o pessoal dos sem terra também estavam lá acampados, teve várias famílias dos sem terra que foram lá dar apoio”, o que pode ter contribuído na constituição da forma acampamento.

Sigaud destaca ainda que os acampamentos constituem uma linguagem social na medida em que veiculam uma reivindicação. Essa linguagem ou forma social tem seus próprios processos de constituição, com uma tecnologia de mobilização das famílias e realização das ocupações que comportam variações de acordo com conjunturas específicas. Podemos considerar, dessa forma, que, ao montar acampamento para reivindicar a reabertura

¹¹⁷ SIGAUD, Lygia. **As condições de possibilidade se ocupações de terra.** Tempo Social Revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1 p. 258.

do caminho, os manifestantes utilizaram-se dessa linguagem social, vivenciando seu processo de constituição de maneira específica, ligando-o à sua realidade ainda que com interferências de quadros sociais e históricos mais amplos. São essas questões relacionadas ao processo de constituição e às suas especificidades que nos levam a pesquisar sobre os acampamentos a partir da perspectiva das mulheres, procurando perceber sua interferência na vida e na história desses sujeitos.

Para a análise dos significados e sentidos dos acampamentos como forma de luta nas manifestações relacionadas à reabertura do Caminho do Colono a partir das memórias das mulheres, nos deteremos à análise do primeiro acampamento montado no ano de 1997. Acreditamos que, devido às proporções alcançadas em termos de visibilidade, número de manifestantes, estrutura montada, tempo de organização e duração, suas memórias apareçam com maior ênfase nas narrativas e maior riqueza de conteúdo. Porém, com isso não temos a intenção de subestimar a importância ao segundo acampamento, montado no ano de 2003, compreendemos que esse ocorreu em decorrência do resultado positivo atribuído pelos manifestantes ao primeiro e como parte integrante de um processo. No entanto, a forma rápida como foi promovida a desocupação pela polícia federal não nos permitiria uma análise mais aprofundada das vivências naquele espaço.

“Amigos do Parque”: Acampamento e Manifestações

A ocupação do Caminho do Colono, ocorrida no dia 08 de maio de 1997, foi noticiada pelo jornal A Cidade¹¹⁸, de Cascavel, como um “golpe de mestre” desferido pela AIPOPEC contra liminar que interditou a Estrada do Colono em 1986. Dessa mesma maneira o livro sobre o Caminho do Colono de Luciano Dallo registrou, através da narrativa de Joel Luiz Guerra, que “esse momento foi uma “jogada de mestre” porque marcamos o dia 13 de maio para ser a grande manifestação”¹¹⁹ e, segundo o entrevistado, ocupar a estrada no dia 08 pegou todos de surpresa, facilitando o trabalho de limpeza e a ocupação do parque.

Neste dia, segundo o Jornal Diário do Sudoeste¹²⁰ mais de mil pessoas

¹¹⁸ Jornal A Cidade, 11 de maio de 1997. Jornal Geral, p.05. Reportagem de Estefano Anzoategui intitulada Aipopec desfere golpe de mestre contra a liminar que interditou a Estrada do Colono.

¹¹⁹ DALLO, Luciano. **Estrada do Colono a luta de um povo**. Francisco Beltrão: GRAFIT, 1999, p.129.

¹²⁰ Jornal Diário do Sudoeste, Guarapuava, 09 de Maio de 1997. Reportagem de Carlos Santos, intitulada, Mais

ocuparam o caminho, dizendo que permaneceriam na área até que fosse tomada uma decisão por parte da Justiça Federal. Manifestantes munidos de facões e foices começaram a roçada do antigo trajeto e montaram acampamento com o objetivo de sensibilizar as autoridades judiciais e federais para que fosse tomada uma decisão sobre o assunto.

O acampamento, denominado como “Acampamento Amigos do Parque”, possuía duas frentes: uma organizada em Serranópolis do Iguaçu e outra em Capanema. A ocupação ocorreu nas duas extremidades do caminho sendo erguidos acampamentos em ambos os lados. Faixas identificando o acampamento, (conforme ilustra a fotografia 1) foram afixadas, e seu nome também foi divulgado por jornais em reportagens sobre a ocupação¹²¹.

Conforme registros da imprensa local, cerca de 500 manifestantes montaram acampamento em Capanema, no Porto Moisés Lupion, às margens do Rio Iguaçu, e mais 700 manifestantes em Serranópolis do Iguaçu, na entrada e ao longo do Caminho do Colono, respeitando seu leito original. Conforme informações publicadas pelo Jornal Hoje¹²², muitos dos acampados possuíam pequenas e médias propriedades agrícolas e, cansados de esperar por uma solução, participaram da ocupação.



Fotografia 2: Imagem do acampamento “Amigos do Parque” às margens do Rio Iguaçu, em Serranópolis do Iguaçu, dois dias após a ocupação, 10/05/1997, com a faixa nominando o acampamento.

Fonte: Arquivo pessoal.

de mil pessoas invadem o Caminho do Colono.

¹²¹ - Entre outros, o jornal Diário do Sudoeste, da cidade de Francisco Beltrão, de 09/05/1997, p. 1.

¹²² - Jornal Hoje, Cascavel, 10 a 16/05/1997, p. 28.

O trabalho de organização e planejamento da ocupação começou a acontecer muito antes do momento da ocupação. Registros da AIPOPEC e da imprensa local mostram que, desde o mês de abril, diversos seminários foram realizados, reunindo prefeitos, representantes de municípios, entidades de classes, representantes do IBAMA, tanto na região Oeste como na Sudoeste do Paraná. Nessas reuniões foram apresentados projetos de integração dos municípios lindeiros ao Parque Nacional do Iguaçu, defendendo a reabertura do Caminho do Colono como única forma de preservar o ecossistema local.

Posteriormente, a ocupação passou a ser desenvolvida pelos prefeitos de Serranópolis, Nilvo Perlin, e de Capanema, Valter Steffens, que realizaram reuniões em vários pontos dos municípios, organizando moradores para a ocupação da estrada.

Nas reuniões era onde tudo era planejado, como se faria o movimento, quais as pessoas que iriam participar quais os municípios que seriam convidados a participar (...) os familiares, as associações de moradores, os presidentes de igrejas de escolas, foi assim um planejamento bem, bem legal. Foi feita reuniões em cada comunidade e depois onde começaram a planejar a organização de como fariam e de que maneira era pra ser feita¹²³.

É possível perceber a partir da narrativa de Lori que inicialmente houve a preocupação em convidar pessoas e municípios que fossem favoráveis e pudessem contribuir com a causa da reabertura, foi, como afirma ela, planejado e pensado. Esse planejamento, conforme indicam as fontes, foi realizado por representantes políticos, porém o movimento se fez para além da esfera político representativa. O convite para as reuniões acontecia principalmente através do boca a boca, por meio das redes de amizade, de vizinhança e de parentesco, algumas voluntárias (os) passavam pelas casas nas comunidades convidando a vizinhança e amigos(as) para participar. “Eu caminhei (...) pelas comunidades, chegava o dia de nós ir em tal comunidade nós ia”, relata Idelse¹²⁴ ao referir-se ao trabalho realizado por ela. Essa estratégia de organização não é uma característica encontrada somente na mobilização para reabertura do caminho, pode ser encontrada em diversos espaços e tempos históricos.

Estudos realizados por Macedo¹²⁵ acerca de mobilizações para a ocupação de terras organizadas pelo MST no Rio de Janeiro encontraram essa mesma estratégia de organização, onde os militantes solicitavam que os participantes convidassem outras pessoas conhecidas para as reuniões seguintes, também visitavam as moradias convocando as pessoas

¹²³ Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, Serranópolis do Iguaçu, 05/05/2012.

¹²⁴ Entrevista concedida por Idelse Terres, 46 anos, em 30/04/2012.

¹²⁵ MACEDO, Marcelo Hernandez. **Entre a “violência” e a “espontaneidade”: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro**. Mana vol.11 n°.2, Rio de Janeiro Outubro, 2005.

para os encontros, o que chamavam de trabalho de formiguinha. Esse trabalho culminava nas reuniões de frente de massa, onde eram realizadas discussões para a preparação das ocupações.

Menezes¹²⁶, ao abordar processos de mobilização para ocupação de terras no início da década de 1980 no Rio de Janeiro, descreve também essa mesma forma de chamamento, a utilização de redes de amizade, vizinhança e trabalho para a divulgação dos encontros. O que nos leva a perceber que essa forma de mobilização vem sendo construída ao longo da história, antecipando e organizando as ocupações e acampamentos.

As reuniões para tratar da luta pela reabertura do Caminho do Colono, além de se constituírem em momentos de discussão sobre questões práticas relacionadas à organização das mobilizações e aumentarem o número de adeptos ao movimento, contribuíram para fortalecer as redes sociais, integrar manifestantes, além de promoverem a criação de novos laços, fortalecendo e intensificando o movimento. O sentimento de pertencimento, que se desenvolvia a partir da participação nas reuniões, tornava-se mais latente, favorecendo a adesão e a permanência na luta pela causa.

Nesse sentido, podemos perceber que as entrevistadas, ao falarem sobre os acampamentos e os momentos que o antecederam, descrevem-nos com alegria e prazer. O fato de estarem em comunidade, fortalecendo laços e relações com sujeitos que lutavam pela mesma causa, promovia uma sensação de satisfação que pode ser percebida ao atentarmos para as expressões de uso corrente em suas narrativas tais como: “era tão gostoso”, “tão agradável”, “era divertido”. Idelse relata que, após ganhar a liminar que permitiu a reabertura da estrada, “quando foram tirados os acampamentos”, e somente algumas novas barracas foram erguidas para controlar o fluxo de veículos, “as mulheres sentiram. Eu fiquei lá, mas eu senti também, porque não tinha toda aquela mulherada (...), não sei, se a gente pudesse a gente tinha ficado lá”¹²⁷.

Sua narrativa, bem como as expressões utilizadas, revelam a importância que o espaço social do acampamento representou na vida dessas mulheres. Não estavam naquela ocupação apenas “amigos do Parque”, mas efetivamente mulheres militantes, de diferentes classes e perspectivas sociais. Ao relatar quanto eram agradáveis esses momentos e o quanto

¹²⁶ MENEZES, Heloísa. **Reforma agrária e identidade social na baixada fluminense: uma nova correlação rural-urbana**. Dissertação de Mestrado, 1991 CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

¹²⁷ Entrevista concedida por Idelse Terres, 46 anos, em 30/04/2012.

se sentiam bem nesses espaços, demonstra que estar presente na organização como nos acampamentos possibilitou sua participação enquanto sujeito ativo do processo histórico, levando-as a perceberem-se de maneira diferente. Estar lá significava sentir-se viva, atuante em uma causa. Ou seja, o espaço do acampamento possibilitava sua manifestação e envolvimento em atividades que não tinham vivenciado anteriormente.

Em seu relato Idelse refere-se “às mulheres”, indicando que no acampamento existia uma diversidade delas. Mulheres que, tendo em comum à identidade de gênero, possuíam trajetórias de vida diversas, diferentes maneiras de perceber e interpretar situações. Mulheres agricultoras, comerciantes, professoras, trabalhadoras do lar, idosas, jovens entre outras, que encontraram na causa da reabertura do Caminho do Colono interesses comuns e a partir desses interesses estabeleceram laços que contribuíram na formação de cada uma. A troca de experiências, proporcionada pelas vivências no acampamento, permitiu a elas repensar formas, valores e conceitos, promovendo, como veremos mais detidamente no terceiro capítulo, transformações. Nesse sentido, o espaço do acampamento ficou marcado na memória das mulheres como um espaço rico em sentidos e significados, a ponto de sentirem falta dessa convivência quando o acampamento foi desmontado.

Conforme relatado pelas entrevistadas, as reuniões realizadas pela administração do município de Serranópolis do Iguaçu, tinham como objetivo organizar uma grande manifestação, que teria como data o dia 13 de maio de 1997, no entanto, a ocupação ocorreu com cinco dias de antecedência. À antecipação têm-se diferentes versões. Segundo o Jornal A Cidade de Cascavel¹²⁸, o fato ocorreu em decorrência de uma notícia recebida pelos organizadores de que, no dia 13 de maio, policiais estariam no local para impedir a entrada da população no parque, isso fez com que manifestantes lançassem a ideia de ocupação para a comunidade, que correu como “rastilho de pólvora” desencadeando o ato. Já o Jornal Hoje¹²⁹, também de Cascavel, atribui à ocupação a ansiedade, indignação, ceticismo e uma grande revolta da população que acabou tomando uma medida drástica para reabrir o caminho.

As várias versões apresentadas sobre a ocupação não modificam o fato de diversos manifestantes terem se antecipado à manifestação do dia 13 de maio, ocupando e montando acampamentos com intuito de reabrirem a estrada. Porém, narrativas, como a de

¹²⁸ Jornal A Cidade, 11 de maio de 1997. Jornal Geral, p.05. Reportagem de Estefano Anzoategui intitulada Aipopec desfere golpe de mestre contra a liminar que interditou a Estrada do Colono.

¹²⁹ Jornal Hoje, Caderno Geral. 10 a 16 de maio de 1997, Cascavel. Reportagem de Rosilane Gabriel, intitulada, Colonos querem liberar a estrada hoje para o trânsito de veículos.

Lori Olga Perlin, apontam para divergências existentes no interior da organização do movimento, ocasionando vazamento de informações acerca das suas estratégias.

Aí quando tudo estava pronto tinha uma data prevista pra fazer isto, houve assim um vazamento de informações, onde que daí a parte adversária, como na política sempre tem né, ou tem os prós os contras né, aí esses, eles vazou essa informação aonde que eles deram parte na polícia federal, ou no IBAMA, ou assim, aí aonde se apressou um pouquinho mais a reabertura, era pra ser numa data e foi antecipada ¹³⁰.

Willian Berlanda, jovem de 24 anos, atualmente funcionário de Lori Olga Perlin, esteve presente durante todo o período em que Lori nos concedia a entrevista para este trabalho. Durante a entrevista Willian fez algumas interferências, procurando colocar suas lembranças e às que tinha sobre falas e ações de seus pais no período do acampamento. Willian nos contou que esteve com seus pais acampado durante a mobilização no ano de 1997, quando tinha apenas 8 anos. Relembra acerca do vazamento de informações, pontuando que havia desconfianças no movimento. Observa, "(...) pena que toda vez tinha gente que avisava os guarda, sempre vazava informações, sempre tinha um olho grande, até teve desconfiança de um ou outro" ¹³¹.

A narrativa de Willian reafirma a existência de conflitos que não somente foram geradores de desconfianças como também, possivelmente, fizeram chegar informações referentes à organização do movimento até órgãos governamentais vinculados ao meio ambiente ou de repressão, como a polícia federal, dificultado a execução de determinadas ações propostas pelo movimento.

O fato de informações terem vazado e denúncias para o IBAMA e polícia federal terem ocorrido, explicita que mesmo o movimento aparecendo como bandeira de todos e a imprensa preocupando-se em descrevê-lo como um movimento homogêneo e coeso, existia em seu interior conflitos. Existiam sendas e discordâncias que promoviam discussões e divisões internas, contribuindo na construção ou desestruturação de determinadas ações, ou seja, o movimento não estava totalmente constituído, existia um objetivo comum, porém as maneiras de atingir esse objetivo vinham sendo construídas a partir de condições e contradições existentes. Conforme narrativa, as questões político-partidárias se apresentavam como um dos fatores fortemente presentes no movimento, que interferiam significativamente para que algumas estratégias de luta fossem reestruturadas ou até mesmo não efetivadas.

¹³⁰ Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, Serranópolis do Iguaçu, 05/05/2012.

¹³¹ Entrevista concedida por Willian Berlanda, Serranópolis do Iguaçu 05/05/2012.

Nesse sentido torna-se importante compreender que, por mais que a reabertura tenha sido anunciada como vontade da população, as questões quanto à sua organização e as formas de lutas não se caracterizam como vontade de todos. A ocupação da estrada desrespeitando a “lei”, organizada para o dia 13 de maio de 1997, foi um dos fatores geradores de conflitos entre os integrantes do movimento, pois nem todos concordavam com os encaminhamentos da AIPOPEC. “Ele dizia que nós que tava errado por querer abrir à força. Mas ele, ele dizia: quando eu entrar vai ser aberto na lei (...)”¹³² Ao utilizar o termo “ele”, a entrevistada faz menção ao candidato da oposição José Arlindo Sehn (PDT), que perdeu as eleições para Nilvo Perlin em 1996, demonstrando a existência e interferência dos conflitos político-partidários no movimento.

Tal ocupação não impediu o ato público programado para o dia 13 de maio, que reuniu cerca de 37 mil pessoas no chamado “abraço do parque”. Mulheres, homens, crianças, idosos, vindos de toda a região reuniram-se nas duas extremidades da estrada para dar início à caminhada que culminaria no ato simbólico da troca de bandeiras e abraço entre os manifestantes. Para a realização de tal ato, manifestantes saíram de Serranópolis do Iguaçu e de Capanema para se encontrarem no meio do caminho, procurando demonstrar a força e união da população além da necessidade de reabertura da via de ligação entre as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Esse ato serviu ainda para reforçar a ideia de um movimento coeso e homogêneo, fazendo uso de uma linguagem corporal “o abraço” que representou naquele momento união, acolhida e reciprocidade, demonstrado que a luta era coletiva. A manifestação pró-reabertura da estrada, neste dia, foi presidida por Marcos Pagani, representante desde 1992 da AIPOPEC.

Os conflitos, no entanto, não existiram somente no interior do movimento. Valores dos sujeitos relacionados à sua conduta e atuação na sociedade, por vezes conflitaram com a ação de ocupação proposta para reabertura do Caminho. Muitos manifestantes, mesmo compreendendo a ocupação como uma ação justa, tinham consciência do seu caráter de ilegalidade, deixando por vezes transparecer, mesmo que inconscientemente, em suas narrativas.

Quando resolveram invadir o Parque, então, foi uma coisa assim, foi rapidinho, todo mundo um chamando o outro, tudo escondido e o povo veio e invadiu, assim de uma hora pra outra, foi tudo arreventado com as máquinas da prefeitura.¹³³

¹³² Entrevista concedida por Clarita Fillipin, moradora de Serranópolis do Iguaçu, em 13/08/2012.

¹³³ Entrevista concedida por Clarita Fillipin, moradora de Serranópolis do Iguaçu, em 13/08/2012.

Percebemos na narrativa que a entrevistada descreve essa ação fazendo uso do termo “invasão”, o mesmo utilizado pelos ambientalistas e órgãos governamentais quando procuravam demonstrar o caráter ilegal da ação. A utilização dessa expressão por parte da entrevistada, mesmo que, talvez, de forma involuntária, nos permite pensar que, embora a ocupação fosse considerada justa por muitos, o caráter da irregularidade e ilegalidade estava presente.

Com a ocupação da estrada, as/os manifestantes começaram a promover sua limpeza, um trabalho coletivo, que envolveu a todos. Idelse narra que as mulheres trabalharam na limpeza do Caminho “chegamos lá, nós fomos lá, botamos a mão na foice e no facão lá e começamos”¹³⁴ Em sua fala Idelse destaca a atuação das mulheres no acampamento, desde os primeiros momentos, inclusive nas atividades mais difíceis como o roçado, que foi realizado no primeiro dia da ocupação por mulheres e homens. Dessa forma é possível perceber que durante o processo de ocupação do Caminho o papel exercido pelas mulheres foi muito significativo, tendo elas atuado em várias frentes, mesmo aquelas que exigiam maior esforço e trabalho.

Aos poucos os manifestantes entravam mata adentro, limpando o percurso do Caminho e organizando os locais nos quais seriam fixadas as barracas. Joel Luiz Guerra, morador de Capanema, relatou para Dallo¹³⁵ que neste dia acordou cedo para se preparar, pois o dia seria longo. Um caminhão passou pela cidade de Capanema às 15:00, recolhendo as pessoas, chegando ao Porto Moisés Lupion às 15:30, no caminho escolheram o coordenador de cada barraca. Ao chegar ao porto atravessaram o rio com barcos e lanchas. Enquanto uns roçavam outros buscavam taquaras fora do parque para montar as barracas. Ao entardecer arrumaram a iluminação com uma bateria e prepararam-se para descansar para continuar o trabalho no outro dia. Segundo ele, reuniões eram realizadas todos os dias ao entardecer para definir as funções de cada pessoa, quem cuidaria da alimentação, saúde e limpeza, porque “todas as barracas deveriam ter sacolas de lixo e a higiene deveria ser total”. A narrativa de Joel demonstra, entre outras, a preocupação do grupo que promovia a ocupação com questões ambientais, como o fato do lixo e limpeza do local. Além disso, afirma que as taquaras utilizadas para fazer a estrutura das barracas foram retiradas de espaços fora do PNI, o que significa que a intenção, ao menos naquele momento, não era de provocar nenhum prejuízo

¹³⁴ Entrevista concedida por Idelse Terres, em 30/04/2012, Serranópolis do Iguaçu.

¹³⁵ DALLO, *Estrada do Colono a luta de um povo*. Op. cit., p.129.

ou dano à natureza.

Nas extremidades da estrada, tanto no limite com Serranópolis, como com Capanema, foi montada, além das barracas, toda uma estrutura de refeitório, banheiro, pontos de informação para atender aos acampados, visitantes e toda a população convidada a participar da manifestação programada para o dia 13 de maio de 1997. A estrutura das extremidades, dividia espaço com outros acampamentos, pois “dentro do mato tinha vários acampamentos, (...), dentro não, assim logo um pouco pra dentro, porque não podia ir muito pra dentro” ¹³⁶, relatou Idelse. Clarita, por sua vez, relembra que “tinha os que ficavam acampados dentro de caminhão, dentro de Kombi, aonde tinha alguma coisa tinha gente” ¹³⁷, no entanto, a maioria dos manifestantes abrigou-se em barracas.

Conforme ilustra a fotografia 2, as barracas, em sua maioria, foram montadas com lonas pretas e taquaras. Alguns manifestantes trouxeram barracas de camping para se juntarem ao acampamento. Algumas barracas abrigavam apenas uma família, no entanto a maioria era coletiva, abrigavam várias pessoas. Possuíam somente colchonetes e cobertores para que as pessoas pudessem dormir, pois existia uma estrutura de restaurante comunitário onde eram feitas e servidas as refeições para todos os que estivessem no local. Também foram construídos banheiros para atender à população.



Fotografia 3: Acampamento sendo montado ao longo do Caminho do Colono, em seu leito original no dia 09/05/1997
Fonte: Arquivo pessoal.

¹³⁶ Entrevista concedida por Idelse Terres, 46 anos, em 30/04/2012.

¹³⁷ Entrevista concedida por Clarita Fillipin, moradora de Serranópolis do Iguaçu, em 13/08/2012.

Faixas confeccionadas por empresas, escolas, clubes de serviço, foram fixadas nos locais dos acampamentos, com mensagens de apoio e pedidos de reabertura da estrada, buscando dar maior visibilidade à ação, como ilustra fotografia 3.



Fotografia 4: Acesso ao Caminho do Colono pelo município de Serranópolis do Iguaçu.
Fonte: Arquivo pessoal.



Fotografia 5: Acesso ao Caminho do Colono através do Porto Moisés Lupion em Capanema.
Fonte: Arquivo pessoal.

Tão logo a notícia sobre a ocupação do caminho começou a ser divulgada pelos meios de comunicação, centenas de moradores da região começaram a se dirigir ao Parque (ilustração fotografia 4). Alguns, como curiosos, para ver o movimento, outros, com a

intenção de passar novamente pelo Parque que há muitos anos não tinham acesso, enquanto outros aderiam ao movimento dando apoio à causa, juntando-se ao trabalho e ao acampamento. Outros ainda, interessados em aumentar seus ganhos e atender às necessidades dos visitantes e curiosos, montaram barracas para comercializar bebidas e alimentos. Elza nos conta que ela não ficou acampada, ia pela manhã e voltava à noite, isto“ (...) porque nós montamos uma barraquinha lá pra vender lanches, fazia misto quente, cachorro quente, coisa assim e vendia bebida, né.”¹³⁸

Foi montada também, segundo o Jornal Folha de Londrina¹³⁹, uma emissora de rádio comunitária, a Rádio Parque, que podia ser sintonizada na região em 96, 5 MHz na faixa da FM. A emissora preocupava-se em informar sobre todo o movimento da mobilização. O jornal Gazeta do Povo¹⁴⁰ de Curitiba noticiou que a sede administrativa da Prefeitura de Serranópolis do Iguaçu também foi transferida para a entrada do Parque Nacional do Iguaçu. Em um barraco provisório passaram a funcionar Secretaria de Saúde, Obras, Agricultura e o Gabinete do prefeito, bem como a Câmara de Vereadores, demonstrando o envolvimento dos gestores municipais na organização e efetivação do movimento para a reabertura da estrada.

Nos dias que seguiram após a ocupação, manifestantes, representantes locais, da região e do estado preocuparam-se em organizar e dar condições para a manifestação programada para 13 de maio de 1997. Nesses dias a balsa Lídia Terezinha, da empresa Andreis, que estava parada em Capanema há mais de dez anos voltou a fazer a travessia pelo Rio Iguaçu, valetas que haviam sido feitas durante o primeiro fechamento no caminho foram fechadas por máquinas da prefeitura de Serranópolis do Iguaçu¹⁴¹. Pessoas passaram a visitar o PNI. Políticos, comerciantes, representantes de clubes de serviços, professores com seus alunos vinham, segundo a imprensa, dar apoio ao movimento, somando, segundo o jornal Folha de Londrina¹⁴², duas mil pessoas.

No dia 09 de Maio, um dia após a ocupação, a juíza substituta da 1º Vara da Justiça Federal, Cristina Rocha, manteve a liminar que resultou no fechamento da estrada em

¹³⁸ Entrevista realizada com Elsa Carbonera, no dia 01/05/2012.

¹³⁹ Jornal Folha de Londrina, Caderno 01, 12 de maio de 1997. Reportagem de Antônio França intitulada, Prefeitos apoiam a reabertura da antiga Estrada do Colono.

¹⁴⁰ Jornal Gazeta do Povo. Tribunal Federal decidirá sobre Parque Iguaçu. 16 de Maio de 1997, Curitiba p, 32.

¹⁴¹ Jornal Diário do Sudoeste. 11 de maio de 1997, Francisco Beltrão. Reportagem de Sandra Mara Mendes, intitulada Balsa foi reativada após 10 anos

¹⁴² Jornal Folha de Londrina, 28 de Maio de 1997. Reportagem de Valmir Denardin, intitulada, Aipopec suspende negociação com o Ibama do PR.

1986 e autorizou o IBAMA a requisitar a força policial para “retirar os invasores”. Os policiais compareceram ao local, mas não tentaram impedir a roçada porque aguardavam alguma manifestação superior ou da justiça para intervir. Eles foram recebidos por uma comissão formada por lideranças do movimento, dentre eles, os prefeitos de Serranópolis do Iguaçu, Medianeira, Missal, e Santa Terezinha de Itaipu¹⁴³. No dia 13 de maio o movimento a favor da reabertura do Caminho do Colono promoveu uma grande manifestação, simultaneamente em Serranópolis do Iguaçu e Capanema, com mais de 37 mil manifestantes, segundo a imprensa. Para esse dia, além de toda a estrutura que já havia sido montada, foram disponibilizados telefones, telões e secretárias para atender à imprensa de todo país interessada no acontecimento.

“Abraço ao Parque”: Práticas e Representações

Uma missa campal presidida pelo bispo da Diocese Católica de Foz do Iguaçu, Dom Olivio Faza, abriu a manifestação. Posteriormente, diversos prefeitos como Laci Gihel (PMDB), do município de Missal, Salazar Barreiro (PP) de Cascavel, Ana Maria Carlessi (PMDB), de Santa Terezinha de Itaipu e deputados como Samis da Silva (PMDB), Edgar Bueno (PDT), entre outros fizeram uso da palavra, dando apoio ao movimento. A manifestação prosseguiu com uma caminhada Parque adentro. Essa caminhada ocorreu em duas frentes: uma vinda de Serranópolis e outra de Capanema que se encontraram no meio do caminho, no Km 4, a leste do Parque, local no qual houve a troca de bandeiras entre os municípios, conforme ilustra a fotografia 5.

O ato de encontro das duas frentes simbolicamente foi denominado como “Abraço ao Parque”. O ato visava reforçar a ideia de união do movimento e da integração da população com o PNI. Este ato marcou um momento histórico, segundo os moradores, registrando o reencontro de famílias e de duas regiões separadas pela incompreensão de órgãos governamentais, como o IBAMA e Ministério do Meio Ambiente, bem como de ambientalistas, que interferiram no fechamento do caminho.

¹⁴³ Folha de Londrina, 09 de Maio de 1997, p. 2, Londrina. Reportagem de Paulo Pegoraro, intitulada, Agricultores reabrem a estrada a força.



Fotografia 6: Momento da troca de bandeiras e abraço ao parque no dia 13 de maio de 1997, encontro entre Serranópolis e Capanema.

Fonte: Arquivo pessoal.

Hilegarde, professora aposentada e coordenadora do livro *Resgate da Memória de Medianeira* (1996), participou ativamente das ações do movimento durante o ano de 1997. Ela nos conta que, neste período, cedeu uma de suas salas comerciais em Medianeira para que a comissão do Movimento Pró-Reabertura montasse o escritório do movimento, onde eram realizadas as reuniões e encontros para programação das atividades e estratégias de luta. Ela relembra que, por várias vezes, passou pelo Caminho, para visitar parentes que haviam deixado no Rio Grande do Sul, fato que pode ter estimulado o seu envolvimento com o movimento. No dia 13 de maio, no ato pela reabertura, ela esteve presente e relembra:

Aí a gente participou (...) quem abriu quem fez a frente mesmo foi às mulheres né, era a esposa do prefeito de Serranópolis do Nilvo, ela pegou a bandeira e foi na frente, entro na frente e nós tudo atrás, fazendo festa e gritando, tudo com camiseta branca, tava tudo uniformizado. Nós fomos tudo junto¹⁴⁴.

Lembranças como as de Hilegarde sobre o dia da manifestação ficaram registradas nas memórias de muitos outros moradores da região. O uso da camiseta branca, cor que foi escolhida para simbolizar que se tratava de um movimento pacífico, o abraço ao parque, a troca de bandeiras foram imagens que ficaram registradas nas memórias dos manifestantes, produzindo bens simbólicos e imateriais, ou seja, um conjunto de representações que busca

¹⁴⁴ Entrevista concedida por Hilegarde Maria Rodhe, em 26/04/2012, em Medianeira.

materializar os discursos em textos imagéticos¹⁴⁵.

A troca de bandeiras entre os representantes dos municípios de Serranópolis do Iguaçu e Capanema, seguido do “abraço ao parque”, se constituiu no imaginário dos manifestantes como representação e símbolo do movimento, de unidade e força política. Esse momento, durante o qual os participantes presentes na manifestação seguiram mata adentro se encontrando e se abraçando, representou o sucesso da organização do movimento, fortificou a luta pela reabertura do caminho e procurou demonstrar a união da população da região, bem como o cuidado e apreço que teriam pela natureza através do abraço dado ao parque.

Amplamente divulgado e registrado pela imprensa, que contribuiu para a construção dessa representação, o ato simbólico do dia 13 encontra-se presente na memória dos moradores da região como um dos principais e mais importantes momentos da luta. Assim que questionados sobre o Caminho do Colono, esse dia aparece em suas narrativas sendo (re) contado e (re) lembrado a partir de suas vivências, porém procurando demonstrar sempre o caráter de força e união da população na busca do resgate à sua história. Hilegarde, cheia de orgulho, relata “(...) eu fui uma pessoa na época com a bandeira na mão”¹⁴⁶.

No entanto, esse não é o único momento narrado pelas entrevistadas em que práticas e representações aparecem fazendo parte de suas memórias sobre o movimento. Outras vivências das manifestantes nos acampamentos e durante o processo de mobilizações, não registrados pela imprensa, também foram simbolicamente significadas e transmitidas.

Assim, como em outras manifestações e movimentos, a construção de representações e símbolos nas manifestações para a reabertura do Caminho do Colono compõem uma imagem ou um conjunto de imagens sobre os movimentos que são os suportes nos quais a memória se inscreve, constituindo múltiplas formas. São construções que se processam no individual e coletivo, fruto do vivido cotidiano e das manifestações produzidas. Segundo João Carlos Tedesco¹⁴⁷, esses símbolos ou representações permitem que os indivíduos ou grupos sociais se identifiquem a si mesmos e aos outros, expressem crenças e valores comuns; informam, apelam, induzem a comportamentos; são horizontes e/ou teias de

¹⁴⁵ BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas**. Tradução Pablo Betesch. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

¹⁴⁶ Entrevista concedida por Hilegarde Maria Rodhe, em 26/04/2012, em Medianeira.

¹⁴⁷ TEDESCO, João Carlos. Memória, imaginário e movimentos sociais: ritualizações e representações dos colonos assentados. In: **Conflitos agrários no norte gaúcho 1980-2008**. Edições EST. Porto Alegre, 2008, p.105.

significados que se entrelaçam com a noção de experiência.

Nesse sentido, representações elaboradas e lembradas demonstram as formas pelas quais elas identificaram a si mesmas e aos outros, significaram o movimento e os acampamentos e através de suas vivências individuais e coletivas encontraram a possibilidade de ressignificarem-se enquanto sujeitos sociais e políticos. As representações e simbologias presentes na memória dessas mulheres evocam no passado sentimentos que, mesmo ressignificadas a partir do tempo presente, nos ajudam a compreender a constituição do movimento e a participação das mulheres nele.

Bonin & Kersten¹⁴⁸, em seus estudos sobre o significado dos ritos e símbolos para o movimento dos sem-terra, apontam para transcendência da dimensão meramente cognitiva dos símbolos, afirmam que esses são capazes de transmitir significados que vão além das palavras. Compreendem-nos como elementos intermediários que se interporiam entre os agentes sociais e o ambiente circundante, representando os anseios dos manifestantes, seu desejo de mudança, passando por cima da compreensão racional, apelando para a compreensão emocional e inconsciente e, desse modo, provocariam uma mobilização afetiva profunda.

As mulheres entrevistadas, ao narrarem sobre o Caminho do Colono, expressam com clareza a relação afetiva que têm com esse espaço, deixando transparecer sua emoção ao falarem sobre o percurso. Assim sendo, criar ou utilizar-se de simbologias instituídas socialmente para transmitir desejos e anseios referentes ao caminho constituiu-se em uma das formas encontradas por elas para expressar e dar significado aos seus sentimentos. Tedesco¹⁴⁹, ao falar dos símbolos e representações, acrescenta ainda que suas produções, em geral, são movidas por dimensões emocionais, frutos de interações simbólicas engendradas pelos grupos a partir de suas necessidades profundas.

Observamos que as mulheres, ao narrarem determinadas experiências no acampamento, utilizam-se de um conjunto de simbologias e rituais, procurando transmitir, através da construção de imagens, seus sentimentos e emoções, como, por exemplo, na fala de Hilegarde sobre a manifestação “Abraço ao Parque”: “... todo mundo foi lá, levanto a bandeira, vieram de tudo que era lugar, você era pra ver aquilo tudo branquinho aquela

¹⁴⁸ BONIN, Anamaria Aimoré, ANDRADE KERSTEN, Márcia. **O significado dos ritos e símbolos para o movimento dos sem-terra abordagem preliminar**. Curitiba, Criar e Scientia. Et. Labor, 1987.

¹⁴⁹ TEDESCO, **Memória, imaginário e movimentos sociais: ritualizações e representações dos colonos assentados**. Op. cit., p.115.

mulherada, com flor branca e lenço na mão acenando”¹⁵⁰.

Enquanto a imprensa, a exemplo do jornal *Gazeta do Povo*¹⁵¹, noticiava que o movimento para reabertura do Caminho do Colono era realizado de forma pacífica. Hilegarde, para descrevê-lo como pacífico, reportou-se as simbologias como práticas presentes no acampamento e em atos coletivos. Menciona a cor branca, a flor, o lenço e o gesto de aceno, procurando transmitir, através de uma imagem, a união, a pacificidade e o sentimento de comunidade, que, para ela, faziam parte do acampamento.

Além da narrativa de Hilegarde, percebemos em outras narrativas a presença de elementos simbólicos que foram significativos nas práticas das mobilizações e que permitem a identificação coletiva do grupo. Para mobilizar as pessoas a participarem do acampamento e de outras práticas coletivas, os manifestantes utilizaram-se de diversas estratégias. Uma delas consistia em bater o sino das igrejas das comunidades, sinal combinado para reunir as pessoas e promover a ação.

O sinal que a gente fazia era bate o sino, tipo a gente batia o sino, o povo descia, descia, descia todo mundo, ia pro Parque. O sinal que a gente tinha então era bate o sino de todas as comunidades. Primeiro foi juntando tipo um coordenador de cada comunidade e daí eles se ligavam. Na época não tinha tantos telefone como tem hoje, mas dava um jeitinho de avisar um o outro, e daí quando o sino batia o pessoal se juntava. Aí ia todo mundo pro Parque¹⁵².

Outra forma de representar simbolicamente a luta e promover a identificação coletiva foi a utilização da linguagem musical. Conforme aponta Elza “(...) tinha uma música ali, um hino, não sei se tu chegou a escutar aquela música da Neila Marta”¹⁵³. A música a que Elza se refere recebeu o nome de “Apelo”, foi composta por Pedro Acelino Garcia e gravada por Neila Marta Sehn, no ano de 1990, quando a estrada já se encontrava fechada e a luta acontecia basicamente no campo judicial.

A música foi utilizada nas manifestações pela abertura do caminho como apelo às autoridades do Brasil e aos ambientalistas para que considerassem a história da população e as necessidades econômicas da região. Podemos perceber a partir da letra da música, reproduzida abaixo, que, além de questões relacionadas ao prejuízo causado pelo fechamento

¹⁵⁰ Entrevista concedida por Hilegarde Maria Rodhe, em 26/04/2012, Medianeira.

¹⁵¹ *Gazeta do Povo*, 09 de maio de 1997, p.4, Curitiba. Reportagem de Áurea Cunha intitulada, *Invasão antecipa o protesto em estrada*.

¹⁵² Entrevista concedida por Clarita Fillipin, moradora de Serranópolis do Iguaçu, em 13/08/2012.

¹⁵³ Entrevista realizada com Elsa Carbonera, no dia 01/05/2012, Serranópolis do Iguaçu.

da estrada e das questões ambientais, são contempladas também questões históricas e das relações da população com o trajeto.

APELO

*Eu queria fazer um apelo
As autoridades do nosso Brasil
Que olhem pra mãe natureza
Com toda certeza sem cometer certo erro infantil.*

*Eu estou falando de uma estrada
Que um dia foi fechada sem explicação
Querendo proteger a flora e a fauna
Sendo que outrora era bem maior sua preservação.*

*Nessa estrada meu pai já passou
Junto veio também meu avô
Nos braços traziam confiança
Na bagagem muita esperança
E o progresso aqui se plantou.*

*Aos senhores ecologistas
Eu faço um apelo e até vou explicar
Por favor a reabertura da estrada
Com ela fechada despesa dobrada prejuízo que dá.*

*Sem a mãe Estrada do Colono
Aqui tudo é abandono não dá pra aguentar
Vem aqui olhe tudo de perto
Mate os anseios do Oeste e Sudoeste do meu Paraná¹⁵⁴*

Ao utilizar a música para se expressar, os manifestantes procuraram fazer emergir sentimentos e convicções por meio de representações, capazes de fortalecer a luta coletiva. Henry Lefebvre¹⁵⁵ afirma que toda representação social tem uma história. Que ela é produto de um determinado processo social, ou seja, da problemática de dominação e exploração. Afirma ainda, que não se pode deixar de lado as condições de vida dos povos, grupos ou classes que produzem essas representações e que apesar de serem resultado de uma determinada relação de força na sociedade, elas se dirigem a todos.

A música “Apelo”, produto de uma problemática vivida pelos moradores do entorno do PNI, tornou-se “hino” que procurava sensibilizar a todos, explicitando a história e

¹⁵⁴ A letra da música foi extraída da obra *Estrada do Colono a luta de um povo*. DALLO, Luciano, 1999: 98.

¹⁵⁵ LEFBVRE, Henry apud MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno a dialética**. Editora Hucitec. São Paulo, 1996, p.94.

os anseios da população. Ao referir-se à natureza na letra da música, o autor a associa à figura da mãe; “mãe natureza”, estabelecendo uma relação de dependência e de pertencimento entre sujeitos e natureza. A natureza representada pela figura da mulher torna-se mãe de todos aqueles que, de alguma maneira, se utilizaram da Estrada para construir suas trajetórias de vida, sendo assim seus filhos e, portanto, só poderiam ter vida por e a partir dela.

Também através da letra da música se reivindica uma explicação em relação ao fechamento, dando a entender que os motivos relacionados às causas ambientais não foram suficientes para a população, visto que “outroora”, ou seja, em suas memórias a preservação da flora e da fauna era muito maior do que o abandono em que teria sido deixado o PNI, após o fechamento da estrada.

A estrada é proclamada na música como ligação não somente de espaços geográficos, mas também como ligação de histórias de vida, visto que diz respeito a um percurso utilizado por pais e avós de gerações que hoje vivem na região e lutam para continuar utilizando a estrada.

Podemos ainda observar dimensões inter-relacionadas na letra da música: a imagem da “mãe natureza”; a representação social dos pais e avós que ali passaram, articulado à ideia de trabalho, por meio do qual proveram as condições materiais de vida “e o progresso aqui se plantou”. Assim, “mãe natureza” torna-se equivalente à “mãe estrada do colono”. A expressão “mãe natureza”, termo do gênero feminino, que simbolicamente é reconhecida como “mãe de todos”, é suplantada não só por um reducionismo de espaço físico e social na expressão “mãe estrada do colono”, mas também com o acréscimo de um termo do gênero masculino, “colono”.

Outras práticas socioculturais, entre as quais os ritos religiosos, também fizeram parte do cotidiano nos acampamentos, promovendo a relação de elementos simbólicos culturais externos com as vivências do acampamento. Nas narrativas, a reza do terço e as missas dominicais são relatadas pela maioria das entrevistadas e, segundo elas, essas práticas foram introduzidas nos acampamentos pelas mulheres, que as consideravam um importante elemento para a luta.

A noite assim a gente se reunia, toda a noite a gente fazia o terço, mas tudo puxado por mulheres também. Elas faziam o terço.¹⁵⁶

¹⁵⁶ Entrevista concedida por Idelse Terres em 30/04/2012, Serranópolis do Iguaçu.

(...) tinha as hora, era duas ou três vezes por dia que se reunia pra fazê oração e o pessoal era tudo debaixo da barraca, chuva e frio.¹⁵⁷

Daí nos domingos também, a gente fazia a missa lá, então não tinha mais missa nas igrejas pequenas (...) as missas eram lá, a população de todas as comunidades iam tudo na mesma, nós rezava tudo junto (...)¹⁵⁸.

A relação da religiosidade com os movimentos sociais, principalmente os de luta pela terra é bastante antiga no Brasil, exemplos dessa relação são as guerras de Canudos e do Contestado que, embasadas em preceitos religiosos, de uma religiosidade popular, mobilizaram centenas de manifestantes. Também no período da redemocratização, do início dos anos de 1980, de efervescência movimentalista, o Brasil viveu uma espécie de explosão de movimentos populares e organizações sociais. Muitos desses movimentos contaram com o apoio operacional e ideológico da igreja que se abria para uma teologia comprometida com a transformação sócio-política do país.¹⁵⁹

A Teologia da Libertação, proposta a partir da década de 1980, tornava a igreja mais popular e a aproximava das bases, promovendo o engajamento da instituição a diversas causas da comunidade através de pastorais e grupos de base. A opção preferencial pelos pobres, premissa central da Teologia da Libertação, possivelmente não foi a questão principal para o engajamento da Igreja local, até porque o movimento era formado por mulheres e homens de diferentes classes sociais, mas por se tratar de uma reivindicação que envolvia majoritariamente a comunidade. Esse engajamento, além de contribuir nas questões operacionais, trouxe consigo uma grande carga simbólica e ideológica. A presença de padres e bispos nas atividades dos movimentos ou mesmo os seus posicionamentos oficiais, defendendo causas dentro ou fora da igreja, para os manifestantes, davam sinais de legitimidade aos movimentos.

É possível perceber a importância atribuída a esse fator no movimento para a reabertura do Caminho do Colono em narrativas com a de Idelse que, ao trazer a participação de religiosos nas manifestações, faz dizendo que no movimento não se envolveram somente pessoas “comuns”, mas bispos, padres e pastores, dando a entender que essas participações poderiam garantir ao movimento seu caráter de verdade e legitimidade.

¹⁵⁷ Entrevista realizada com Elsa Carbonera, no dia 01/05/2012, Serranópolis do Iguaçu.

¹⁵⁸ Entrevista concedida por Clarita Fillipin, moradora de Serranópolis do Iguaçu, em 13/08/2012

¹⁵⁹ TIMMER, Patrick. **Religião e movimentos sociais: os evangélicos no movimento de moradia de São Paulo**. Trabalho apresentado no XII Simpósio da ABHR, 31/05 – 03/06 de 2011, Juiz de Fora (MG), GT 07: “Periferia urbana, religião e violência”, p.2.

(...) envolveu padres, pastores não foi só o povo comum assim. Imagina, vinha... veio o bispo, vinha pastores, vinham lá de Foz do Iguaçu, foi um movimento que abrangeu toda a região.¹⁶⁰

A aprovação e o apoio da igreja ao movimento proporcionava maior segurança aos manifestantes, tanto em nível individual como coletivo, o fato de poder contar com instituições religiosas católicas, que traziam em seus princípios a luta por causas justas como as dos excluídos e necessitados significava estar fazendo o que se considerava correto e justo. As mulheres buscaram munir-se de todos os elementos capazes de contribuir na construção dos sentimentos de coletividade, comunidade e união. Lori relata que as mulheres levantaram no acampamento um altazinho, como ilustra a fotografia 6, e realizavam encontros diários para a reza do terço.



Fotografia 7: Capela erigida junto ao Parque Nacional do Iguaçu no local do acampamento Amigos do Parque em Serranópolis do Iguaçu.
Fonte: Arquivo pessoal.

Esse espaço representativo de cultura, onde os sujeitos depositavam sua fé e esperança através das orações, passou a ter maior significado quando da intervenção policial: “(...) nós tínhamos feito um altazinho com uma bíblia e coisa e tal, assim eles (polícia federal) simplesmente pegaram e arremessaram tudo pro mato e nos arrancaram a força de lá (...)”, conta Lori Perlin.¹⁶¹ Essa ação praticada pelos policiais constituiu desrespeito e agressão a elementos considerados importantes e altamente significativos na cultura religiosa daquelas manifestantes, representou desrespeito não somente à sua religiosidade, mas também à sua

¹⁶⁰ Entrevista concedida por Idelse Terres em 30/04/2012, Serranópolis do Iguaçu.

¹⁶¹ Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, Serranópolis do Iguaçu, 05/05/2012.

cultura e sua causa, “são coisas que marcaram”¹⁶², diz ela ao lembrar da ação.

Ainda sobre a criação do espaço de oração e devoção, da capelinha, Idelse Terres, nos conta acerca de uma imagem de fé que se produziu a partir de um evento da natureza, de uma tempestade. Conta ela que,

(...) tinha também uma coisa bem interessante e foi feito por mulheres, a imagem de Nossa Senhora de Fátima que foi colocada lá. Uma noite numa tempestade, (...) deu uma tempestade muito grande que destruiu árvores e acampamento lá na entrada (...) isso mais que gerou o nome da padroeira aqui do município. Uma imagem de Nossa Senhora de Fátima levada por mulheres e colocada tipo numa capelinha, em cima de uma mesinha e naquela noite deu um temporal que destruiu árvores e destruiu barracos, quase todos. Tinha uma velinha acesa do lado da imagem, essa velinha não apagou, continuou ali acesa. Isso é uma história muito bonita, nós tivemos a festa da padroeira aqui e foi feito o histórico todinho dela. Foi através da reabertura de estrada ali, que surgiu o nome da padroeira e a devoção que o povo tem aqui é grande, foi ali¹⁶³.

A permanência da luz na vela que não se apagou diante da tempestade simbolicamente produziu, uma comoção coletiva, reforçando a ideia de uma luta cuja chama não se apaga, pois tem a proteção divina. Essa imagem tornou-se tão significativa que moradores do município de Serranópolis do Iguaçu, juntamente com a Igreja Católica, instituíram Nossa Senhora de Fátima como padroeira do município, sendo homenageada, a cada ano, no dia 13 de maio, data da maior manifestação para a reabertura do Caminho do Colono. Desde então, todos os anos, neste mesmo dia, são realizadas atividades referentes ao movimento, a exemplo da Corrida Rústica Caminho do Colono, além da missa e da festa que reúnem a comunidade.

Neste sentido, cabe mencionar a constatação de Tedesco¹⁶⁴ que, em estudo sobre ritualizações e representações de colonos assentados, mostra que festas, memórias, rituais comunitários e a forte presença da igreja têm servido para fortalecer a dimensão comunitária e o desejo de mostrar que valeu a pena lutar. Comemorações como as que ocorrem para comemorar a luta pela reabertura do Caminho do Colono, procuram representar, a exemplo do que concluiu o referido autor, um patrimônio histórico e um vivido que se reproduz, tendo como base representações ritualísticas que vão realimentando imaginários sociais.

Associar o dia da padroeira do município à data da mobilização para reabertura da

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Entrevista concedida por Idelse Terres em 30/04/2012, Serranópolis do Iguaçu.

¹⁶⁴ TEDESCO, **Memória, imaginário e movimentos sociais: ritualizações e representações dos colonos assentados**. Op. cit., p.126.

estrada, abarcando questões religiosas, bem como produzir música para expressar e registrar sua luta ou determinados momentos de sua luta, ou ainda fazer uso de símbolos instituídos socialmente como cores e gestos para representar sentimentos e sensações em relação ao movimento, significou produzir um conjunto de simbologias e rituais que embasaram as experiências de luta pela reabertura da estrada. Os espaços dos acampamentos favoreceram “a produção dessas simbologias e rituais, pois se constituem como processualidades estratégicas, que buscam unificar, coletivizar ideias e ações” ¹⁶⁵. Ao mesmo tempo, são espaços cujas dinâmicas possibilitam a constituição das subjetividades individuais.

¹⁶⁵ Id., *ibid.*, p.116.

CAPÍTULO III

MULHERES EM MOVIMENTO

As dimensões da luta pela reabertura do Caminho do Colono, até aqui abordadas, evidenciam relatos de sujeitos que se movem em suas narrativas a partir de diferentes perspectivas e interesses. Neste terreno, permeado por conflitos, podemos dizer que as memórias se constituem nas experiências, pois são elas que fornecem as bases para a consciência social. A experiência se constitui nas relações sociais da vida cotidiana. É, como nos mostra Thompson¹⁶⁶, o vivido pelos sujeitos como sentimentos, conflitos, valores implícitos e incorporados nas “normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades” na e como cultura.

É impossível, neste sentido, não observar e refletir sobre as diferentes interpretações elaboradas por mulheres e homens acerca da sua atuação na luta pela reabertura do Caminho do Colono. Pois, mulheres e homens relatam o tempo e os fatos vividos com diferenças que manifestam incorporações históricas e culturais de papéis, representações, obrigações valorativas que vão desde dimensões do âmbito coletivo, das relações familiares, da constituição da(s) subjetividade(s), da esfera pública política, entre outras questões do cotidiano vivido.

Estudo de Tedesco¹⁶⁷, referente aos movimentos sociais que tratam das diferenciações de papéis nos assentamentos do MST, afirmam que os homens tendem a valorizar mais a esfera do terreno público, estratégias de organização, lutas externas, caminhadas. As mulheres por sua vez ritualizam e lembram principalmente questões relacionadas à alimentação, doenças, temores, cuidados com as crianças, preocupações com o

¹⁶⁶ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.189.

¹⁶⁷ TEDESCO, **Memória, imaginário e movimentos sociais: ritualizações e representações dos colonos assentados**. Op. cit., 2008.

clima, a construção de novas relações, sentimentos e sensações que significaram sua participação no movimento.

Em relação ao Caminho do Colono é possível perceber essas diferenças presentes nas narrativas das entrevistas. Muitas questões abordadas pelas mulheres entrevistadas acerca dos acampamentos, como a preocupação em defender as crianças nos momentos de confronto com a polícia, o medo e a insegurança que rondava os acampamentos, as formas de alimentar ou proteger as pessoas do frio, as manifestações religiosas como as missas e os terços realizados nos acampamentos não foram relatadas pelos homens e quando relatadas configuram-se de maneira diferenciada.

Observamos, por meio da análise de relatos, depoimentos e manifestações públicas registradas pela imprensa escrita, como o Caderno Especial Caminho do Colono, do Jornal O Presente, bem como nas entrevistas publicadas em obras que abordam questões relacionadas à reabertura da estrada¹⁶⁸ que, em geral, os homens quando tratam das situações acima mencionadas, elaboram um discurso político do movimento de reabertura da estrada de maneira genérica, sem atentar para as dimensões vividas concretamente no cotidiano dos acampamentos. Tais manifestações denotam certo distanciamento, quando não silenciamento e naturalização das relações de gênero, da importância da atuação das mulheres nos acampamentos.

A Atuação das e pelas Mulheres: Sentidos e Significados

As ações das mulheres nos acampamentos e no Movimento Pró Reabertura do Caminho do Colono afloram em suas narrativas, ressaltando a importância de suas vivências e atuação. Os fatores que motivaram o seu envolvimento demonstram a heterogeneidade do grupo composto por elas, reforçando a ideia de diversidade presente no movimento.

Enquanto algumas condicionam seu envolvimento exclusivamente à vontade de reabertura do caminho, enfatizando questões históricas e a liberdade de ir e vir, outras associam o seu envolvimento às atividades realizadas pelos maridos, à participação em associações e clubes de serviço. As associações e clubes de serviços, a exemplo da Associação

¹⁶⁸ Jornal O Presente, Caderno Especial Caminho do Colono, Marechal Cândido Rondon, 18/4/1997, bem como as obras escritas por DALLO, Luciano. **Caminho do Colono: vida e progresso**. Francisco Beltrão: GRAFIT, 1998 e **Estrada do Colono a luta de um povo**. Francisco Beltrão: GRAFIT, 1999.

dos Professores Aposentados, da qual a entrevistada Hilegarde Rodhe, a exemplo muitas outras, era associada, ou do Programa de Voluntariado Paranaense (PROVOPAR)¹⁶⁹, citada na entrevista de Lori Olga Perlin, constituíram-se em espaços alternativos que oportunizaram às mulheres expressarem sua opinião e fazerem política, defendendo a reabertura da estrada.

Diferentemente da maioria das mulheres que participavam da Provopar e Associação dos Professores Aposentados de Medianeira, Idelse Terres, como centenas de outras mulheres, decidiram acampar. Na entrevista, ela conjuga a ideia de liberdade e a trajetória de vida familiar como questão fundamental que a levou à decisão de participar.

Não, mais é a vontade de abrir mesmo. A vontade de passar nessa estrada que nossos pais passaram, nossos avós, todo mundo passou e a gente não tem essa liberdade de passar, [...] O meu intuito de aderir a esse movimento era pra abrir mesmo, pelo gosto de passar por ali, de ter a liberdade¹⁷⁰.

Algumas das entrevistadas associam a sua participação nos acampamentos às funções desempenhadas pelos maridos ou a ajuda prestada a eles durante todo o processo de mobilização. A fala de Dianês é significativa neste sentido. Conta ela:

A gente se envolveu porque o Ivo [marido de Dianês] vendia insumos e sementes e ele tinha bastante fregueses [...] os agricultores vinham pedir socorro. E também o Ivo era patrão do CTG [Centro de Tradições Gaúchas]¹⁷¹.

Observamos que a entrevistada associa o seu envolvimento às atividades profissionais realizadas por seu marido. Revela, na sua fala, a reprodução de um sentido incorporada nas relações familiares e nas situações correlatas, entre as quais de trabalho, de subordinação da mulher ao homem. Ou seja, reproduz a ideia da condição de subalternidade

¹⁶⁹ O Programa de Voluntariado Paranaense (PROVOPAR) foi implementado pela Primeira Dama Nice Braga e instituído pelo Decreto nº 2194 de 15 de abril de 1980, vinculado a Secretaria de Saúde e Bem- Estar Social. Em 17 de junho de 1983, tendo como Presidente a Primeira Dama Arlete Richa, o PROVOPAR/PR foi desvinculado do Estado e passou a atuar em parceria com a sociedade civil e órgãos governamentais. Atualmente viabilizar programas e ações que possibilitem a melhoria da qualidade de vida da população com baixo índice de desenvolvimento humano, com aproveitamento das habilidades e potencialidades locais, promovendo a inclusão social é a preocupação da diretoria. Governo do Estado do Paraná PROVOPAR. Disponível em: <http://www.provoparestadual.org.br/>. Acesso em 01 de abril de 2013. O PROVOPAR constituía-se em um projeto no município de Serranópolis do Iguaçu implantado por Lori Olga Perlin primeira dama do município naquele período e diretora do PROVOPAR, onde algumas mulheres moradoras do município encontravam-se para realizar atividades de clubes de mães (trabalhos artesanais, aulas de culinária, entre outros) enquanto discutiam e debatiam entre outros assuntos, questões relacionadas ao município. No relato de Lori “(...) eu estava na PROVOPAR, estávamos lá em seis senhoras, cada uma foi pegar alimentos, pegar mais mulheres, mais crianças, mais pessoas e fomos lá pro parque (...)”, podemos perceber o espaço desse programa também como um espaço onde as mulheres reuniam-se para articular estratégias de participação no movimento para reabertura do Caminho do Colono.

¹⁷⁰ Entrevista concedida por Idelse Terres, no dia 30/04/2012, Serranópolis do Iguaçu.

¹⁷¹ Entrevista concedida por Dianês Lodi, no dia 27/04/2012, Medianeira.

das mulheres que, apesar das atividades que desenvolvem não trabalhariam. Têm-se aí a representação social de que o trabalho é “prerrogativa” do chefe da família. A mulher e os jovens o “ajudariam”. E, desse modo, produz “o entendimento de que a categoria trabalho é prerrogativa” de quem detêm “o poder de decisão”¹⁷².

Entretanto, não obstante a reprodução do discurso acima pela entrevistada, ao longo de sua narrativa ela demonstra a importância da reabertura da estrada e de sua participação. Neste sentido, movendo-se na condição de subalternidade, utilizou-se dessa condição como estratégia para viabilizar um meio de poder participar e, assim, afirmar sua subjetividade, mesmo que não pudesse ficar acampada como outras mulheres. O fato de poder ir ao acampamento todos os dias, “pelo menos dar apoio prá quem tava lá”, para ela significava estar envolvida, pois lhe possibilitava, além de dialogar com as acampadas, assumir responsabilidades fundamentais para a manutenção do acampamento. Dianês relembra com satisfação as atividades que assumiu. Levar comida, lonas, cobertores, entre outros, para ela, constituíram práticas de afirmação de sua presença e identidade no movimento como mulher.

Elsa, em sua narrativa, reforça a ideia de que a participação das mulheres no acampamento ocorreu de formas diversas e que cada uma delas, à sua maneira, procurou conciliar os diferentes papéis: mãe, esposa, dona de casa, trabalhadora, militante.

Nós montamos uma barraquinha lá pra vender lanches, vendia lanches lá, fazia misto quente, cachorro quente, coisa assim, vendia bebida. [...] Não, eu não cheguei a acampa, tipo assim, a gente ia lá de manhã e voltava de noite, umas horas da noite voltava [...] ¹⁷³.

Elsa é moradora de Serranópolis do Iguaçu há quarenta anos. Conta-nos que ela e sua família vieram de Santa Catarina e se estabeleceram na região, mais especificamente na Linha Palmital, interior de Serranópolis, desde que ela tinha sete anos de idade. “Até a gente passou aqui na Estrada do Colono” relata, lembrando do percurso feito por ela e sua família quando de sua mudança para essa nova região. Também nos relata que sempre trabalhou “na roça” ¹⁷⁴, quando solteira trabalhava com seus pais e quinze irmãos no plantio do fumo. Logo que chegou a Serranópolis seu pai arrendava a terra e, como sua família era grande, todo

¹⁷² Paráfrase de RENK, Arlene & BADALOTTI, Rosana M. & WINCKLER, Silvana. Mudanças socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais. p. 373. In SCOTT, Parry (et. al.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 369-391.

¹⁷³ Entrevista concedida por Elza Carbonera, no dia 01/05/2012, Serranópolis do Iguaçu.

¹⁷⁴ Entrevista concedida por Elza Carbonera, no dia 01/05/2012, Serranópolis do Iguaçu.

mundo ia para o plantio do fumo. Mais tarde, seu pai passou a arrendar a terra de três ou quatro pessoas e começou a plantar soja, passavam a noite trilhando soja, diz Elsa, “eu junto, todo mundo, eu ia pra abri as bolsa e derrama a soja dentro”, revelando, desse modo, que o trabalho familiar é coletivo. Ao mesmo tempo, desconstrói a ideia de que o trabalho, nas unidades familiares rurais, é atribuição somente do “chefe” de família, sendo as atividades desenvolvidas pelas mulheres somente como forma de auxílio. Portanto o produto gerado pelo trabalho da mulher é componente da renda familiar, e não complemento a ela.

Logo que casou, Elsa continuou trabalhando na agricultura, ainda na Linha Palmital. Somente há oito anos, ela e sua família mudaram para a área central de Serranópolis do Iguaçu. Seu marido, atualmente, é funcionário público municipal, trabalha no pátio de máquinas da prefeitura. Ela trabalha como merendeira em um Centro de Educação Infantil na cidade de Medianeira.

Como grande parte das mulheres que moram no campo e trabalham com a agricultura, Elsa, no período em que as manifestações para a reabertura do Caminho do Colono se intensificaram, dividia-se entre os afazeres domésticos e os trabalhos na agricultura, ajudando seu marido no campo, cuidando dos filhos e da casa. Naquele momento, morando ainda na área rural, esteve presente no acampamento, dividindo seu tempo entre a participação e o trabalho no acampamento e as atividades que realizava em casa.

Elsa ia para o acampamento pela manhã e lá permanecia até a noite. Não dormia como outros manifestantes naquele espaço. A barraca montada por sua família tinha como objetivo vender alimentos e bebidas, já que, durante o período em que o acampamento esteve montado, muitos visitantes e simpatizantes da causa passavam pelo local. O fato de estar trabalhando em uma atividade paralela ao movimento e relacionada a uma necessidade de sua família não significava que ela não estivesse envolvida ou prestasse apoio à causa da reabertura, mas que procurava conciliar sua participação no acampamento com as necessidades de sua família.

Segundo nos indica em determinado ponto de sua entrevista, ela era favorável à reabertura do caminho e encontrou no acampamento a oportunidade não só de manifestar sua posição, como também a possibilidade de, através da venda de alimentos e bebidas, compor a renda familiar. Elsa afirma ainda que “a estrada fazia falta pro pessoal ir e vir”¹⁷⁵, indicando que o seu fechamento desrespeitava não só a liberdade dos sujeitos de transitar por um espaço

¹⁷⁵ Entrevista concedida por Elza Carbonera, no dia 01/05/2012, Serranópolis do Iguaçu

que sempre esteve presente em seu cotidiano, como também sua compreensão da “falta” ou dos problemas causados pela falta desse espaço para a população.

Clarita também menciona a prática da comercialização de produtos feita por várias famílias na barranca do Rio Iguaçu e a descreve associando-a principalmente às perdas ocasionadas pelo fechamento da estrada e as dificuldades de sobrevivência encontradas pela população.

...Foz do Iguaçu é aqui, agora pra eles, eles ficaram isolados, eles [população do município de Capanema] ficaram lá atrás, então pra eles foi muito mais sofrido, muito mais triste. E também lá tinha muita carência, muita gente pobre, então eles vendiam bergamota, vendiam isso, vendiam aquilo pro povo. O povo parava ali pra passar na balsa e acabava comprando muita coisa. Ali o povo se sustentava, sustentava as famílias, desde vende água, suco. Nossa vendiam roupa, vendiam chapéu, de tudo, de tudo que você podia lembrar tinha na boca da água ali pra vender, sustentava muita família isso.¹⁷⁶

Clarita descreve a realidade vivida pelos moradores do município de Capanema a partir do fechamento do Caminho do Colono. Na sua compreensão, esses moradores enfrentaram mais dificuldades do que aquelas vividas pelos moradores de Serranópolis do Iguaçu. O fato de estarem afastados de uma rodovia e o município não ser rota de passagem ou ligação para outros municípios deixou-os ainda mais isolados, “eles ficaram lá atrás” o que trouxe, segundo ela, maiores tristezas e sofrimentos para aquela população. As dificuldades econômicas e as carências que a partir do fechamento se intensificaram podem, segundo sua interpretação, ter gerado um aumento significativo da pobreza no município. Marilete Rosa Daniel¹⁷⁷ em sua pesquisa sobre o impacto socioeconômico causado pela interdição da Estrada do Colono no município de Capanema demonstrou que os indicadores socioeconômicos coletados e analisados apresentaram resultados que configuraram a estagnação econômica ocorrida no município ao longo da década de 1980. Impactos que se tornam mais evidentes, segundo ela, quando observada a taxa de desenvolvimento dos anos 1980 a 1985 e comparada ao período de 1985 a 1990, período posterior ao fechamento da estrada.

As dificuldades que os moradores vinham enfrentando desde o fechamento da

¹⁷⁶Entrevista concedida por Clarita Fillipin, moradora de Serranópolis do Iguaçu, em 13/08/2012

¹⁷⁷ DANIEL, **Estrada do Colono: interdição e impacto sócio-econômico no município de Capanema**. Op. cit., p.50.

estrada fez com que, a exemplo da família de Elsa, muitas famílias do município de Capanema encontrassem no acampamento e nos momentos que o seguiram a oportunidade de diminuir suas dificuldades financeiras. Segundo Clarita, muitos eram os produtos comercializados à beira do Rio Iguaçu, do lado de Capanema. No local onde foram montadas as barracas e também onde havia sido levantada a guarita de pedágio, montou-se um pequeno centro de comercialização. Os carros que chegavam para cruzar o rio formavam filas para esperar a balsa, que precisava completar sua travessia para, assim que possível, os automóveis pudessem cruzar o rio. Nesse intervalo de tempo em que aguardavam a balsa, moradores daquela localidade, principalmente mulheres e crianças, circulavam entre os carros oferecendo seus produtos. Essa comercialização era feita principalmente por famílias carentes que procuravam aumentar a renda familiar.

A estratégia de associar a participação no movimento e o apoio à reabertura com a oportunidade de prover o sustento de suas famílias foi adotada tanto por moradores de Serranópolis do Iguaçu quanto de Capanema. A narrativa de Elsa indica que as mulheres foram as principais responsáveis por essas atividades. Para isso, muitas delas tinham que levar seus filhos, que, na maioria das vezes, auxiliavam na venda dos produtos. Esse trabalho, por mais desvinculado do movimento que pudesse parecer, permitiu a diversas mulheres estarem ativas no acampamento. Ou seja, o trabalho desenvolvido por elas gerava renda familiar, ao mesmo tempo em que tornava possível a sua ausência no ambiente familiar e possibilitava sua atuação no acampamento, fazendo com que elas estivessem e se sentissem partícipes daquele processo de luta.

Como mencionado anteriormente, as condições que promoveram o envolvimento das mulheres no acampamento foram diversas, mas a diversidade não se restringiu somente a esta questão. Ela também se apresenta do ponto de vista das distintas trajetórias de vida e inserção social e econômica das mulheres, bem como em relação às atividades desenvolvidas por elas naquela dinâmica no acampamento e em outros espaços, como associações e entidades. As atividades eram múltiplas e, sempre que havia necessidade, novas atividades passavam a ser desenvolvidas pelas mulheres.

Idelse foi uma das mulheres que atuou nas atividades que movimentavam e davam vida ao acampamento. Sua atuação no movimento ocorreu, como já visto, desde a organização inicial até o momento em que o caminho foi liberado para o tráfego. Ela atuou durante todo o período de existência do acampamento, inicialmente, trabalhando como cozinheira e chefe de cozinha no refeitório do acampamento e, posteriormente, na guarita do

pedágio. As experiências e atividades desempenhadas por ela no acampamento são representativas da atuação de muitas mulheres.

Eu fiquei acampada o tempo todo [...]. Aí depois mais tarde foi feito um refeitório enorme e eu fiquei como chefe de cozinha lá, aí tinha as mulheres que me ajudavam e a gente fazia aqueles panelão de comida [...] depois da cozinha eu passei... Ah, eu fiquei tempo na cozinha depois diminuiu o pessoal, foi tirando o acampamento, a gente ficou só com a guarita de... como é que nós falava... cobra pedágio ali na entrada, cobrava ali pra passar [...] eu fui pra essa guarita então, pra ajudar na cobrança.¹⁷⁸

No período em que se envolveu no movimento Idelse era casada e trabalhava com seu marido na agricultura, moravam no interior de Serranópolis do Iguaçu, na Linha Progresso. Casada desde os dezenove anos, diz que sempre trabalhou e morou na agricultura. Em sua entrevista nos conta que seus pais vieram do Rio Grande do Sul no ano de 1962, quando Serranópolis do Iguaçu ainda não existia como município. É filha mais velha de cinco irmãos e ajudou desde muito cedo seus pais no trabalho com a terra. Depois de dezessete anos de casamento, Idelse separou-se de seu marido e passou a morar com seu filho, na cidade de Serranópolis do Iguaçu. Segundo ela, seu envolvimento nas manifestações do Caminho do Colono promoveu transformações significativas em sua vida, uma delas foi a sua separação e outra o seu envolvimento político. Idelse foi candidata à vereadora por duas vezes no município de Serranópolis do Iguaçu e atualmente trabalha como auxiliar de serviços gerais e cozinheira em uma escola municipal.

Em sua narrativa, ela afirma que esteve presente durante todo o processo que constituiu o acampamento, permanecendo ali mesmo depois que esse começou a ser desmontado. Sua atuação ocorreu em mais que uma atividade, demonstrando que, ao reorganizarem o acampamento, as funções e atividades desenvolvidas pelos sujeitos também eram reorganizadas.

Assim que o acampamento foi levantado, em 08 de maio de 1997, período de maior fluxo, onde havia um maior número de pessoas acampadas e também visitantes, Idelse ficou responsável pelo refeitório comunitário. Junto à sua equipe, formada por mulheres, era responsável para preparar os alimentos que deveriam ser servidos a todos os acampados e outros manifestantes que estivessem presentes naquele espaço. Torna-se importante assinalar, no entanto, que as atividades ligadas à cozinha e ao preparo dos alimentos sempre caracterizaram tarefas domésticas designadas predominantemente às mulheres e realizadas

¹⁷⁸Entrevista concedida por Idelse Terres, em 30/04/2012, Serranópolis do Iguaçu.

principalmente na esfera familiar e privada. Tais atividades representativas dos papéis sociais instituídos, historicamente, às mulheres, sempre que possível, são também atribuídas a elas em esfera pública, reproduzindo as práticas sociais e as relações de gênero existentes no âmbito doméstico.

As relações que permearam o espaço social do acampamento no Caminho do Colono não deixaram de reproduzir essas práticas, confiando às mulheres papéis que estivessem relacionados ao dia a dia das mesmas fora do acampamento. Costumes do cotidiano, informais, e, às vezes, pouco refletidos, porém vividos, contribuíram para configurar as relações de gênero dentro do acampamento, definindo a atuação e a função dos sujeitos, o que não caracteriza desmerecimento dos papéis exercidos e das atividades realizadas pelas mulheres e relacionadas ao dia a dia, pois, conforme é possível perceber ao longo das narrativas, ambos os momentos, tanto os de enfrentamentos, como aqueles em que realizavam tarefas culturalmente associadas aos papéis das mulheres, foram por elas considerados importantes e significativos na construção do movimento.

Logo que o acampamento começou a ser desmontado, no dia 3 de junho de 1997, em decorrência da cassação da liminar que fechava a estrada desde o ano de 1986, Idelse deixou as atividades no refeitório e passou a atuar na guarita construída na entrada do Caminho do Colono em Serranópolis do Iguaçu. Na guarita ela trabalhava na cobrança do pedágio dos automóveis que transitavam pelo caminho, modificando a sua forma de atuação no movimento. Essa nova atividade lhe permitiu relacionar-se com outros sujeitos e com uma dimensão do acampamento até então não vivenciada por ela.

As novas responsabilidades assumidas apontam que a atuação e as vivências de Idelse, assim como a de muitas mulheres no acampamento, não permaneceram estáticas, elas foram sendo construídas e reorganizadas conforme as novas necessidades começaram a surgir. Ou seja, a participação das mulheres não ocorreu somente de forma ou em atividades pré-determinadas, mas acompanharam a dinâmica do movimento e, sempre que encontraram oportunidades de mover-se no acampamento e no movimento, as mulheres assim o fizeram. Essa disposição de assumir novos papéis dentro do acampamento possibilitou a sua constituição como sujeitos políticos ativos e necessários ao movimento, contribuindo para a ressignificação dos papéis assumidos por elas, inclusive fora daquela dinâmica.

No entanto, a narrativa de Idelse demonstra que, mesmo as mulheres tendo conquistado novos espaços no acampamento, atuando de diversas formas e em diferentes

esferas, quando questionadas sobre seu dia a dia, sobre a organização de sua rotina, os primeiros relatos que surgem em suas memórias tratam de fatos mais corriqueiros, como a preparação dos alimentos, a preocupação com a higiene, a saúde, a segurança e o cuidado com as crianças. Isso nos faz atentar para a importância dada por elas às experiências e relações construídas cotidianamente naquele espaço, em geral ausentes na imprensa escrita e em relatos de homens, conforme registro de Idelse e de escritores. Idelse pontua a dinâmica da vida cotidiana:

Levantava de manhã já ia pro café, fazia café pra todo aquele povo, aí depois já terminando o café a gente já começava com o almoço que cozinhava feijão todo dia. E o feijão tinha que colocar cedo e mandioca e coisarada e ia indo... Terminava o almoço aí deixava tudo organizado, daí mais tarde um pouco a gente começava com a janta. E o pessoal tava ali, todo reunido, vinha muito visitante e tomava... Fazia aquelas roda de chimarrão e o pessoal trazia comes assim, trazia pipoca, mate essas coisas e ficavam ali.¹⁷⁹

O relato feito por Idelse descreve parte da dinâmica e organização do refeitório, representativo das vivências cotidianas no acampamento. Segundo ela, as atividades realizadas pelas mulheres responsáveis pelo trabalho na cozinha tomavam a maior parte do seu tempo. O preparo da alimentação incluía o café da manhã, o almoço e o jantar para atender “todo aquele povo”. Iniciava pela manhã, intercalado com a organização do refeitório (limpeza, lavagem da louça) e terminavam somente à noite, após o jantar. Esse trabalho destinado à preparação dos alimentos, como o feijão que era consumido diariamente e a mandioca, que faziam parte do cardápio, demandava tempo e com isso as mulheres passavam grande parte do dia envolvidas com essas tarefas.

Enquanto as mulheres trabalhavam na preparação dos alimentos, outros sujeitos, mulheres e homens, muitos deles visitantes que apoiavam a causa e outros curiosos que por ali passavam, compartilhavam do espaço do refeitório para participar das rodas de chimarrão e lanches, que aconteciam entre os intervalos das refeições. Ou seja, o espaço e o tempo de trabalho no acampamento eram também, na sua perspectiva, compartilhados com o tempo e o espaço do lazer. A roda de chimarrão, citada por ela, caracterizava um desses momentos de lazer partilhados com as responsabilidades do trabalho.

As rodas de chimarrão com familiares, vizinhos e amigos, consiste em uma prática muito comum entre os moradores da região, exemplo disso está no fato de que, ao chegarmos à casa de Idelse, como também na casa de outras entrevistadas, éramos, na maioria

¹⁷⁹Entrevista concedida por Idelse Terres, 46 anos, em 30/04/2012.

das vezes, recebidas por elas com a cuia de chimarrão na mão, procurando transformar o ambiente em um ambiente acolhedor e descontraído, bem como procuravam com isso demonstrar a intenção de nos deixar à vontade em suas casas. Esse costume, que se constituiu a partir da vinda dos colonizadores, principalmente daqueles oriundos do Rio Grande do Sul, para as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, foi sendo absorvido pelos sujeitos e hoje faz parte do cotidiano da maioria dos moradores dessas regiões. Culturalmente a prática de reunir-se em rodas de chimarrão representa mais que um simples ato de compartilhar uma bebida, representa o exercício de estar junto, conversar, trocar ideias, contar histórias, representa também a união e a oportunidade de estabelecer e reforçar vínculos.

A reprodução dessa prática no acampamento permite-nos relacionar os sentidos e significados culturais da roda de chimarrão às intenções de transformar o espaço do acampamento em um espaço familiar, acolhedor e democrático, onde os manifestantes que apoiavam a causa poderiam, conforme relata Idelse, fazer parte das rodas de chimarrão, dos momentos de lazer e descontração, expressando suas ideias e sugestões em relação ao movimento. As conversas nas rodas de chimarrão não se limitavam somente as questões relacionadas ao caminho, assuntos diversos acerca do cotidiano dos sujeitos, como as dificuldades e problemas vividos por eles, as alegrias e realizações de cada um, também eram comentados e discutidos. Essa possibilidade de trocar ideias, opiniões, conversarem sobre problemas que faziam parte da história e de vida de cada um em um contexto diferente do habitual, tornou o ato de compartilhar o chimarrão em uma experiência cheia de sentidos e significados.

Ao recuperar, através de suas lembranças, essa prática, Idelse nos indica que, para as mulheres, as experiências, mesmo as mais banais e comuns, tiveram no contexto do acampamento outro sentido e outra dimensão. Vivências como as rodas de chimarrão, ainda presentes em suas lembranças, transformaram, para muitas delas, o acampamento em um espaço onde as sensações e sentimentos foram evidenciados, deixando, nas lembranças mais próximas, aquelas onde foram guardadas recordações pessoais, aquelas em que os pontos de referência geralmente estiveram relacionados aos fatores de ordem sensorial¹⁸⁰. Nesses momentos, onde foi possível para as mulheres conversar, opinar, discutir estratégias e possíveis soluções, tanto para as questões do Caminho do Colono quanto para questões relacionadas à vida pessoal e particular, novos vínculos e relações foram estabelecidos,

¹⁸⁰ POLLAK, **Memória, esquecimento, silêncio**. Op. cit., p.11.

valores ligados ao direito de ser mulher, de ocupar novos espaços e papéis foram ressignificados.

Recorrentes nas narrativas das mulheres sobre o cotidiano do acampamento foram também as preocupações relacionadas às crianças e aos idosos que participavam daquela dinâmica. Elsa relata que, para o acampamento, “ia todo mundo, a família inteira, pessoas de idade, crianças pequenas, crianças grandes, família toda, todo mundo”. Portanto, o acampamento compreendia uma diversidade de sujeitos que demandavam a organização de uma rotina capaz de atender às necessidades das diferentes faixas etárias. As crianças, conforme foi possível observar nos relatos, aparecem como um dos focos principais nas preocupações das mulheres, visto que grande parte delas eram mães e, para estarem presentes no acampamento, a maioria necessitava levar seus filhos.

Ao ser questionada sobre a participação de seus filhos e de crianças no acampamento, Idelse nos aponta algumas práticas e sentimentos que marcaram sua rotina em relação a essa questão naquele espaço e também suas lembranças.

Sim, ela ia, eu tinha a menina que ia na aula. O Ivan era... não ia ainda na aula (...). Ela ia na aula a tarde, aí ela ficava em casa de manhã, ela vinha com nós as vezes. Se nós posava, porque nós morava pertinho assim de um vizinho, nós deixava ela em casa algumas noites, mas muitas noites ela foi dormir com nós lá (no acampamento) e o Ivan sempre tava junto. (...) tinha uma confiança assim, não eram só os meus, as mulheres levavam as crianças¹⁸¹

No ano de 1997, quando foi levantado o acampamento com o intuito de reabrir o Caminho do Colono, Idelse já era mãe de seus dois filhos: a menina mais velha com aproximadamente 13 (treze) anos e um menino, Ivan, com 8 (oito) anos de idade. Ela levava seus dois filhos para o acampamento. O menino, com maior frequência, e a menina, sempre que possível conciliar sua presença com as atividades escolares. Sendo Idelse agricultora, trabalhando na roça, nos afazeres domésticos e no cuidado dos filhos, podemos compreender que levar as crianças para o acampamento tornava-se muitas vezes uma necessidade, situação também vivenciada por muitas outras mulheres. Dessa forma muitas delas eram obrigadas a encontrar alternativas que conciliassem sua participação no acampamento com as responsabilidades de serem mães, esposas, educadoras, trabalhadoras.

A narrativa de Idelse, além de explicitar a necessidade de levar os filhos para o acampamento, aponta para outra preocupação das mulheres em relação ao cuidado com as

¹⁸¹ Entrevista concedida por Idelse Terres, 46 anos, em 30/04/2012.

crianças. Ela nos conta que levava para o acampamento tanto sua filha mais velha quanto o menino mais novo e que, muitas vezes, devido às necessidades de cada um, não era possível que eles a acompanhassem em todos os momentos e atividades. Ou seja, os compromissos e obrigações próprios da faixa etária de cada um demandavam de Idelse, assim como de outras mulheres que eram mães de crianças com idades diferenciadas, a necessidade de organizar outra rotina. Sua filha mais velha, por exemplo, precisava ir à escola, assim como muitas outras crianças do acampamento, por esse fator Idelse muitas vezes precisava deixá-la em casa sozinha ou sob o cuidado de vizinhos, que moravam próximo à sua residência, para que a menina pudesse realizar as tarefas e ir para a escola. Seu filho mais novo, que ainda não frequentava a escola, com maior facilidade acompanhava seu pai e sua mãe no acampamento, até mesmo durante as noites que lá passavam, como ela diz: “o Ivan sempre tava junto”.

Questões de ordem prática como as expressas por Idelse em relação aos filhos, onde eles ficariam e com quem, os dias que poderiam ou não estar no espaço do acampamento, como acontecia sua presença naquele espaço, além de estratégias e alternativas que atenderiam às necessidades de cada um, estão também presentes na memória de outras entrevistadas. Ao analisarmos as entrevistas percebemos ao longo das narrativas várias referências sobre situações diárias no acampamento, envolvendo, além dos filhos, outras crianças presentes no espaço, bem como as diferentes estratégias utilizadas por elas para participarem do acampamento sem deixar de atender as necessidades colocadas pelas crianças.

Ela relembra que, nas noites em que sua filha não podia estar no acampamento devido suas obrigações escolares, seus vizinhos mais próximos a auxiliavam, tomando conta da menina quando ela não estava presente. Ou seja, para adequar sua rotina às novas necessidades que surgiram com o acampamento, Idelse, assim como outras mulheres, recorreu a uma prática aparentemente muito comum entre os moradores da região, que representa os laços de solidariedade que os une: pedir à ajuda dos vizinhos mais próximos. Esse costume descrito por ela e utilizado nos momentos de necessidade entre familiares, vizinhos e amigos, decorrem de relações mais próximas de convivência, caracterizando relações de vizinhança constituídas a partir da confiança, solidariedade e ajuda mútua, próprias do modo de vida da população. As relações de vizinhança estabelecidas entre os sujeitos na comunidade ou grupo tendem a fortalecer-se e ampliar toda vez que esses se unem em prol de um objetivo comum, como no caso da reabertura do Caminho do Colono.

As narrativas das entrevistadas, nesse sentido, são reveladoras de práticas de

solidariedade e ajuda representativas das relações de vizinhanças estabelecidas fora do contexto do acampamento e que foram fundamentais para a construção e realização do movimento de reabertura do Caminho do Colono, bem como na manutenção do acampamento. Em seus relatos, essas ações aparecem tanto em sua forma mais ampla, envolvendo toda a comunidade, como também em situações mais pontuais, vivenciadas entre sujeitos na construção e no dia a dia do acampamento.

Clarita recorda que “[...] tinha comida sobrando, de tanto que o povo colaborava (...) os donos de mercados mandavam comida pro povo poder ficar [...] vinha muito cobertor, muito lençol [...] pro povo ficar acampado”¹⁸². Através de sua fala, podemos perceber a importância que ela atribui ao envolvimento e às ações propostas pela comunidade em relação ao acampamento. Segundo seu relato, a comunidade uniu forças para oferecer aos acampados as condições necessárias para que lá permanecessem. Havia muita doação, tanto de alimentos quanto de cobertores e lençóis para proteger os manifestantes, já que, no período em que o acampamento esteve montado, fazia frio e chovia muito na região. Suas lembranças evidenciam que a mobilização da comunidade em torno da causa que representava o interesse da maior parte da população naquele momento desencadeou ações de solidariedade e ajuda que se constituíram para as mulheres em uma importante dimensão da luta.

A colaboração vinha de vários setores da comunidade e acontecia das mais variadas formas; quando possível os manifestantes permaneciam acampados, porém quando não podiam estar nas barracas fortalecendo a luta, mobilizavam-se para oferecer condições aos que lá estavam. Dianês, como vimos em páginas anteriores, não permaneceu acampada, porém auxiliou no acampamento, arrecadando e levando doações. Ela relembra que em determinados momentos chegou a ir ao acampamento duas vezes por dia, levando comida, roupas e lonas. A solidariedade também se fazia por meio do auxílio mútuo. A escola, por exemplo, frequentada pelas crianças ficava na vila, no espaço central do município, distante do Parque Nacional do Iguaçu e da entrada do Caminho do Colono. Assim, as mulheres intercalavam-se na hora de levar e buscar as crianças para a escola, contribuindo umas com as outras: “as crianças a gente levava pro colégio e ia buscar uma vez uma, uma vez a outra”¹⁸³. Ações como essa aproximaram as/os acampadas(os) e fortaleceram a unidade do grupo. Práticas aparentemente simples e elementares como essas garantiram a permanência de muitas mulheres no acampamento, sem a colaboração coletiva seria impossível para muitas delas

¹⁸² Entrevista concedida por Clarita Fillipin, moradora de Serranópolis do Iguaçu, em 13/08/2012.

¹⁸³ Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, 05/05/2012, Serranópolis do Iguaçu.

conciliar as atividades diárias dos filhos com sua participação no acampamento.

A narrativa feita por Elsa traz, com maior riqueza, como as mulheres perceberam, sentiram e utilizaram-se das redes de relações que se estabeleceram no acampamento para reabertura do Caminho do Colono.

A gente fez mais amizade, mais solidariedade, porque um ajudava o outro. Precisava uma coisa a gente ia e ajudava, às vezes se eu precisava os outros vinham ajudar na tua barraca. Era tudo assim um ajudava o outro.¹⁸⁴

A fala de Elsa sugere que, na cotidianidade, a construção e a efetivação do acampamento “Amigos do Parque” ocorreram por intermédio do exercício da solidariedade e da ajuda mútua assumido por cada um dos sujeitos. Conforme indicam suas lembranças, sempre que necessário um ajudava o outro, promovendo o fortalecimento dos laços já existentes e a criação de novos laços, ampliando a rede de amizades e relações.

O fato de um necessitar da ajuda do outro em um contexto *sui generis* fez emergir memórias associadas ao modo de vida dos migrantes ao chegar às regiões Oeste e Sudeste do Paraná, onde o senso de solidariedade e comunidade eram fortalecidos pelas necessidades compartilhadas e pelas difíceis condições de sobrevivência. Levantar o acampamento e estabelecer-se nele exigiu um trabalho comunitário, semelhante ao realizado por eles ao se estabeleceram na região, dessa maneira reproduziram-se situações muito próximas às vivenciadas pelos moradores naquele contexto, permitindo a intensificação de sentimentos capazes de reavivar tais lembranças.

Relacionado a isso, ainda temos a causa da luta, a reabertura do Caminho do Colono. Esse fator permitiu aos moradores desenvolver e aproximar ainda mais o sentimento de solidariedade àquele período, visto que, ao pensar sobre o caminho, os moradores prontamente remetem-se às experiências vividas no contexto da colonização, onde o caminho servia como meio de ligação não só entre as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, mas também em relação à história de vida que muitos imigrantes haviam “deixado” do outro lado do Parque Nacional do Iguaçu.

Para Elsa esses sentimentos fortalecidos pelas vivências no acampamento permitiram aproximações e o estabelecimento de novas relações entre os sujeitos, inclusive amizades, que sustentaram a permanência de muitos no acampamento. As mulheres, por

¹⁸⁴ Entrevista realizada com Elsa Carbonera, no dia 01/05/2012, Serranópolis do Iguaçu.

várias vezes, beneficiaram-se dessa rede de relações, viabilizando sua participação no acampamento sem com isso deixar de cumprir os compromissos socialmente impostos a elas, o de ser mãe, esposa e dona de casa.

Ao reconstituir esse cotidiano através de suas memórias, as mulheres também descreveram o acampamento como um espaço social onde sentimentos muito divergentes foram vividos. Tristezas e alegrias, medo e coragem, euforia e desânimo, ansiedade e apreensão foram alguns dos sentimentos narrados por elas que nos permitiram compreender melhor sua participação no acampamento, bem como os conflitos e divergências geradas por suas vivências.

...era triste e era divertido ao mesmo tempo...¹⁸⁵

Foi maravilhoso naquela época, foi assim, era momentos de apreensão, de medo, de angústia, de tudo né, porque você nunca sabia o que vinha...¹⁸⁶

Esses fragmentos de narrativas nos dão o indicativo de que a vida cotidiana no espaço do acampamento foi permeada de relações e situações ambíguas. Na fala dessas mulheres estão implícitas vivências que desencadearam alegrias e tristezas, promoveram relações de vizinhança, de amizade e de violência, enfrentamentos com a polícia, preocupações com as crianças, com a alimentação, com a casa, com o frio. Ou seja, situações que permitiram a elas experienciar sentimentos intensos e, por vezes, contraditórios. As dúvidas, os medos e as aflições decorrentes dos possíveis embates e incertezas dos acontecimentos intercalaram-se com o prazer e a alegria da luta coletiva travada em prol de um objetivo comum.

O período em que estiveram no acampamento, ainda que incerto e permeado de adversidades, foi considerado por elas “maravilhoso” e “divertido”, significando que, mesmo diante de todos os problemas e dificuldades, as vivências coletivas foram muito intensas. As sensações produzidas por essas vivências atribuíram àquele período um caráter de transformação e construção, pois, a partir de suas experiências, as mulheres aprenderam, ressignificaram e transformaram percepções e valores que possuíam em relação a si mesmas e ao seu papel na sociedade. Os sentimentos gerados pelas dificuldades, como a tensão e apreensão, aparecem nas narrativas ao lado das alegrias e satisfações, revelando que as contradições e ambiguidades vividas pelas mulheres foram também importantes no seu

¹⁸⁵ Entrevista concedida por Clarita Fillipin, em 13/08/2012, moradora de Serranópolis do Iguaçu.

¹⁸⁶ Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, 05/05/2012, Serranópolis do Iguaçu.

processo de crescimento e transformação.

Carregadas por esses sentimentos, as narrativas das entrevistadas trataram de revelar suas impressões e compreensões acerca de suas vivências. Quando não expressos claramente por suas falas, em seus gestos, feições, entonação de voz e até mesmo em seus silêncios, foi possível perceber a presença desses sentimentos. Recordar-se da impossibilidade de utilizar o caminho legalmente ou dos confrontos vividos com os policiais, por exemplo, trouxeram as narrativas tristezas e apreensões, recolheram-se os sorrisos, a fala tornou-se mais pausada e grave. Já, lembrar os momentos em que lhes foi permitido realizar novamente o trajeto do caminho, para muitas delas em companhia de seus filhos e netos, despertou sentimentos de alegria e prazer. Através da fala mais acelerada, da entonação mais aguda, dos sorrisos presentes e das mãos gesticulando na mesma intensidade e entusiasmo da narração, é possível perceber a importância desses momentos e a satisfação proporcionada por eles.

...porque as pessoas elas gostavam, tinha gente que pegava o domingo só pra ir pra lá, pra passar o domingo, iam até a balsa, olhavam e se divertiam. Voltavam almoçavam ali (...). Então tinha famílias que traziam carne de casa (...) ficavam a família inteira ali no domingo, era o lugar das famílias se juntar nos domingos, pensa que coisa mais divertida na época.¹⁸⁷

A narrativa feita por Clarita aponta formas encontradas pela população para expressar sentimentos relacionados ao fato de poder voltar a utilizar o percurso do Caminho do Colono. Indica que reunir familiares e amigos naquele espaço tornou-se, a partir do acampamento, uma diversão. “As pessoas gostavam de ir até lá” (Caminho do Colono) diz ela, gostavam de ir até a balsa para olhar e se divertir, demonstrando que o fato de poder voltar a contemplar um espaço considerado para eles tão significativo e reencontrar familiares, que em função do fechamento tinham dificuldades para rever, proporcionou alegria e satisfação. O Caminho do Colono nesses momentos, para além de um lugar de luta e mobilização, transformava-se em um lugar de encontro, de lazer e diversão “o lugar das famílias se juntar”. Sua reabertura, nesse sentido, reestabelecia não somente a ligação física e geográfica entre a região Oeste e Sudoeste do Paraná, mas também vínculos entre os sujeitos e dos sujeitos com suas trajetórias de vida.

No entanto, a luta pela reabertura do Caminho do Colono, implicou como visto anteriormente, em diversos conflitos e embates, que levaram as mulheres a vivenciar diferentes situações de enfrentamentos. Mesmo elas apresentando em suas narrativas uma

¹⁸⁷ Entrevista concedida por Clarita Fillipin, em 13/08/2012, moradora de Serranópolis do Iguaçu.

forte tendência em marcar sua atuação no acampamento em atividades relacionadas a proteção e ao cuidado, como evidencia Clarita “e nós as mulheres só tentava proteger as crianças e rezar, esse era o trabalho das mulheres, era fazer comida rezar e proteger os filhos e os homens então era enfrentar”¹⁸⁸, percebemos que, apesar da importância dessas atividades, essas não foram as únicas que marcaram sua atuação, pois, no decorrer de suas falas, as experiências de enfrentamentos diretos e coletivos surgem, intensificando a atuação das mulheres nesse sentido.

“E os Homens Sumiram Tudo”: Enfrentamentos e Subjetividades

...daí até um dia eu enfrentei eles (soldados do exército), eu até tenho foto, eu fiquei com eles e falei daqui pra frente vocês não passam e fiquei ali. Ainda um soldado falou assim: “Mas a senhora tem muita cara de pau, a senhora tem muita coragem pra enfrentar nós”. Eu disse: “O que vocês vão fazer comigo? Vocês vão me matar aqui?”. E eu fiquei na frente deles, colocamos um pau, atravessamos um pau no asfalto e sentamos tudo em cima daquele pau, cheio de mulher e os homens sumiram tudo. Teve homens que tu nem acho mais de medo, e as mulheres, nós sentamos na frente dos soldados e ficamos aí e eles ficavam a noite inteira paradinhos e nós a noite inteirinha sentadas na frente deles¹⁸⁹.

Clarita nos traz, a partir de sua narrativa, uma situação de enfrentamento direto vivenciada por ela com policiais federais e com o exército, responsáveis por fazer cumprir a liminar de interdição da estrada. Ela nos conta ter se colocado, com outras mulheres, em frente aos soldados para que eles não avançassem em direção ao PNI, acrescenta ainda que os soldados questionaram-na quanto à sua coragem em enfrentar todo um aparato policial, porém Clarita manteve-se firme em sua posição, argumentando sobre qual seria a atitude deles contra ela.

Logo em seguida, junto com as outras mulheres, colocou-se de prontidão em frente aos soldados, procurando impedir sua passagem em direção à estrada, demonstrando que estiveram dispostas a atuar na luta pela reabertura, mesmo nas situações de maior dificuldade e confronto.

A narrativa de Clarita revela que, em determinadas situações ocorridas, tanto no acampamento como em outras manifestações coletivas, mesmo quando se tratava dos enfrentamentos, as mulheres assumiram papéis de liderança e promoveram a mobilização do

¹⁸⁸ Entrevista concedida por Clarita Fillipin, em 13/08/2012, moradora de Serranópolis do Iguaçu.

¹⁸⁹ Entrevista concedida por Clarita Fillipin, em 13/08/2012, moradora de Serranópolis do Iguaçu.

grupo. Os homens, em determinados momentos, como destacou ela, “sumiram tudo [...]. Teve homem que tu nem acho mais de medo”.

Ainda em relação a essa mesma situação de enfrentamento vivida pelas mulheres, Clarita relembra: “... eu me enfiei no meio do exército, eu sozinha [...]. Naquilo já começou a chegar mulheres e mulheres e mulheres, a gente atravessou um pau na frente deles (soldados) e sentamos tudo em cima daquele pau e ficamos lá horas e horas”¹⁹⁰. A experiência relatada por Clarita nos mostra que a ação individual de enfrentamento proposta por ela mobilizou rapidamente as mulheres que se uniram, para expressar suas vontades e para defender seus interesses em prol da reabertura da estrada. Essa ação contribuiu, portanto, para a constituição de um sujeito coletivo, dimensionado pela participação de mulheres e homens de diferentes grupos e classes sociais. Esta subjetividade coletiva se tornou possível na e pela identificação de um interesse compartilhado, que atenderia, uma vez conquistado, a diversos outros interesses: individuais, familiares, comunitários, socioeconômicos, profissionais, entre outros¹⁹¹.

A narrativa de Lori, assim como a de Clarita, revela experiências que permitiram às mulheres viverem essa coletividade, elaborando uma identidade e desenvolvendo práticas, através das quais buscaram defender seus interesses e também se constituírem enquanto sujeitos.

Então nós mulheres não tínhamos nada na mão a não ser nossa esperança, nosso amor, nosso carinho pelo Caminho e eles vieram com todas aquelas escopetas, com toda aquelas, aquele armamentos. É, pra nos amedrontar né, e nós estávamos à maioria mulheres. A gente engancho os braços ali, demos as mãos e eles simplesmente vieram e empurraram com, com aqueles escudos e com aquelas metralhadoras e simplesmente nos arrancaram a força de lá.¹⁹²

A experiência descrita por Lori revela, assim como a narrativa de Clarita, o espírito de coletividade que reuniu as mulheres em torno da luta pela reabertura do Caminho do Colono. Sempre que sentiam ou percebiam a necessidade de defender sua causa, elas procuravam reunir forças e organizar práticas que possibilitassem sua atuação na defesa dos objetivos. Nesse sentido, podemos destacar a fala de Lori quando ela diz “a gente engancho os braços ali, demos as mãos” demonstrando que a diversidade existente entre elas em função de

¹⁹⁰ Entrevista concedida por Clarita Fillipin, em 13/08/2012, moradora de Serranópolis do Iguaçu.

¹⁹¹ SCHREINER, **Entre a exclusão e a utopia**: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos e reassentamentos rurais (Região Oeste/Sudoeste do Paraná). Op. cit., p.54.

¹⁹² Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, 05/05/2012, Serranópolis do Iguaçu.

suas histórias e trajetórias de vida era suplantada naquele momento pelo interesse coletivo e pela importância da reabertura da estrada que ultrapassava as diferenças.

Elsa também esteve presente e fez parte do cordão de isolamento formado pelas mulheres para impedir a passagem do exército até o Caminho do Colono; em sua narrativa ela descreve e reforça o significado da atuação das mulheres nos momentos de enfrentamento.

Mesmo na hora que o exército veio quem enfrentei mais foi às mulheres né, fizeram a barreira ali na frente. Até minha sogra na época, ela era viva ainda, ela foi, nós fomos lá. Tinha aqueles arames tudo, aqueles arame farpado, ela foi lá conversa com o cara do exército. Sim! As mulheres são corajosas, ishi, mais coragem que os homens. É porque elas tavam ali na frente né, porque nas mulheres às vezes os homens não batem ou atiram, às vezes é mais demorado¹⁹³.

Colocar-se na linha de frente em relação ao exército, fazendo barreira para defender a estrada do fechamento, representou, segundo Elsa, a coragem e a força das mulheres durante os embates no Caminho do Colono. Em sua narrativa reforça a coragem das mulheres, fazendo um paralelo entre a coragem demonstrada pelas mulheres, nas suas ações nos enfrentamentos com a polícia, com a coragem dos homens, talvez reivindicando o reconhecimento da atuação das mesmas durante esses embates. Indica ainda que as mulheres, para além da ação coletiva do enfrentamento, pensaram estrategicamente quando se colocaram nesta posição, fazendo a barreira, pois acreditavam que os soldados, sem um confronto mais violento, respeitariam sua condição de mulher, ou ao menos teriam maior tolerância.

Percebemos, portanto, que as experiências vividas pelas mulheres nas dinâmicas do acampamento promoveram sentimentos e sensações que ultrapassaram o limite do movimento, acarretaram experiências de vida capazes de demonstrar a força que possuíam. O vivido, o experimentado passou a contribuir na tomada de consciência da sua importância e do seu papel social. “Então não é porque nós somos mulheres, que somos mais frágeis não. O homem é participativo, tem a sua participação, mas eu creio que as mulheres também tiveram.”¹⁹⁴ A narrativa de Lori, assim como das demais entrevistadas, demonstra que a fragilidade instituída culturalmente à mulher passou a ser questionada, bem como um conjunto de valores implícitos nas práticas sociais. Novos valores começaram a surgir, fazendo com que as próprias mulheres percebessem a sua importância não somente nas manifestações, mas para além delas.

¹⁹³ Entrevista realizada com Elsa Carbonera, no dia 01/05/2012, Serranópolis do Iguaçu.

¹⁹⁴ Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, 05/05/2012, Serranópolis do Iguaçu.

Dessa forma as mulheres passaram a questionar os modos de sentir, ver e interpretar as relações estabelecidas por elas, promovendo a construção de um novo sujeito social. Maria Célia Paoli¹⁹⁵ aponta que uma das primeiras lições da participação em movimentos sociais é a troca de experiências. Esta, além de desnudar novas formas de fazer política e outros espaços para fazer política, contribui na construção de um novo sujeito político coletivo, bem como para constituição de um novo sujeito social capaz de transformar suas próprias vivências, ressignificando-as a partir de novas experiências.

Idelse, como citado anteriormente, atuou significativamente durante todo o movimento. Era casada e separou-se de seu marido durante o período em que ocorreram as mobilizações para a reabertura do Caminho.

Eu casei com dezenove anos, sempre na agricultura, até em dezessete anos de casada eu morava na agricultura, aí a gente veio mora pra cá, mora na cidade [...] a minha filha tinha dezesseis anos, ela engravidou, eu fiquei culpada pela gravidez dela né, como sempre aquela velha história. O meu filho na época tinha onze anos, na época eu sofri, nossa porque tipo assim, a minha separação foi horrível, o meu marido pago pra pessoas inventarem coisas de mim sabe, e nessa época eu trabalhei na reabertura da Estrada do Colono e ele tava junto, ele sempre foi junto antes, mas...Na verdade eu sempre digo que foi a estrada um dos motivos da separação, o que ajudou né, mas não que foi, porque daí ali eu...¹⁹⁶.

A partir da narrativa de Idelse é possível perceber como as relações estabelecidas no contexto do movimento contribuíram para que as mulheres resignificassem as relações que mediavam suas vidas mesmo fora daquele contexto. Ela afirma ter consciência de que a sua atuação no movimento contribuiu para sua separação, porém apenas como um dos motivos e não como o motivo principal. Diversos fatores, como a gravidez de sua filha, o fato de ter sido considerada responsável por essa gravidez e a atitude de seu marido em relação às coisas inventadas sobre ela, junto à sua participação no movimento fizeram-na reavaliar o seu papel de esposa.

No entanto, a incompletude ou o silêncio deixado por ela no final de sua fala “porque daí ali eu...” nos permite inferir que a troca de experiências, as vivências e as relações construídas a partir do e no movimento para a reabertura do Caminho do Colono foram fundamentais para que ela pudesse perceber-se de maneira diferenciada, questionando os papéis desempenhados por ela e oportunizando a tomada de decisões que redimensionaram

¹⁹⁵ PAOLI, Maria Célia. **Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político** In: HELLMAN, Michaela (org.) *Movimentos Sociais e Democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

¹⁹⁶ Entrevista concedida por Idelse Terres, em 30/04/2012, Serranópolis do Iguaçu.

sua vida.

Mesmo tendo enfrentado um difícil processo de separação, com sofrimento e filho pequeno, Idelse avalia sua participação no movimento como positiva:

... eu assim, eu tive momentos lindos, eu tive muitas experiências boas, como assim eu tive há quatro anos atrás. (...) os outros dizem que sou muito metida, eu sou mesmo, eu não tenho medo das coisas, eu fui candidata à vereadora aqui em Serranópolis, eu tive uma carreira boa¹⁹⁷.

Idelse descreve-se como uma mulher de coragem. Ao afirmar “eu não tenho medo das coisas”, ela indica que as dificuldades enfrentadas em sua trajetória de vida a fortaleceram, permitindo-lhe avaliar suas experiências como positivas. Idelse atribui o fato de ter sido candidata a vereadora a sua atuação no movimento para reabertura do Caminho do Colono. A participação nas reuniões de comunidade, as atividades desenvolvidas durante o acampamento proporcionaram estabelecer laços e criar vínculos que conferiram a ela popularidade e representatividade diante da comunidade. Essa representatividade possibilitou seu envolvimento político, redimensionando a percepção que tinha de si mesma. As experiências vividas no movimento conferiram novos sentidos à sua identidade social e de gênero.

Outras mulheres entrevistadas também perceberam a sua atuação no movimento como fator de transformação e mudança de vida. Clarita, que trabalhava na agricultura, auxiliando seu marido enquanto ele exercia a função de Secretário de Obras, Viação, Serviços Urbanos, Indústria, Comércio e Turismo, durante a gestão de Nilvo Perlin, no ano de 1997, passou, depois do movimento, a atuar como vereadora sendo eleita no ano de 2001, primeira eleição ocorrida no município de Serranópolis de Iguaçu, após as mobilizações para a reabertura do Caminho do Colono. Para ela a participação no movimento,

Foi assim um conhecimento, foi tipo assim, a gente acabou conhecendo todo mundo do município. Um conhecia o outro, porque até então a gente vivia mais cada um pra si, mas a partir do momento que a gente começou a juntar as comunidades, juntar as famílias, a gente começou a ter uma relação de amizade tão grande, tão grande que hoje pra mim, na minha campanha eu entrei de candidata, me elegi facilmente, por essa amizade. Tudo isso ajudou, isso tudo ajudou a gente a se conhecer, porque a gente vivia junto, o município inteiro vivia junto. E o meu marido hoje trabalha na agricultura¹⁹⁸.

Clarita foi reeleita como vereadora no ano de 2012 pelo quarto mandato

¹⁹⁷ Entrevista concedida por Idelse Terres, em 30/04/2012, Serranópolis do Iguaçu.

¹⁹⁸ Entrevista concedida por Clarita Fillipin, em 13/08/2012, moradora de Serranópolis do Iguaçu.

consecutivo, reassumindo sua cadeira na Câmara Municipal no ano de 2013. Em sua narrativa nos conta que sua atuação no movimento para reabertura do Caminho permitiu a ela criar uma rede de relações que facilitaram sua eleição. A atuação junto à comunidade, reunindo famílias, passando pelas casas, mobilizando para o movimento, proporcionou maior proximidade entre os sujeitos, algo que até então não havia sido vivenciado por ela e pelos moradores do município. Segundo seu relato, até a união em torno do objetivo da reabertura da estrada “a gente vivia mais cada um pra si”, indicando que a teia de relações e amizades que a levaram a assumir um cargo político começou a ser tecida a partir do movimento e dos vínculos estabelecidos. Estes perpassaram aquele contexto, contribuindo para as mudanças que ocorreram em sua vida.

Portanto, as mobilizações, manifestações coletivas e enfrentamentos que fizeram parte do movimento para reabertura do Caminho do Colono constituíram-se como espaços e tempos onde foi possível, tanto para Clarita, como para outras mulheres, produzir novas subjetividades que atribuíram às suas vidas novos sentidos e significados. Contribuíram para reestruturarem suas vidas, promovendo inversão de papéis mesmo nas relações familiares, como relata Clarita em sua narrativa, ao dizer que seu marido voltou a trabalhar na agricultura, enquanto ela assumia a vida pública, esfera de atuação que até então não fazia parte de sua vivência. “As sensibilidades e valores foram incorporados e redefinidos no cotidiano das relações familiares e na visão de mundo social, na identidade de mulher e nas atividades domésticas”¹⁹⁹.

O movimento para a reabertura do Caminho do Colono permitiu também às mulheres, demonstrarem e expressarem seus interesses, reivindicando, através de sua atuação, não somente a reabertura da estrada, mas paralelo a isso, o seu lugar enquanto sujeito social e político, o seu direito de ser mulher, assumindo posicionamentos e lutando para defendê-los sempre que necessário. Lori, ao falar sobre as diferenças que poderiam existir sobre o significado e a importância da reabertura do Caminho do Colono, para homens e mulheres considera:

Olha para nós mulheres que somos um pouquinho mais econômicas, acho que é muito mais importante. [...] Aí eu sei que para nós mulheres a gente sabe que é duma importância muito grande esse caminho, né²⁰⁰.

¹⁹⁹ TEDESCO, **Memória, imaginário e movimentos sociais: ritualizações e representações dos colonos assentados**. Op. cit., p.112.

²⁰⁰ Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, 05/05/2012, Serranópolis do Iguaçu.

Idelse reforça a narrativa de Lori complementando: “Parece que é mais né, na época ainda foi mais, mais a vontade das mulheres do que dos homens assim sabe, parece que as mulheres tinham mais interesse”²⁰¹. Os relatos de ambas as entrevistadas demonstram que a atuação das mulheres não se deu de forma aleatória ou descompromissada, elas participaram do movimento em função de um objetivo, tinham consciência do porquê estavam ali e o que queriam alcançar. Posicionaram-se e buscaram estratégias que contribuíram na defesa de seus interesses, bem como na expressão de suas vontades.

Lori, considerando a questão econômica, destaca que as mulheres sabiam que o caminho tinha uma “importância muito grande”. A importância atribuída por ela e outras mulheres está relacionada às subjetividades produzidas a partir das relações que estabeleceram no espaço em questão. Relações que foram sendo reelaboradas a cada novo acontecimento envolvendo o Caminho: inicialmente no processo de migração, posteriormente com o fechamento da estrada, depois a partir das lutas e embates travados para a reabertura. Todas essas vivências foram atribuindo à estrada sentidos e significados que construíram a imagem de um espaço idealizado e necessário.

Idelse acrescenta ainda que as mulheres tinham mais interesse e mais vontade que os homens de reabrir o caminho, indicando que a atuação e o envolvimento das mulheres foi para ela mais representativa do que a dos homens, reafirmando a importância do seu papel no movimento. Percebemos, portanto, que as mulheres assumiram a luta pela reabertura da estrada, participando ativamente da organização do movimento, das manifestações coletivas, das mobilizações, dos acampamentos, dos enfrentamentos, constituindo-se enquanto sujeitos políticos sociais.

Não podemos deixar de considerar que o posicionamento favorável à reabertura e o envolvimento das mulheres nessa luta foram se constituindo a partir das vivências, das relações e experiências que elas estabeleceram com o Caminho do Colono. Suas histórias e trajetórias de vida que compreendiam o uso e a proximidade com a estrada permitiram a elas elaborarem discursos de defesa e integração das mulheres e homens com a natureza. Em suas narrativas, a utilização da estrada, respeitando um plano de manejo adequado para o uso e preservação do PNI, seria uma opção possível.

²⁰¹ Entrevista concedida por Idelse Terres, em 30/04/2012, Serranópolis do Iguaçu.

“Queremos nosso Caminho do Colono de Volta”: Novos Embates

Queremos nosso Caminho do Colono de volta! Esse é o nosso grito de guerra. Nós não somos os mesmos sem ele. Se em outros países, em nosso país mesmo legalmente pode haver outros caminhos por esse mesmo Parque, porque é que nós aqui somos impedidos? Se temos projetos, se temos preservação, se temos consciência daquilo que pode ser feito, porque não nos ouvem direito? Deixamos essa pergunta no ar, porque não temos o direito de ter o nosso Caminho do Colono de volta. Porque hoje em dia não tem mais o que falar, não existem condições, não existe projeto que não possa cobrir todas as necessidades²⁰².

A narrativa de Lori começa reivindicado o direito de utilização do Caminho do Colono, logo após levanta vários questionamentos e tensões acerca desta questão, envolvendo os projetos de preservação ambiental e as diferentes formas de perceber e conceber o espaço.

Ao requerer o Caminho, Lori refere-se a ele como “nosso”, contrapondo-se ao título concedido ao PNI de Patrimônio Natural da Humanidade, que considera o espaço do Parque como patrimônio de todos, também define a sua reivindicação como um “grito de guerra”, indicando a animosidade existente entre os favoráveis e contrários à reabertura da estrada. Lori, em sua fala, assume uma postura de guerra e defesa, guerra para lutar pelo seu objetivo, argumentando e questionando as diferentes formas de manejo em torno de áreas de conservação. E de defesa de uma prática que fazia parte de seu cotidiano e do uso de um espaço que considera seu em função da relação estabelecida e da vida produzida de e naquele espaço. Como ela afirma, “nós não somos os mesmo sem ele”, considerando que a impossibilidade de utilização do Caminho interfere na vida dos sujeitos.

Demonstra sua incompreensão em relação às diferentes formas de manejo de áreas de preservação ambiental, questionando a possibilidade de existência de caminhos, como o Caminho do Colono, em Unidades de Conservação em outros países, no nosso país e até mesmo no próprio PNI. Portanto, a impossibilidade da reabertura de uma estrada que já existia está muito mais associada a questões políticas e de interesse econômico do que realmente a preocupação e o cuidado com o meio ambiente, visto que, como afirma ela, existem projetos, preservação e consciência por parte dos moradores, porém eles não estão sendo ouvidos pelos órgãos que poderiam promover a reabertura do Caminho, como IBAMA e Ministério do Meio Ambiente.

²⁰² Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, 05/05/2012, Serranópolis do Iguaçu.

Lori reforça ainda que, na atualidade, existem projetos e condições que são capazes de atender a todas as necessidades ambientais, portanto as argumentações em torno da destruição da natureza em função da reabertura do Caminho tornam-se obsoletas.

Idelse, da mesma forma, posiciona-se a favor da reabertura, considerando, “Então eu pra mim não prejudica em nada sabe, é só uma questão. Eu, no meu ponto de vista é político mesmo”²⁰³. Questão política é a justificativa encontrada por Idelse para o fechamento do Caminho do Colono. Para ela, a estrada aberta não prejudicava em nada o meio ambiente, ela sempre existiu e estava sendo muito bem cuidada, portanto as argumentações em torno da preservação do meio ambiente não fazem sentido, não tinham nada a ver com os reais motivos do fechamento.

Elsa, no entanto considera a questão do meio ambiente como possibilidade para o fechamento da estrada “Não, um tanto eu acho que é por causa do meio ambiente, só que aqui o povo daqui eles preservam muito a natureza e o meio ambiente, tanto que até hoje nunca a gente viu, assim um pessoal mata bicho”²⁰⁴. Apresenta como argumento favorável à reabertura da estrada a atitude de preservação e cuidado com o meio ambiente por parte dos moradores do município de Serranópolis do Iguaçu, dando a entender a possibilidade da integração entre mulheres, homens e meio ambiente.

Clarita, por sua vez, afirma que a preservação, o respeito e o cuidado com o Parque sempre existiram, porém expressa o sentimento de revolta da maior parte da população em relação às leis que impediram a utilização da estrada.

Não, respeito tem muito, porque na verdade como a gente tá revoltado contra o Caminho do Colono, que tá fechado, a gente poderia numa seca, era só joga um fogo que né, queimava tudo. Se vê que nada disso tá acontecendo. O respeito tá tendo, as pessoas tão respeitando muito bem o Parque Nacional, porque tipo assim, o Parque, os bichos não têm culpa de nada dessa lei humana. Na verdade a gente poderia ter feito um estrago já, pelo sentimento né. Mas o respeito tá tendo até agora [...] ninguém estragou nada, ninguém entra pra mata um bicho, ninguém invade [...]. O que tá doendo no coração da população é esse fechamento de lei humana, de alguém que não utiliza e de não poder utilizar²⁰⁵.

Apesar do sentimento de revolta e indignação pelo fechamento do Caminho, Clarita, em sua narrativa, revela, com base em suas noções de preservação do meio ambiente, certa consciência ecológica por parte da população. Segundo ela, a população lindeira ao PNI,

²⁰³ Entrevista concedida por Idelse Terres, em 30/04/2012, Serranópolis do Iguaçu.

²⁰⁴ Entrevista realizada com Elsa Carbonera, no dia 01/05/2012, Serranópolis do Iguaçu.

²⁰⁵ Entrevista concedida por Clarita Fillipin, em 13/08/2012, moradora de Serranópolis do Iguaçu.

o tem respeitado, não promovendo nenhum ato de vandalismo e depredação contra a natureza. Reforça ainda essa consciência, afirmando que o Parque e os animais não têm culpa da “lei humana”, por esse fator não deveriam ser destruídos. Essa lei humana a que Clarita se refere foi, segundo sua narrativa, criada por pessoas que não utilizavam o caminho, ou seja, pessoas que não conheciam a realidade da região e não desenvolveram uma relação de proximidade com o Caminho. Sendo assim, essas leis, ao invés de contribuírem para a preservação do meio ambiente, podem distanciar mulheres/homens e natureza, a ponto de promover ações de destruição e não de preservação.

Entretanto, como percebemos em outro ponto de sua entrevista, essa lei pode contribuir para construção de outra percepção em relação ao espaço do Caminho do Colono. Clarita aponta que, após o fechamento da estrada, o pensamento sobre ela mudou “... muda, muda o pensamento, não tem mais aquele amor total, como nós tinha na época, aquela coisa assim eu digo que tá se apagando, porque parece assim que como eles [os mais jovens] tão acostumados [a não utilizar a estrada], já não notam mais a diferença”²⁰⁶. Possivelmente, essa percepção dos jovens em relação à estrada esteja associada ao debate acerca da preservação ambiental em espaços sociais como a escola e os meios de comunicação e, além disso, por não terem vivido relações de maior proximidade com a estrada e o PNI, como seus pais e avôs viveram ao migrarem e ao utilizarem a estrada para o desenvolvimento de atividades socioeconômicas.

Independente dos sentidos que motivam os moradores das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, a luta pela reabertura da estrada continua. E tem ganhado corpo atualmente através do Projeto de Lei Nº 7123/2010²⁰⁷, do Deputado Federal Assis de Couto, do Partido dos Trabalhadores [PT] do Paraná. O projeto de lei visa instituir a Estrada-Parque Caminho do Colono, no Parque Nacional do Iguaçu, no leito histórico do Caminho do Colono. Conforme consta no projeto de lei, a estrada terá como objetivos promover a educação e a interpretação ambiental, fomentar o desenvolvimento rural e sustentável das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná através do turismo ecológico e rural, garantir a integração e interação responsável e sustentável das populações das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná com o PNI e assegurar a efetivação da segurança nacional necessária em área de fronteira.

Contempla ainda que, para a implantação da Estrada- Parque, diversos requisitos

²⁰⁶ Entrevista concedida por Clarita Fillipin, em 13/08/2012, moradora de Serranópolis do Iguaçu.

²⁰⁷ Projeto de Lei Nº 7123/2010. Disponível em www.camara.gov.br/proposicoesWeb/. Acessado em 02/06/2013.

que se enquadrem às normas de preservação ambiental deverão ser obedecidos, dentre eles, estudo prévio de impacto ambiental, guarita para controle de acesso de veículos e pessoas, sinalização, controle de horário, redutores de velocidade, mirantes naturais e pontos de parada, além de facilitadores de passagens para os animais. Em entrevista concedida para o Portal RBJ, o Deputado Federal Assis de Couto explica que “A estrada tem um viés ecológico e educativo. As crianças poderão visitar o parque, o que irá ajudá-las a ter uma melhor consciência ambiental. A nossa visão de meio ambiente é voltada para a interação do homem com a natureza de forma sustentável”²⁰⁸.

O texto do projeto justifica que a implantação da Estrada-Parque aponta para uma profunda reestruturação de objetivos, principalmente daqueles defendidos inicialmente, ligados a questões econômicas, como o escoamento da produção. Acredita-se agora que o uso da estrada deve servir de estímulo à preservação da flora e da fauna da unidade de conservação a ser obtida pela ruptura da ideia de que o Parque apenas traz prejuízo à população a ele relacionada.

O projeto de lei que teve aprovado seu relatório no dia 03 de abril de 2013 pela Câmara de Deputados, traz ainda uma importante modificação para a legislação brasileira, que é a criação da categoria Unidade de Conservação, denominada Estrada-Parque, o que tem promovido críticas dos defensores do ambientalismo.

Entretanto, esse projeto de lei parece renovar a esperança dos moradores do entorno do PNI quanto à reabertura do Caminho. Idelse, ao mencionar a audiência pública que ocorreu em Serranópolis do Iguaçu em função do projeto de lei, relata “Eu não participei porque eu tava trabalhando e foi bem no horário de trabalho, então eu não consegui participar, teve aqui e teve em Capanema. O povo participou muito bem. Esse ano principalmente eles vão mexer, eles vão dar uma empurrada de novo”²⁰⁹.

A esperança e o desejo da reabertura ficam ainda mais evidentes, quando, ao questionar sobre um possível envolvimento em novos movimentos ou manifestações para a reabertura da estrada, percebemos de imediato um aceno positivo por parte das entrevistadas em relação à sua participação, porém elas não acreditam que possa ocorrer ainda um movimento com a força, dimensão e proporção do movimento pela reabertura ocorrido no ano

²⁰⁸ Entrevista concedida pelo Deputado Federal Assis de Couto, para o jornalista Evandro C. Artuzi, do Portal RBJ, em 19/03/2013. Disponível em <http://beta.portalrbj.com.br/noticia>. Acessado em, 02 de junho de 2013.

²⁰⁹ Entrevista concedida por Idelse Terres, em 30/04/2012, Serranópolis do Iguaçu.

de 1997.

Ah, eu iria participar, mas tanta gente eu acho que não ia mais, eu acho que não, porque tem muita gente que tá, tá assim revoltada né...²¹⁰.

Eu entro, eu entro de corpo e alma, se vierem hoje e dizer vamos eu vou, eu vou nossa... eu vou faço tudo de novo, se tiver que ficar acampada lá eu fico...²¹¹.

Eu vou, mas eu te digo assim a fé parece que passou, porque pra mobilizar tudo de novo teria que ter uma pessoa de pulso muito firme, pra fazer tudo de novo o que a gente tinha essa confraternização, assim essa união, essa força do povo tanto mulher, quanto homem, quanto criança, quanto jovem [...] Ia todo mundo lá [...] era o lugar onde todo mundo se encontrava, por isso que eu digo eu acho que pra conseguir fazer isso de novo, eu acho que vai ser muito difícil²¹².

Eu creio que ainda vamos passar nesse caminho, eu creio. Eu acredito sim, porque mesmo que não haja um movimento daquela grandiosidade como teve né, acredito que ainda possamos passar um dia, porque é o que a gente almeja né, porque é importante pra nós, não só pra nós, mas toda a região, toda a região²¹³.

As narrativas das entrevistadas demonstram que a reabertura ainda faz parte de suas vontades e esperanças. Acreditam ainda na possibilidade da reabertura e, se necessário, lutariam novamente pela causa. Mesmo conscientes de que vivem um momento diferente daquele que envolveu o processo de mobilização de 1997, época em que acreditavam haver mais união e força, acreditam ainda que a estrada voltará a atender às necessidades da população, já que ela é significativa, como afirma Lori, não só para Serranópolis, mas para “toda a região” Oeste e Sudoeste do Paraná. Neste sentido, observamos que, na sua fala, incorpora um argumento central presente nos discursos dos representantes políticos (prefeitos, vereadores, deputados), desde 1986.

A fala de Clarita, por sua vez, reforça a percepção que as disputas pela reabertura da estrada estão muito mais no âmbito da representação política, da mobilização de deputados e senadores. Não vê grande possibilidade de construir um movimento como o ocorrido em 1997, “quanto mulher, quanto homem, quanto criança, quanto jovem” participaram. Ao se referir à participação de homens e mulheres, realça o significado que aquela vivência teve para mulheres, uma vez que elas atuaram tanto quanto os homens e, portanto, contribuindo para diminuir, mesmo que, talvez, momentaneamente, a desigualdade de gênero.

As divergências em torno das questões do Caminho do Colono retomaram a partir

²¹⁰ Entrevista realizada com Elsa Carbonera, no dia 01/05/2012, Serranópolis do Iguaçu.

²¹¹ Entrevista concedida por Idelse Terres, em 30/04/2012, Serranópolis do Iguaçu.

²¹² Entrevista concedida por Clarita Fillipin, em 13/08/2012, moradora de Serranópolis do Iguaçu.

²¹³ Entrevista concedida por Lori Olga Perlin, 05/05/2012, Serranópolis do Iguaçu.

do Projeto de Lei Nº 7123/2010 as atenções de ambientalistas, ONGs, órgãos de proteção ao meio ambiente como IBAMA, Ministério Público, moradores das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Cada qual buscando razões que justifiquem seus posicionamentos e perspectivas.

No entanto as subjetividades produzidas nas trajetórias de vida dos sujeitos favoráveis à reabertura, mais uma vez, são deixadas de lado nessa disputa dicotômica que se arrasta há anos. Abrir ou fechar, utilizar ou não utilizar, destruição ou preservação, são os extremos aos quais, em geral, tem se reduzido a luta por um espaço que é concebido e percebido por sujeitos diversos, que possuem modos diferentes de ver, sentir, perceber e conceber o espaço socioambiental. Entendemos que qualquer proposta que envolva a estrada do colono e o PNI deve partir do pressuposto de que uma nova relação entre seres humanos e natureza deve ser construída, centrada no respeito e na integração entre dimensões que não se excluem, pelo contrário, se complementam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática referente à reabertura ou fechamento do Caminho do Colono tem, ao longo dos anos, promovido discussões na esfera pública e privada, política e jurídica e no meio acadêmico, entre outros espaços sociais. A cada novo contexto, estratégias e formas de luta diferenciadas vêm sendo incorporadas à disputa, reacendendo o debate e fazendo emergir novas interpretações em torno dessa questão.

O Projeto de Lei Nº 7123/2010, que atualmente tramita na Câmara de Deputados, tem centralizado a discussão, propondo a reabertura de uma estrada ecologicamente sustentável. O projeto reacendeu a esperança dos favoráveis à reabertura, bem como promoveu a mobilização de diversos grupos ambientalistas, a exemplo da Instituição Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que tem buscado auxílio da Organização das Nações Unidas para a Educação a fim de evitar a reabertura do Caminho do Colono.²¹⁴ As discussões em torno da questão têm novamente se pautando na dicotomia da abertura ou fechamento com base em diferentes percepções sobre o meio ambiente e de possíveis formas de estabelecer relações entre os sujeitos e o meio em que vivem.

Voltando nosso olhar para as experiências relatadas pelos sujeitos que reivindicaram/cam a reabertura do caminho, em especial, neste trabalho, as mulheres e as formas de uso e significados atribuídos pelos mesmos ao percurso, foi possível visualizar que a relação estabelecida pela população local com o Caminho do Colono, constitui-se de maneira bastante diferenciada do que aquela constituída por ambientalistas e órgãos governamentais, como o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, que lutam pela manutenção do fechamento.

A relação dos moradores do entorno do PNI se construiu como histórias de vidas permeadas por relações diversificadas com o Caminho, entre as quais, inclusive as nocivas à natureza, como a caça, a retirada de palmitos, o corte de árvores. A relação de ambientalistas e

²¹⁴MARCONDES, Aline. Impasse na Reabertura do Caminho do Colono. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/> em 14/08/2012

de órgãos governamentais se constituiu com bases nas novas demandas da sociedade moderna preocupada com a preservação do meio ambiente.

Foi possível perceber, portanto, que os motivos que levaram sujeitos sociais, de trajetórias, origens, classes e categorias sociais diversas, a posicionar-se pela reabertura do Caminho do Colono tiveram sua base em um processo social mais amplo, como, por exemplo, as formas pelas quais as relações com o caminho foram construídas. Sendo assim, pautar as discussões relacionadas ao Caminho somente na dicotomia de reabertura ou fechamento, sem cotejar a discussão com a história de vida dos sujeitos e ao percurso percorrido até se chegar ao conflito, restringe a questão, ocultando outras dimensões como os sentidos e significados, os sentimentos, as emoções e as racionalidades elaboradas sobre as possibilidades na relação dos sujeitos com a natureza.

Para os moradores, lutar pela reabertura do caminho significa lutar por algo que fez parte de sua história, que esteve presente em suas vivências, um “espaço vivido” carregado de sentido. Constatar que o caminho lhes foi tirado fá-los sentirem lesados em seus direitos e ao mesmo tempo expropriados das possibilidades do fazer-se de suas vidas, de suas histórias. Consideram, ao mesmo tempo, que os defensores do fechamento conhecem superficialmente o percurso, e o conhecem somente a partir do “espaço concebido” enquanto área de preservação, ou seja, não o compreendem e nem procuraram conhecer sua história e a relação estabelecida entre a população e o espaço geográfico em questão.

As diferentes maneiras de perceber e reconhecer o espaço do Caminho do Colono, dos que são favoráveis e dos que são contrários à reabertura, implicam consequentemente múltiplas maneiras de transformar, ocupar, conservar e preservar o meio ambiente, bem como diversas compreensões da presença e da relação humana nos espaços de conservação. Enquanto para os favoráveis à reabertura a preservação pode ocorrer mesmo que mulheres e homens tenham contato e convivam com a natureza, os contrários à reabertura acreditam que a preservação só é possível resguardando o Parque Nacional do Iguaçu, no que tange ao percurso do Caminho do Colono, protegido de qualquer intervenção da ação humana.

A ideia presente nas práticas de ambientalistas, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente associada ao “mito moderno ou neomito”²¹⁵, propondo afastar os sujeitos de

²¹⁵ “Mito moderno ou neomito” são expressões utilizadas por DIEGUES para descrever ideias relacionadas à preservação ambiental, onde a única forma de proteger a natureza seria afastá-la do homem, por meio de espaços que pudessem ser admirados e reverenciados, onde o homem pudesse refazer suas energias gastas na vida estressante. DIEGUES, Antônio Carlos Santana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec,

determinados espaços naturais, concebendo e criando parques como mundo natural selvagem, intocado e intocável, distancia-se da compreensão apreendida pelos favoráveis a reabertura. O que, por sua vez, tendo sua realidade de vida atrelada ao espaço natural e fazendo uso dele na construção de sua sobrevivência, percebem a convivência e integração dos sujeitos com a natureza uma realidade possível.

Não podemos deixar de assinalar que, por mais que as compreensões e as práticas em relação ao caminho se constituam de maneira diferenciada, a preocupação com a preservação ambiental esteve presente em ambos os discursos. No entanto, as divergências nas interpretações, nas formas de conceber a relação de mulheres/homens e natureza, as práticas pensadas e efetivadas sob diferentes paradigmas, contribui para os embates da questão. Balizar as disputas na dualidade abertura ou fechamento do caminho tem anulando a construção de outro possível de articulação da sustentabilidade social e ecológica, dimensionada por uma relação ambientalmente humanizada, superando a dicotomia entre mulheres/homens e a natureza, visto que mulheres e homens fazem parte da natureza, não estão dissociados dela.

Durante o trabalho, a partir da análise das narrativas orais das mulheres entrevistadas, evidenciamos a percepção da ideia da integralidade presente nas suas falas sobre o Caminho do Colono, do PNI e de sua relação com tais espaços. As vivências que construíram na relação com tais ambientes indicam uma noção de natureza ampliada, uma natureza ambiental, a qual integram e completam. Essa dimensão encontra-se fortemente presente nas narrativas de mulheres e homens favoráveis à reabertura, são valores e ideias utilizadas por eles para justificarem sua simpatia e envolvimento no movimento pela reabertura.

Deste processo, nossa preocupação central foi a de analisar a atuação das mulheres no Movimento Pró-Reabertura do Caminho do Colono, que se caracterizou como movimento da sociedade civil, liderado e organizado por representantes políticos locais. A partir das narrativas das mulheres foi possível compreender como elas participaram e interpretam as experiências vividas, bem como foram constituindo suas subjetividades no processo de reivindicação, especialmente as vividas nos tempos e espaços dos acampamentos. Com base em suas narrativas, percebemos ainda que as perspectivas e interpretações em

relação ao movimento foram variadas, estando relacionadas em sua maioria às diferentes atuações de cada uma delas e vinculadas igualmente às suas trajetórias de vida.

A participação das mulheres ocorreu expressivamente, tanto em número como em atuação durante todo o processo que constituiu o movimento de luta pela reabertura do Caminho do Colono. Não se limitou a atividades corriqueiras, pré-estabelecidas e pontuais. Seu envolvimento aconteceu desde o processo de organização e mobilização da população, como também em situações de enfrentamentos e embates. As narrativas delinearam, nesse sentido, a atuação das mulheres como de fundamental importância na constituição do movimento, tornando possível dinâmicas diversas, como, por exemplo, os acampamentos.

Suas práticas, assim como a de outros sujeitos, contribuíram na construção de um movimento de luta coletiva, onde as mulheres posicionarem-se e expuseram argumentos acerca das práticas sociais e conflitos que envolveram à reabertura do caminho. A participação e atuação nas mobilizações, como em enfrentamentos diretos, ou momentos onde a troca de experiência e diálogos com outras mulheres foi possível, ampliou a possibilidade dos campos de atuação social e política para muitas delas, tendo em vista a construção e reconstrução de sentimentos relacionados à segurança, autoestima, liberdade e autonomia.

Assim, as vivências no movimento para a reabertura do Caminho do Colono ultrapassou, para muitas delas, as fronteiras do próprio movimento, promovendo transformações e reestruturações em suas vidas. As mobilizações e enfrentamentos constituíram-se como espaços e tempos onde foi possível para as mulheres produzir novas subjetividades que atribuíram às suas vidas novos sentidos e significados. Também contribuíram para reestruturarem suas vidas, promovendo não somente e muitas vezes a inversão de papéis nas relações familiares, como também separações e reorganizações de suas atividades e responsabilidades enquanto mulheres. Essas novas sensibilidades e valores incorporados contribuíram, portanto, para as mulheres redefinirem a visão de mundo social e da identidade de mulher.

Percebemos que, para as mulheres, a trama de relações, sensações e sentimentos, que envolveram o movimento em prol da reabertura do Caminho do Colono, foi tecida por experiências que abarcaram grandes e pequenos acontecimentos. Mesmo os mais elementares ainda reacendem-se em suas memórias, evidenciando que o cotidiano das manifestações permitiu a construção de um novo sujeito social.

Nesse sentido, a participação das mulheres no Movimento Pró Reabertura do Caminho do Colono proporcionou para elas a percepção de si mesmas como Sujeitos capazes de atuar no campo social mais amplo, na esfera pública e privada, na política, na gestão de atividades econômicas, entre outros, contribuindo na construção e na ressignificação de suas trajetórias e vivências no tempo presente, permeadas pela historicidade.

Podemos afirmar, portanto, parafraseando Alain Touraine, que a participação das mulheres nas vivências coletivas de luta pela reabertura do referido Caminho possibilitou “a realização de si como ator, capaz de transformar sua situação e seu meio ambiente, quer dizer, reconhecer-se como sujeito”²¹⁶.

Para além do slogan utilizado pela AIPOPEC na campanha para a reabertura da Estrada do Colono “A Vida Passa Por Aqui”, percebemos que, na história da constituição desta estrada, a vida só não passa por ela, mas a vida também se construiu e vem se reconstruindo nela ao longo dos anos, a partir das experiências vividas e relações dos sujeitos com o percurso e entre os próprios sujeitos. A vida também está nela, na flora e na fauna que circundam todo o trajeto e o Parque Nacional do Iguaçu.

A vida, portanto, não se restringe apenas às mulheres e aos homens, nem somente ao meio natural, está presente em toda a natureza, da qual mulheres, homens e meio ambiente são integrantes. Estes, por sua vez, estão em constante movimento e transformação. Uma nova relação que permita a interação e o respeito entre esses elementos que constituem a natureza e se complementam deve ser construída.

Em outros termos, assim como as mulheres que, a partir da atuação no Movimento Pró-Reabertura do Caminho do Colono, encontraram a possibilidade de movimentar, mexer, transformar suas vidas, construindo novas subjetividades e perspectivas de vida, no movimento da história, que se faz cotidianamente, há que se construir uma nova relação entre seres humanos e natureza. Essa perspectiva se coloca de forma ambígua para os sujeitos, inclusive para as novas gerações. É o que eu pude observar durante uma atividade pedagógica que desenvolvi no início do mês de agosto de 2013, com o 4º ano do Curso de Formação de Docentes, no Colégio Estadual João Manuel Mondrone, em Medianeira/Pr, constituído por 38 alunas, algumas delas moradoras de Serranópolis do Iguaçu.

²¹⁶ - TOURAINE, Alain. Um nouveau paradigme. Pour comprendre le monde d'aujourd'hui. Paris: FAYARD, 2005, p. 244. Apu: GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008, p. 119.

A atividade consistiu-se na realização de um Júri Simulado, cujo tema “A Reabertura do Caminho do Colono”, proposto pelas próprias alunas, gerou intenso debate. Foi possível observar que, embora tenha se tratado de um “simulado”, os argumentos utilizados pelas alunas traduziram suas convicções e posições a respeito do tema, de forma contundente, ora demonstrando posição claramente favorável à reabertura, outras vezes, contrária. Outras vezes, a posição de algumas alunas evidenciava ainda, um conflito individual entre a defesa de uma preservação do meio ambiente sem a intervenção humana e a necessidade e, ou, vontade de ver na reabertura novas possibilidades de vida e de integração entre os sujeitos e a natureza.

Em suma, escrever sobre o Caminho do Colono significa escrever sobre um processo que não terminou, sobre uma história que está sendo vivida e produzida ao mesmo tempo, promovendo interpretações do passado no presente e ressignificando na cotidianidade a ação dos sujeitos e de suas histórias de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas**. Tradução Pablo Betesch. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Trad. André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONASSA, Tânia L. **Estrada do Colono – ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná.

BONIN, Anamaria Aimoré, ANDRADE KERSTEN, Márcia. **O significado dos ritos e símbolos para o movimento dos sem-terra. Uma abordagem preliminar**. Curitiba, Criar e Scientia et Labor, 1987.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDENBURG, A. Colonos: subserviência e autonomia. In: BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**, Curitiba: UFPR, 1998. p. 71-10.

CHARTIER, Roger. **A história hoje: dúvidas, desafios, propostas**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

DALLO, Luciano. **Caminho do Colono: vida e progresso**. Francisco Beltrão: GRAFIT, 1998.

_____. **Estrada do Colono a luta de um povo**. Francisco Beltrão: GRAFIT, 1999.

DANIEL, Camila. **A imigração e a formação de uma nação: por um projeto de modernização do Brasil**. Anais eletrônicos do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. UFBA, Campus Olinda, 2011.

DANIEL, Marilete Rosa. **Estrada do Colono: interdição e impacto socioeconômico no município de Capanema**. 1993. Monografia (Curso de Ciências Econômicas) UNIOESTE/FECIVEL, Cascavel.

DEZEMONE, Marcos. **De colonos a posseiros: do reconhecimento à ilegitimação da propriedade**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011 p.397-419.

DIAS, Edson dos Santos. **Desenvolvimento regional e conservação ambiental: “A Estrada do Colono” como via de (des) integração do Oeste – Sudoeste paranaense**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. SP.

_____. **Desenvolvimento regional e conservação ambiental: análise de um conflito socioambiental envolvendo o Parque Nacional do Iguaçu**. Espaço Plural, Ano VIII, Nº17. 2º semestre 2007, p. 73-78.

DIEGUES, Antônio C. **O Mito moderno da natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996, 169p.

DIERINGS, Ivani Inês V. **A AIPOPEC e o discurso em defesa da reabertura da Estrada do Colono (1986-1997)**. Marechal Cândido Rondon, 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

DOSSE, François. **O espaço habitado segundo Michel de Certeau**. Art Cultura, n.º 9, jul./dez., 2004.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental**. In História Ambiental e Migrações. Orgs: Eunice Sueli Nodari e João Klug. Ed. Oikos, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Miniaurélio**, 7.^a ed., Curitiba: Positivo, 2008

FERREIRA, Leila e FERREIRA, Lucia. **Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o Estado e a sociedade**. In: HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo (orgs.). Dilemas Sócioambientais e Desenvolvimento Sustentável. Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p.12-40.

JACOBI, Pedro. **Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas**. In: Ribeiro, W. (org.) Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP – 2003.

KHOURY, Yara Aun. **Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história**. In: FENELON, Déa Ribeiro e outros (org.). Muitas memórias, Outras histórias. São Paulo: Olho D’água, 2004,

KOLING, Paulo José. **Situando os interesses: o entorno do Parque Nacional do Iguaçu**. Espaço Plural, Ano VIII, Nº17. 2º semestre 2007, p. 79-82.

MACEDO, Marcelo Hernandez. **Entre a “violência” e a “espontaneidade”: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro**. Mana vol.11 nº.2, Rio de Janeiro Oct. 2005

MARIN, Roberto. **De sol e lua**. Por onde anda... fatos e personagens da história de Medianeira e região. Santa Maria (RS): Gráfica Pallotti, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno a dialética**. Editora Hucitec. São Paulo, 1996.

MENEGAT, Alzira Salete. “Mulheres na sociedade: um olhar sobre a condição das mulheres e as transformações sociais produzidas por elas.” In: FARIAS Marisa de Fátima (Org.). **Relações de gênero: dilemas e perspectivas**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009.

MENEZES, Heloísa. **Reforma agrária e identidade social na Baixada Fluminense: uma nova correlação rural-urbana**. Dissertação de Mestrado, 1991 CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

OSTROVSKI, Dalésio. **Análise dos impactos sócioambientais motivados pelo Caminho do Colono**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

PAOLI, Maria Célia. **Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político** In: HELLMAN, Michaela (org.) **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. In: Revista História. São Paulo: UNESP, 2005, vol. 24, p. 77-98.

PEREIRA, Sidnei Aparecido Pelicon. **Colonização do Oeste do Paraná entre as décadas de 1950 a 1960**. Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR “Patrimônio Histórico no Século XXI”, Jacarezinho, 2008.

PERROT, Michelle. **“Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência”**. Cadernos Pagu (4), 1995.

PETRONE, Maria Theresa. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PETUBA, Rosângela Maria Silva. **Pelo direito à cidade: experiência e luta dos ocupantes da terra do Bairro D. Almir**. Uberlândia (1999-2000). 116f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos 1989/3, Ed. Revista dos Tribunais Ltda. (Edições Vértices) São Paulo.

PORTELLI, Alessandro. **A história oral como gênero**. Projeto História 22. São Paulo: Educ, jun. 2001, p 9-36.

_____. **“O que faz a história oral diferente”**. In: Projeto História. São Paulo, nº. 14, fevereiro, 1997.

_____. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: Ética e História Oral. Projeto História, Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, vol.15, 1997.

RENK, Arlene & BADALOTTI, Rosana M. & WINCKLER, Silvana. **Mudanças socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais**. In SCOTT, Parry (et. al.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 369-391.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2007

ROHDEN, Fabíola. **Para que serve o conceito de honra, ainda hoje?** Revista de Antropologia Social, Vol. 7, Nº 2 Campos -(2006) p 102-120.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SIGAUD, Lygia. **As condições de possibilidade se ocupações de terra**. Tempo Social Revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1 p. 255-280.

SCHENATO, Vilson César. **A produção social da diferença entre colonos e assentados**. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 26 a 29 de julho, Curitiba 2011.

SCHREINER, Davi Felix. **Entre a exclusão e a utopia**: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos e reassentamentos rurais (Região Oeste/Sudoeste do Paraná). São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo.

_____. Dinâmicas coletivas e novas subjetividades: significados e conflitos nas relações sociais no MST. In: LAVERDI, Robson; FROTSCHER, Méri; DUARTE, Geni Rosa; MONTYSUMA, Marcos F. Freire; MONTENEGRO, Antonio Torres (Org.) **História Oral, desigualdades e diferenças**. Editora da UFSC. Recife, 2012, p. 191-217.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

SEYFERTH, Giralda. **Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso)**. In: Anuário Antropológico/91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p. 31-63.

SOUZA_LOBO, Elisabeth. **“O trabalho como linguagem: o gênero como trabalho”**. In: COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, Cristina (Org.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.

TEDESCO, João Carlos. **Memória, imaginário e movimentos sociais: ritualizações e representações dos colonos assentados**. In: Conflitos Agrários no Norte Gaúcho 1980-2008. Edições EST. Porto Alegre, 2008.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TIMMER, Patrick. **Religião e movimentos Sociais**. Os evangélicos no movimento de moradia de São Paulo. Trabalho apresentado no XII Simpósio da ABHR, 31/05 – 03/06 de 2011, Juiz de Fora (MG), GT 07: “Periferia urbana, religião e violência”.

VENCATTO, Rudy Nick. **“Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato”: Memórias dos Desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu (Oeste do Paraná, 1970-2009)**. 2010. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2010.

VESENTINI, José Willian. **Geografia, natureza e sociedade**. Coleção. Repensando a Geografia. São Paulo: Contexto, 1989.

VIOLA, Eduardo. 1996. “**A multidimensionalidade da globalização, as novas força sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental**” In: FERREIRA, Leila e VIOLA, Eduardo (Orgs.). Incertezas da Sustentabilidade na Globalização. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

TOURAINÉ, Alain. **Um nouveau paradigme**. Pour comprendre le monde d’aujourd’hui. Paris: FAYARD, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

FONTES

Entrevistas Orais

BEGNINI, Severina. Serranópolis do Iguaçu, 20 de setembro de 2012.

Severina Begnini, 80 anos, agricultora e moradora de Serranópolis do Iguaçu a 55 anos. Natural de Soledade, Rio Grande do Sul, mudou-se com seu marido para a região Oeste do Paraná, fixando residência no município de Serranópolis do Iguaçu, ainda distrito de Medianeira no ano de 1956. Segundo sua narrativa chegou ao município através da Estrada do Colono atravessou o Rio Iguaçu em 2 barcos, levando sua mudança. Contou também com a ajuda de carros de boi das serrarias para fazer o trajeto do caminho carregando sua mudança. Participou das manifestações para a reabertura e conta que como mora muito próximo a estrada não foi preciso acampar para acompanhar e ajudar no que precisava.

BERLANDA, Willian. Serranópolis do Iguaçu, 05 de maio de 2012.

Willian Berlanda, funcionário da farmácia de Lori Olga Perlin, atualmente com 22 anos, participou quando criança, por volta de seus 7 anos, das manifestações. Acampou com seus pais junto à estrada.

CARBONERA, Elsa. Serranópolis do Iguaçu, 01 de maio de 2012.

Elsa Carbonera, 47 anos. Atualmente é funcionária pública do município de Medianeira, atuando a oito anos como cozinheira em escolas e centros de educação infantil, reside no município de Serranópolis do Iguaçu. Elsa é natural de Santa Catarina, passou com sua família pela Estrada do Colono quando tinha sete anos de idade, fixando residência no interior do município de Medianeira, em uma localidade que atualmente integra o município de Serranópolis. Ao chegar à região trabalhou na agricultura com seus pais e após casar-se continuou exercendo atividades agrícolas. Elsa participou das manifestações para reabertura e montou uma barraca para vender lanches e bebidas atendendo as necessidades da população que passava ou participava dos acampamentos e mobilizações.

DELGADO, Celia. Medianeira, 03 de junho de 2012.

Celia Delgado, 53 anos. Moradora de Serranópolis do Iguaçu. Ela trabalhou na agricultura durante os primeiros anos de sua vida com seus pais e, posteriormente, com seu marido. Atualmente mora na área central do município, realizando atividades domésticas. Celia conta ter participado das manifestações, reivindicando a reabertura, não permaneceu acampada, porém buscou junto à comunidade contribuições que permitissem aos acampados a permanência do acampamento.

FALCKEMBACK, Cleria. Serranópolis do Iguaçu, 13 de julho de 2012.

Cleria Falckemback, 48 anos, mora no interior do município de Serranópolis do Iguaçu, na Linha Bananeira. Cleria trabalha na agricultura e conta que seus pais migraram do Rio Grande do Sul, região de Antônio Prado para o Oeste do Paraná em busca de terra para plantar e

melhorar suas vidas. Segundo ela, seus pais atravessaram a Estrada do Colono para chegar ao local onde se instalaram com sua família. Participou e apoiou a manifestação por acreditar que como o caminho sempre havia sido utilizado e nunca tinha sido destruído, os motivos para o fechamento não eram convincentes.

FILLIPIN, Clarita. Serranópolis do Iguaçu, 13 de agosto de 2012.

Clarita Fillipin, 44 anos, atualmente atua como vereadora do município de Serranópolis do Iguaçu, município no qual reside desde que nasceu. Seus pais, naturais de Santa Catarina, fizeram uso da Estrada do Colono para fixar residência nessa região. Trabalhou com seus pais e logo que casou na agricultura e criação de animais. Após seu marido ser eleito como vereador, no primeiro mandato, assim que o município foi emancipado, passou a morar na vila e montou uma pequena loja. Seu marido teve participação efetiva na organização do Movimento Pró- Reabertura, inicialmente como vereador e posteriormente como secretário de obras da administração na gestão de Nilvo Perlin (1997-2001). Clarita participou ativamente das manifestações, organizando o movimento, acampando e atuando nas mais diversas atividades. Atualmente Clarita é vereadora no município de Serranópolis por dois mandatos consecutivos e atribui sua popularidade a participação e envolvimento no movimento.

LAZZEREIS, Henriqueta. Medianeira, 05 de julho de 2012.

Henriqueta Lazzareis, 83 anos, é moradora do município de Medianeira. Henriqueta é natural de Criciúma, Santa Catarina, junto com seu marido e dois de seus cinco filhos, migrou buscando melhores condições de vida na região Oeste do Paraná. Utilizou-se do percurso da Estrada do Colono para chegar à região, fixando residência, inicialmente no município de São Miguel do Iguaçu. Lá, com sua família, trabalhou na agricultura e, posteriormente, com a venda da terra, abriu um comércio no município de Medianeira. Participou das manifestações e mobilizações por acreditar na importância da estrada para a região e porque com ela fechada tinha muita dificuldade para voltar e visitar sua família que permaneceu em Santa Catarina.

LODI, Dianês. Medianeira, 27 de abril de 2012.

Dianês Lodi, 54 anos, reside no município de Medianeira, atualmente exerce atividades domésticas. Nascida em Concórdia, Santa Catarina, é filha de comerciantes. Casou-se com Ivonir Lodi agricultor e vendedor de sementes e insumos agrícolas, envolveu-se com as questões da Estrada do Colono por perceber tanto em seu marido, quanto nos agricultores a necessidade que sentiam da reabertura. Atualmente, Dianês tem uma filha, residindo no município de Realeza e sente ainda mais a necessidade da reabertura, facilitando o contato e convivência com sua filha e netos. Participou do movimento trabalhando na arrecadação de contribuições como alimentos, lonas e cobertores, para manter o acampamento.

LORES, Edineia. Medianeira, 18 de junho de 2012.

Edineia Lores, 49 anos, professora, reside no município de Serranópolis do Iguaçu. Seus pais fizeram o percurso da Estrada do Colono para chegar ao município onde se instalaram em terras que haviam comprado. Edineia mora com seus pais, onde trabalhou, auxiliando nas atividades com a terra, até formar-se professora e atuar em uma escola de ensino fundamental no município. Edineia se envolveu e participou das manifestações a partir do seu trabalho na escola e também por acreditar na importância da estrada para o município.

PERLIN, Lori Olga. Serranópolis do Iguaçu, 05 de maio de 2012.

Lori Olga Perlin, 56 anos, comerciante (proprietária de farmácia) no município de Serranópolis do Iguaçu. Ex-mulher do prefeito de Serranópolis do Iguaçu Nilvo Perlin primeiro prefeito eleito após a emancipação do município de Serranópolis, assumiu o cargo como Secretária da Ação Social no ano de 1997, momento em que ocorreu a maior mobilização para reabertura do Caminho do Colono. Participou ativamente do movimento para reabertura, atuando junto às comunidades, organizando, através de reuniões, as mobilizações que promoveram a ocupação da estrada. Acampou junto com os manifestantes e esteve presente nos embates ocorridos durante as manifestações.

RIBOLDI, Osvaldina. Serranópolis do Iguaçu, 20 de setembro de 2012.

Osvaldina Riboldi, agricultora, 87 anos, reside no município de Serranópolis do Iguaçu. Osvaldina chegou à região no ano de 1952, seu marido já estava na região e trabalhava como marceneiro na construção das primeiras casas e pousadas. Segundo ela, não utilizou do percurso da Estrada do Colono para chegar ao município, mas utilizou-se dele muitas vezes para voltar ao Rio Grande do Sul, onde havia deixado seus familiares. Osvaldina mora muito próximo à estrada e diz não entender direito os motivos que levaram ao fechamento. Participou e apoiou as manifestações, esteve presente diariamente nos acampamentos, mas diz não ter acampado, pois morava bem perto.

ROHDE, Hilegarde Maria. Medianeira, 26 de abril de 2012.

Nascida em 17.01.1940 em Selbach-RS, professora estadual aposentada, atua atualmente no comércio. Formada em pedagogia, atuou, durante 25 anos, como professora de ensino de 1º grau e exerceu vários cargos na área educacional (secretaria municipal, direção escolar). Reside em Medianeira desde 1962. Foi presidente da Associação dos Professores Aposentados de Medianeira e coordenou os trabalhos do livro “Resgate da Memória de Medianeira” juntamente com Elza Lorenzoni Biesdorf. Presenciou o fechamento no ano de 1986 e atuou ativamente na organização das manifestações ocorridas no ano de 1997. O escritório do movimento “Amigos do Parque” foi organizado em uma sala comercial cedida por ela.

TERRES, Idelse Maria. Serranópolis do Iguaçu, 30 de abril de 2012.

Idelse Terres, 46 anos, é moradora de Serranópolis do Iguaçu, trabalha atualmente como auxiliar de serviços gerais em escola municipal. Nascida em Serranópolis, conta que seus pais vieram do Rio Grande do Sul em 1962. Irmã mais velha de cinco irmãos, sempre ajudou seus pais no trabalho com a terra. Após casar-se continuou, durante dezessete anos, morando no interior e trabalhando com a agricultura. Participou ativamente das reuniões realizadas nas comunidades, convidando e envolvendo a população nas manifestações para reabertura do Caminho do Colono. Trabalhou durante o acampamento no ano de 1997 como chefe da cozinha comunitária e, posteriormente, na guarita de pedágio, instalada no caminho, no município de Serranópolis do Iguaçu. Idelse separou-se de seu marido no ano de 1997 e considera que a participação nas manifestações contribuiu em seu processo de separação, bem como ao convite para ser candidata à vereadora por duas vezes em seu município.

Relatos em outras fontes

BITTENCOURT, Armando. **Estrada do Colono a luta de um povo**. Francisco Beltrão: GRAFIT, 1999.

Projetos e Regimentos

ALVES, L. R. **Polarização e especialização dos municípios da Mesorregião Oeste do Paraná**. Toledo: UNIOESTE/Campus de Toledo/CCSA/Curso de Ciências Econômicas. ago./2004 a jul./2005. 42 p. (PIBIC/CNPq/UNIOESTE) Projeto concluído.

Documentos oficiais

BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de junho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.lei.adv.br/9985-00.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

CLEMENTE, Ademir. **“Prejuízos decorrentes do fechamento da Estrada do Colono: Avaliação Econômica”**. IN: **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Curitiba, 1999. Anexo 27.

Decreto Nº132/86 de 13 de setembro de 1986. Prefeitura Municipal de Medianeira.

COUTO, Assis do. **Projeto de Lei Nº 7123/2010**. Institui a Estrada Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu. Disponível em <http://www.camara.gov.br>. Acessado em 15/06/2013.

IBDF (Instituto brasileiro de Desenvolvimento Florestal). 1981. **Plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília, Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

Jornais

ANZOATEGUI, Estefano. **Aipopec desfere golpe de mestre contra a liminar que interditou a Estrada do Colono**. A Cidade, 11 de maio de 1997. Jornal Geral, p.05.

BAESI, Maicon Vitor. **Desmobilização objetiva evitar confronto com a PF**. Jornal Nossa Folha. 08 a 14 de outubro de 2003. Medianeira.

CUNHA, Áurea. **Invasão antecipa o protesto em estrada**. Gazeta do Povo, 09 de maio de 1997. Curitiba.

DENARDIN, Valmir. **Aipopec suspende negociação com o Ibama do PR**. Folha de Londrina 28 de Maio de 1997.

FRANÇA, Antônio. **Prefeitos apoiam a reabertura da antiga Estrada do Colono**. Folha de Londrina, Caderno 01, 12 de maio de 1997.

GABRIEL, Rosilane. **Colonos querem liberar a estrada hoje para o trânsito de veículos**. Jornal Hoje, Caderno Geral. 10 a 16 de maio de 1997, Cascavel.

Gazeta do Povo. **Tribunal Federal decidirá sobre Parque Iguaçu**. 16 de Maio de 1997, Curitiba p, 32.

MENDES, Sandra Mara. **Balsa foi reativada após 10 anos.** Jornal Diário do Sudoeste. 11 de maio de 1997. Francisco Beltrão.

O Presente, Marechal Cândido Rondon, **Caderno Especial “Caminho do Colono”**, publicado em 18/04/1997.

Opinião Regional. **Parque Nacional do Iguaçu.** Jornal, Ano 01, nº 9 Francisco Beltrão, 02 de maio de 1997.

PEGORARO, Paulo. **Agricultores reabrem a estrada a força.** Folha de Londrina, 09 de Maio de 1997, Londrina.

RIBEIRO, João. **Ocupantes querem liberar hoje o trânsito de veículos.** Jornal Hoje, 10 a 16 de maio de 1997. Cascavel.

SANTOS, Carlos. **Mais de mil pessoas invadem o Caminho do Colono.** Jornal Diário do Sudoeste, Guarapuava, 09 de Maio de 1997.

VALÉRIO, Mirtes. **Operação de guerra fecha o Caminho do Colono.** Jornal Mensageiro, 21 de junho de 2001. Medianeira.

VITECK, Cristiano. **Operação de guerra fecha Caminho do Colono.** Jornal o Presente, quinta 14 de maio de 2001. Marechal Candido Rondon

Outras Fontes

Informativo da AMOP, Ano I, Nº 2. Novembro de 2007, p.8.

Panfletos em favor a reabertura da Estrada do Colono. Prefeitura Municipal de Medianeira, setembro de 1986.

<http://beta.portalrbj.com.br/noticia>

<http://www.camara.gov.br>

<http://www.oeco.org.br/convidados-lista/26929-estrada-do-colono-a-reabertura-de-uma-ferida>

<http://www.gazetadopovo.com.br/entrevistas/conteudo>

[http://www.gazetadopovo.com.br/vida e cidadania/conteúdo](http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/conteudo)

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/noticias/ult338u467.shtml>

<http://www.ihu.unisinos.br/>

<http://www.lolocornelsen.com.br/sudesul-editado-estradadocolono.html>

<http://www.licenciamentoambiental.eng.br/definicao-de-plano-de-manejo>

<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/categorias>

<http://www.provoparestadual.org.br>